



**Ana Clara Rodrigues Pequeno da Costa  
Fontes**

**Mecanismos invisíveis de controle  
social: Wilhelm Reich e função política  
da repressão da sexualidade**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de  
Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica)  
do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

Orientadora: Luciana Fontes Pessôa

Rio de Janeiro,  
Março de 2025.



**Ana Clara Rodrigues Pequeno da Costa  
Fontes**

**Mecanismos invisíveis de controle  
social: Wilhelm Reich e função política  
da repressão da sexualidade**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

**Profa. Luciana Fontes Pessôa**

Orientadora

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

**Prof. Monah Winograd**

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

**Profa. Laura Cristina de Toledo Quadros**

Universidade Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Rio de Janeiro, 24 de março de 2025.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da autora, da orientadora e da universidade.

### **Ana Clara Rodrigues Pequeno da Costa Fontes**

Graduou-se em Psicologia pelo Instituto Brasileiro de Medicina e Reabilitação (IBMR); Especialização em Terapia Reichana pelo Centro de Análise do Movimento Vivo; Especialização em Prevenção da Neurose para Crianças e Adolescentes na Terapia Reichiana pelo Centro de Análise do Movimento Vivo; Pós-graduada em Psicologia Social pela Universidade Santo Amaro (UNISA); Membro do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento, Biologia e Cultura da PUC-RJ; Membro do corpo de terapeutas do Centro de Análise do Movimento Vivo; atua como Psicologia Clínica.

#### Ficha Catalográfica

Fontes, Ana Clara Rodrigues Pequeno da Costa

Mecanismos invisíveis de controle social : Wilhelm Reich e a função política da repressão da sexualidade / Ana Clara Rodrigues Pequeno da Costa Fontes ; orientadora: Luciana Fontes Pessôa. – 2025.

180 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2025.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Povos originários. 3. Patriarcado. 4. Neoliberalismo. 5. Wilhelm Reich. 6. Sexualidade. I. Pessôa, Luciana Fontes. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Às mulheres da minha vida: Euflosina, Edna e Andrea.

## Agradecimentos

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”.

*Rosa do Mar  
Minha estrela do céu azul  
Não é historia de pescador que  
meu amor vou lhe entregar  
Deixa as ondas do mar passar  
Ouça o belo canto de Odoyá  
Oxalá quem me mandou um  
grande amor do fundo do mar*

Esta dissertação é o resultado de uma série de experiências pessoais, e algumas delas eu gostaria de registrar aqui. O início da construção deste trabalho remonta à minha bisavó, uma mulher forte, mãe solo de nove filhos. Apesar de todas as dificuldades emocionais e financeiras, ela possuía uma percepção singular da vida, a qual transmitiu aos filhos, netos e bisnetos que tiveram o privilégio de conviver de perto com ela. Eu tive essa sorte!

Embora eu fosse uma adolescente descompromissada com o futuro e demonstrasse características que faziam alguns acreditarem que eu "não daria certo", um dia antes de falecer, minha bisa me disse que eu não fazia ideia do lugar que alcançaria nesta vida. Naquele momento, essa frase não fez sentido para mim, mas, conforme amadureci e concluí realizações como esta, passei a compreender, cada vez mais, o que ela quis dizer. Sempre que recordo esse dia e suas palavras, sinto que ela acreditou em mim antes que eu pudesse fazer isso por mim mesma. Assim, expresso minha imensa gratidão à Dona Flor: a cada nova conquista, sinto sua presença viva no meu coração.

Além da minha bisa, duas outras mulheres foram fundamentais para que eu me tornasse quem sou e pudesse realizar este trabalho: minha mãe, Andrea, e minha avó, Edna. Foram muitos os esforços empenhados para que eu pudesse estudar. Não me alongo aqui detalhando quais, pois elas sabem. Por cada um deles, sou profundamente grata. Agradeço também aos meus irmãos, Francisco Eduardo e

Sophia, por compartilharem a vida comigo. Aos meus primos, Renan e Klarissa, que sempre foram um porto seguro nos meus momentos mais turbulentos.

Todo esse suporte familiar me ajudou a encontrar outro espaço essencial na minha trajetória: o Centro de Análise do Movimento Vivo. Foi nele que aprendi a materializar as palavras da minha bisavó sobre conquistar lugares inimagináveis e, principalmente, que isso não estava relacionado a dinheiro e poder. Sinto-me privilegiada por ter aprendido, com pessoas extraordinárias, sobre mim, sobre como refletir o mundo e auxiliar outras pessoas nesse percurso. Assim, agradeço aos meus professores e coordenadores, Luiz Fernando e Simone, que há mais de trinta anos dedicam suas vidas a ajudar pessoas a encontrarem a vida dentro de si.

Agradeço também ao meu professor e amigo Felipe, que, desde o início da minha trajetória profissional, me ajuda a confiar mais nos meus passos. Ao professor Augusto, cujas pesquisas e aulas me instigaram a escrever grande parte do que está neste trabalho. À Kim e à Aline, também meus professores, e à minha turma Reich 2017; vocês também fazem parte disso.

Logo ao ingressar no Centro AMV, em 2017, conheci uma outra pessoa que se tornou um pilar fundamental para sustentar tudo o que viria nos anos seguintes: minha terapeuta, Olivia. Há sete anos, atravesso com ela o melhor e o pior de mim, chorando e dançando a música da vida. Por meio dessa relação, vou compreendendo a essência deste trabalho: conectar-me comigo mesma com honestidade.

Por fim, mas não menos importante, expresso minha gratidão à minha prima Juliet, pois sem nossas discussões, leituras conjuntas, incontáveis mensagens e apoio, este trabalho não teria refletido tão bem o que *eu* acredito. Ao Victor e minha Titi, pela paciência e força pra continuar. Aos meus amigos, que compartilharam as angústias e aprendizados deste percurso. E à minha orientadora, Luciana, por tornar meu desejo de ingressar na academia algo leve e possível. A todos vocês, meu muito obrigada!

Ao CNPq e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

## Resumo

Fontes, Ana Clara Rodrigues Pequeno da Costa; Pessôa, Luciana Fontes. **Mecanismos Invisíveis de Controle Social: Wilhelm Reich e a função política da repressão da sexualidade.** Rio de Janeiro, 2025. 181p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este trabalho investiga como o conformismo social e político dos indivíduos se relaciona com a repressão de seus impulsos naturais, criando sujeitos submissos e acríticos. Tendo como base a teoria de Wilhelm Reich que ensina que a repressão sexual foi criada para tornar os indivíduos funcionais à manutenção da ordem, culminando em adoecimento psíquico e social dos sujeitos. O trabalho parte da análise das sociedades tribais, do patriarcado, do capitalismo e do neoliberalismo, a fim de discutir como os mecanismos de controle atuam sobre o corpo e a psique humana, moldando a subjetividade para legitimar as estruturas de poder. Além disso, buscou-se refletir sobre o papel da família e do casamento na perpetuação da repressão sexual, instrumentalizada para tornar os indivíduos adaptáveis às exigências do sistema social dominante. Para Reich a existência de um discurso acerca da necessidade de criar mais repressões tem como objetivo garantir um sujeito modelo, gerando uma dinâmica que se retroalimenta e perpetua a dominação social. Acredita-se que esse trabalho possa proporcionar uma reflexão crítica sobre como os fatores sociais, econômicos e culturais impactam a saúde psíquica e emocional dos indivíduos, ajudando a refutar a ideia de que o adoecimento psíquico é uma questão individual. Além disso, ao destacar a existência de outros modelos históricos e possíveis formas de viver de maneira coletiva e harmoniosa, resgata uma visão alternativa de funcionamento social e relacional, oferecendo um caminho para reflexão crítica sobre o que se tornou naturalizado nos dias atuais.

### Palavras-Chave

Povos Originários; Patriarcado; Neoliberalismo; Wilhelm Reich; Sexualidade.

## **Abstract**

Fontes, Ana Clara Rodrigues Pequeno da Costa; Pessôa, Luciana Fontes (Advisor). **Invisible Mechanisms of Social Control: Wilhelm Reich and the political function of sexuality repression.** Rio de Janeiro, 2025. 181p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This work investigates how individuals' social and political conformity relates to the repression of their natural impulses, creating submissive and uncritical subjects. It is based on the theory of Wilhelm Reich, who teaches that sexual repression was created to make individuals functional to the maintenance of order, culminating in the psychic and social illness of subjects. The work begins with the analysis of tribal societies, patriarchy, capitalism, and neoliberalism, in order to discuss how control mechanisms act on the body and human psyche, shaping subjectivity to legitimize power structures. Additionally, it seeks to reflect on the role of family and marriage in perpetuating sexual repression, instrumentalized to make individuals adaptable to the demands of the dominant social system. According to Reich, the existence of discourse about the need to create more repressions aims to ensure a model subject, generating a self-reinforcing dynamic that perpetuates social domination. It is believed that this work can provide a critical reflection on how social, economic, and cultural factors impact individuals' psychic and emotional health, helping to refute the idea that psychic illness is an individual issue. Furthermore, by highlighting the existence of other historical models and possible ways of living collectively and harmoniously, it rescues an alternative vision of social and relational functioning, offering a path for critical reflection on what has become naturalized today.

## **Keywords**

Tribal Society; Patriarchy; Neoliberalism; Wilhelm Reich; Sexuality.

## Sumário

Apresentação	13
1. Introdução	15
2. Vida, Obra e Legado de Wilhelm Reich: Sexualidade, Saúde e Transformações Sociais	22
2.1. Vida e obra de Wilhelm Reich	22
2.2. Reich e a revolução sexual: política social x natureza humana	37
2.2.1. Moral sexual e casamento na perspectiva reichiana	43
2.2.2. Família e repressão sexual: uma perspectiva crítica	47
3. Sociedades Tribais: Organização Social e Parentalidade	55
3.1. Sociedades Tribais	55
3.2. A noção de infância nas sociedades tribais	62
3.3. Arapesh	70
3.3.1. Cooperatividade em Arapesh	73
3.3.2. A parentalidade em Arapesh	76
4. A Propriedade Privada e a Ascensão do Capitalismo: Consolidação da Noção de Família e o Distanciamento dos Sujeitos de suas Necessidades Naturais	82
4.1. Patriarcado	82
4.2. Família monogâmica	89
4.3. Capitalismo	95
4.3.1. O mito de Erisícton	95
4.3.2. O desenvolvimento do capitalismo	98
4.3.3. A família burguesa	107
5. Sociedades Atuais	115
5.1. Liberalismo	115
5.2. Estado de Bem-Estar Social	120

5.3. Neoliberalismo	125
5.3.1. Financeirização	134
5.3.2. A lógica da financeirização no setor da educação	139
5.3.3. Mercantilização, fetichismo e a sociedade do hiperconsumo	145
5.3.4. Digitalização: ferramenta do hiperconsumo	149
5.4. A família contemporânea	153
6. Considerações Finais	162
7. Referências Bibliográficas	167

## Lista de siglas e abreviaturas

CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
DSM	Manual Diagnóstico Estatístico de Transtorno Mentais
EaD	Educação a Distância
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
FDA	<i>Food and Drug Administration</i>
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
GATS	Acordo Geral sobre Comércio de Serviços
IES	Instituições de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPA	Associação Psicanalítica Internacional
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SEB	Sistema de Ensino Brasileiro
TDAH	Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade
UFSCar	Grupo de Estudos e Pesquisa em Química Verde da Universidade Federal de São Carlos

*A melhor maneira de evitar que um prisioneiro escape  
é garantir que ele nunca saiba que está na prisão.*

Fiódor Dostoiévski

## **Apresentação**

A motivação para este estudo começou a tomar forma em 2017, quando iniciei minha primeira formação na teoria reichiana no Centro de Análise do Movimento Vivo (AMV). Foi nesse espaço que pude aprofundar minha compreensão sobre os impactos do social na saúde psíquica e emocional do sujeito — uma perspectiva que contrastava com minha formação acadêmica tradicional, que, em grande parte, apresentava tais questões como problemas majoritariamente individuais.

A pandemia de COVID-19 e a conjuntura política daquele momento no Brasil trouxeram novos desafios e impulsionaram uma série de debates dentro do Centro AMV. Esse período me colocou em contato, de maneira mais concreta e atual, com conceitos que, até então, eu conhecia apenas pelos estudos de Wilhelm Reich, cujo momento histórico apresentava uma outra forma de funcionar. A partir dessas discussões, comecei a questionar de que forma essas mudanças atravessavam minha própria vida, o que resultou em um momento particularmente desafiador para mim.

Ao expandir minha visão sobre o tema, percebi em minha clínica um aumento significativo de sintomas nos pacientes relacionados a questões que eu mesma havia identificado durante minha terapia individual, todos de alguma forma interligados ao novo momento histórico. Esse movimento me levou a perceber, na prática, a força dos apontamentos de Reich sobre a prevenção da neurose, cuja principal ferramenta é a informação. Assim, passei a integrar os atendimentos clínicos com informações de como operava o sistema social junto da análise reichiana, propriamente dita, criando um espaço de reflexão ampliado para os pacientes.

Ao ser inquietada sobre o tema e buscá-lo de forma acadêmica, deparei-me com diversos textos que discutiam o sistema, mas sem apontar o que faz com que o indivíduo esteja tão apto a viver todos esses processos sem se dar conta. Essa ausência de respostas reforçou minha necessidade de compreender como os mecanismos sociais e psíquicos operam na manutenção desse estado de alienação e, conseqüentemente, fortaleceu minha motivação para aprofundar a pesquisa.

Wilhelm Reich já apontava em seus estudos que houve um tempo em que as pessoas podiam viver sua sexualidade de forma mais livre, mas sem se

aprofundar em como isso acontecia. Compreendendo que ter um parâmetro de uma outra forma de funcionamento nos ajuda a perceber o quão adoecidos estamos hoje, considereei essencial dedicar um capítulo da pesquisa a essa outra maneira de viver — mais coletiva e harmoniosa —, para que sirva como base de questionamento e reflexão.

Os resultados de entender esses mecanismos sociais se mostraram profundamente transformadores, tanto na minha trajetória pessoal quanto na prática clínica. Ao compreender os movimentos econômicos e sociais contemporâneos e suas implicações, torna-se possível desenvolver uma reflexão crítica sobre como internalizamos essas ideologias em nossas vidas. Esse olhar ampliado não apenas favorece um maior entendimento sobre os processos de adoecimento psíquico, mas também fortalece a capacidade de agir de forma mais consciente e autônoma diante das pressões sociais. Dessa forma, a pesquisa não apenas busca analisar os impactos dessas dinâmicas na subjetividade, mas também oferecer ferramentas para um questionamento mais profundo e uma ressignificação das relações individuais e coletivas.

## 1. Introdução

O percurso histórico da humanidade revela um constante processo de adaptação e transformação das relações sociais, econômicas e culturais. Desde os povos originários, marcados pela conexão profunda com a natureza e pela vivência coletiva, até o contexto contemporâneo, dominado pelas dinâmicas do capitalismo neoliberal e digital em uma lógica financeirizada, observam-se mudanças estruturais que impactaram significativamente a subjetividade humana, as relações afetivas e a organização social. Esta dissertação tem como objetivo central analisar essas transformações, investigando as interseções entre organização social, repressão sexual, capitalismo e tecnologia, e como essas dinâmicas reconfiguraram a experiência humana, com ênfase na vida familiar, ao longo da história.

Com o propósito de integrar um debate mais amplo sobre as mudanças que moldaram a sociedade atual e seus efeitos na formação da subjetividade humana, esta pesquisa pretende contribuir para uma reflexão crítica que possibilite compreender os desafios atuais e os possíveis caminhos para enfrentá-los. Em um contexto marcado por crises ambientais, desigualdades sociais e alienação individual, parte-se do pressuposto de que entender as raízes desses fenômenos é um passo essencial para visualizar alternativas que favoreçam modos de vida mais conectados às necessidades humanas e à harmonia com o meio ambiente. O presente trabalho busca, de forma teórica e analítica, debruçar-se sobre os processos históricos da contemporaneidade, podendo fomentar transformações sociais e pessoais mais profundas.

A intenção desta dissertação é fornecer um panorama que permita identificar os lugares que foram ocupados ao longo da história da humanidade, os modos de vida praticados, as transformações que ocorreram e como essas mudanças impactaram as relações com o mundo e entre os sujeitos. Essa abordagem busca oferecer subsídios para que se possa refletir sobre a condição atual, reconhecer as dinâmicas que influenciam os sujeitos e encontrar caminhos para mudanças mais conscientes e eficazes. Afinal, é impossível sair de um lugar sem antes reconhecer que se está nele.

No campo da psicologia clínica, observa-se como o indivíduo enfrenta desafios internos e externos ao tentar se conectar consigo mesmo em um ambiente

marcado por demandas sociais e econômicas. Tal perspectiva evidencia que não é possível tratar a saúde mental de forma isolada, desconsiderando as influências contextuais mais amplas. Desta forma, a presente dissertação tem o compromisso de integrar esses aspectos, propondo uma análise que vá além do indivíduo e sua subjetividade, compreendendo-o em sua relação com os contextos coletivos, temporais e simbólicos.

A base teórica que sustenta este trabalho é fundamentada na teoria reichiana. Wilhelm Reich (1968) oferece uma perspectiva interdisciplinar para compreender como a sociedade molda diretamente a dimensão subjetiva dos indivíduos. Argumenta que as repressões impostas pelas estruturas sociais retiram o prazer da vida dos indivíduos, desconectando-os de suas necessidades naturais e condicionando-os a se adaptarem às exigências de sistemas hierárquicos e econômicos. Para o autor, a sexualidade é sinônimo de prazer, uma força vital que conecta o indivíduo consigo mesmo e com o mundo ao seu redor. Quando essa dimensão é reprimida, os indivíduos são transformados em sujeitos submissos, alienados de sua própria natureza e facilmente adaptáveis às dinâmicas de dominação social (Reich, 1968).

Nesse sentido, *A Revolução Sexual* de Reich (1968) é especialmente relevante para este estudo, uma vez que examina como a repressão sexual, promovida pelo social, atua para limitar o acesso ao prazer, resultando em neurose individual dos sujeitos e, conseqüentemente, em um senso de conformidade. A obra fornece uma base teórica para compreender como operam as estruturas patriarcais, a propriedade privada e, posteriormente, o capitalismo, conceitos utilizados no presente trabalho para refletir sobre a situação atual do capitalismo neoliberal. A conclusão do autor demonstra que estes aspectos sociais não apenas moldaram o comportamento humano, mas desconectaram os indivíduos de sua capacidade de sentir e experimentar prazer de forma plena e autêntica.

Além de Reich, dois outros autores desempenham um papel fundamental nesta dissertação. Sergio Lessa (2012), através de suas análises sobre as transformações sociais, permitiu mapear o impacto das mudanças históricas na estrutura familiar. Com ele, foi possível compreender como a família deixou de ser um clã coletivo, conectado ao ambiente e à vida comunitária, para se tornar uma instituição centralizada no repasse de valores morais e na repressão sexual. Para Reich (1968), essa repressão é uma condição indispensável para transformar

os indivíduos em sujeitos submissos e acríticos, moldados para sustentar o funcionamento das estruturas de poder e dominação.

Outro autor essencial é Patzdorf (2022), cujas contribuições foram decisivas para entender o processo de desconexão dos sujeitos promovido pelo capitalismo. Por meio de suas reflexões, o trabalho explora como o corpo e a sexualidade foram progressivamente distanciados de sua natureza essencial, sendo transformados em mercadorias no contexto contemporâneo. Esse processo, que desconecta os indivíduos de sua própria corporeidade, é uma expressão direta das dinâmicas do capitalismo, que coloniza até mesmo os aspectos mais íntimos da experiência humana, moldando desejos, afetos e práticas de acordo com as demandas mercadológicas.

As transformações sociais analisadas neste trabalho também ajudam a compreender a crise climática, muitas vezes naturalizada ou ignorada na vida cotidiana. O estudo aborda como, ao longo da história, perde-se a conexão com a natureza, que deixou de ser sagrada e passou a ser instrumentalizada pelo capitalismo. A substituição de uma moralidade conectada à vida por um moralismo repressivo fragmentou o sentimento de pertencimento ao meio ambiente, dificultando a percepção de como as ações humanas impactam o planeta. Um exemplo da desconexão entre o indivíduo e a realidade ambiental nas redes sociais é o número massivo de postagens retratando com admiração e encantamento um pôr do sol com tons de laranja e vermelho — sintoma de poluição extrema —, sem reconhecer o impacto ambiental alarmante presente no fenômeno.

A dissertação também aborda como o capitalismo neoliberal intensificou desigualdades e transformou o trabalho — que nas sociedades tribais era integrado à vida e ao bem-estar coletivo — em uma atividade alienante e subordinada ao capital. A alienação do trabalho e a fragmentação das relações interpessoais criaram condições para o aumento de problemas de saúde mental, exacerbados por redes sociais que promovem uma sociabilidade superficial e um consumismo desenfreado.

A estrutura desta dissertação é composta por quatro capítulos teóricos. O primeiro capítulo apresenta vida e obra de Wilhelm Reich, destacando suas contribuições nos mais diversos campos do saber e seu papel fundamental na compreensão das dinâmicas sociais e da sexualidade humana. O capítulo começa

com a apresentação da trajetória pessoal e profissional de Reich, mostrando como suas ideias se desenvolveram ao longo do tempo. Apesar de sua relevância, suas contribuições foram amplamente marginalizadas pela ciência, em grande parte devido aos ataques que sofreu ao longo da vida, principalmente por abordar a sexualidade humana – um tema de profunda importância para o bem-estar individual e coletivo, mas cercado por tabus e repressões culturais.

Adicionalmente, o capítulo examina as ideias de Reich sobre o impacto das dinâmicas sociais no sujeito, destacando sua visão de que as repressões sociais, especialmente aquelas que afetam o prazer e a sexualidade, são fatores centrais para o adoecimento psíquico e social. Segundo o autor a sexualidade é uma função essencial para a saúde do indivíduo, sendo sinônimo de prazer e estando conectada à vitalidade humana. No entanto, as repressões impostas pelas estruturas sociais limitam essa função, levando os indivíduos a desenvolverem comportamentos prejudiciais tanto para si mesmos quanto para a coletividade. Esse ciclo de repressão e adoecimento é mantido por um moralismo que insiste em reprimir o prazer, desenvolvendo indivíduos neuróticos com ações neuróticas para, *a posteriori*, justificar a necessidade de mais repressão, criando uma dinâmica difícil de romper.

Dentre os conceitos fundamentais apresentados no primeiro capítulo, destaca-se a *economia sexual* (REICH, 1968), uma proposta que sugere um equilíbrio entre as necessidades naturais do indivíduo e as demandas sociais, bastante similar às formas de vida das sociedades tribais. Reich (1968) argumenta que, nessas comunidades, a ausência de repressão sexual e moralismos permitia uma convivência mais saudável e harmônica, em contraste às dinâmicas repressoras das sociedades contemporâneas. O capítulo também discute temas como o papel da família e do casamento na perpetuação da repressão sexual, destacando como essas instituições são instrumentalizadas para moldar indivíduos submissos e adaptáveis às exigências do sistema social dominante.

Partindo do conceito de economia sexual de Reich (1968) apresentado no capítulo um, o capítulo dois dedica-se a demonstrar aos modos de vida das sociedades tribais, retratando uma organização social caracterizada pela ausência de capital, propriedade privada e de um Estado coercitivo. Essas sociedades, conectadas profundamente à natureza e à coletividade, oferecem um contraponto às estruturas contemporâneas ao demonstrar que, desprovidos de moralismos

repressivos de seus desejos e sexualidade, os indivíduos poderiam viver de forma mais saudável consigo mesmos e com os outros.

Essas comunidades mantinham uma divisão de funções entre homens e mulheres, sem que isso implicasse em hierarquias ou na superioridade de um gênero sobre o outro. A hierarquia, nesses contextos, baseava-se no reconhecimento, e as crianças eram educadas de forma livre de repressões, permitindo a formação de indivíduos conectados consigo mesmos e aptos a perpetuar modos de vida equilibrados e saudáveis. Assim, este capítulo funciona como uma base teórica e empírica para demonstrar que a desordem e o caos, frequentemente associados à natureza humana, não são verdadeiramente intrínsecos, mas resultados de sistemas repressivos consolidados historicamente, como apontou Reich (1968).

O terceiro capítulo reflete sobre o surgimento do patriarcado, da propriedade privada e do capitalismo, que introduziram mudanças fundamentais na organização social. A família ganha um novo contorno a partir da entrada das mulheres no mercado de trabalho. O reconhecimento, característica central das hierarquias tribais, foi substituído pela autoridade imposta e, posteriormente, pelo autoritarismo sustentado por um moralismo repressivo. Nesse contexto, homens, mulheres e crianças foram inseridos em uma dinâmica que suprimiu o prazer e a sexualidade em nome da acumulação de poder e da manutenção de estruturas sociais emergentes (burguesia).

Nasce a família monogâmica, utilizada até os dias de hoje como principal referência de estrutura familiar alterando ainda os contextos de educação e socialização. Reich (1968) destaca a família monogâmica e o casamento como instituições que perpetuam a repressão sexual, instrumentalizadas para moldar indivíduos submissos e adaptáveis às exigências do sistema social dominante. Neste viés, o capítulo destaca: o patriarcado, a propriedade privada, o capitalismo e a família nuclear como transformações centrais para a formação de sujeitos submissos, alienados e condicionados a perpetuar as novas ordens sociais.

O quarto capítulo concentra-se na análise das sociedades atuais, destacando o surgimento e a consolidação do capitalismo neoliberal financeirizado. Este modelo econômico, marcado pela financeirização, mercantilização e digitalização da vida, é apresentado como um dos principais responsáveis pela intensificação das formas de alienação. O capítulo aborda o

papel do Estado de Bem-Estar Social como uma tentativa de mitigar as desigualdades do sistema capitalista, analisando sua função política e econômica na regulação do mercado e na garantia de direitos sociais. No entanto, a transição para o neoliberalismo desconstruiu essas funções em favor da lógica mercadológica, ampliando as desigualdades e transformando instituições sociais em instrumentos de acumulação de capital.

Entre os conceitos fundamentais abordados, destaca-se a financeirização, um processo pelo qual os setores econômicos são subordinados às dinâmicas do mercado financeiro. Como exemplo dessa lógica, menciona-se o impacto no setor da educação, que, depois da família, é uma das maiores instituições de formação de pessoas. Neste sentido, a financeirização da educação transforma o ensino em uma mercadoria, em um processo em que o acesso e a qualidade são suprimidos em nome da lógica da acumulação, e o aprendizado é moldado para atender às demandas do mercado em vez das necessidades humanas essenciais.

O capítulo quatro discute, ainda, outros conceitos igualmente relevantes, como a mercantilização da vida e o fetichismo da mercadoria, desenvolvidos por Marx (1983) e que ajudam a compreender como todos os aspectos da existência humana são transformados em bens consumíveis. Esses processos culminam no que se reconhece hoje como sociedade do hiperconsumo, na qual desejos e relações são continuamente moldados para servir à lógica da acumulação de capital, como apontado por Lipovetsky (2007). O fetichismo da mercadoria é analisado como um mecanismo central que oculta as relações de exploração por trás dos bens de consumo, reforçando a desconexão dos sujeitos e dificultando a compreensão das dinâmicas de dominação.

Além disso, o quarto capítulo explora o papel crucial da digitalização no funcionamento do neocapitalismo. A digitalização é apresentada como uma ferramenta estratégica que potencializa a eficiência das lógicas mercadológicas, ao capturar dados e moldar comportamentos de forma imperceptível. Portanto, este capítulo oferece uma análise abrangente do capitalismo neoliberal financeirizado e suas ramificações, articulando conceitos como financeirização, mercantilização, hiperconsumo, digitalização e fetichismo da mercadoria para ilustrar como essas dinâmicas moldam a subjetividade e reforçam as estruturas de dominação. A partir dessa abordagem, busca-se compreender as complexidades

do sistema atual e as barreiras que ele impõe à reconexão dos indivíduos com suas necessidades humanas e com a possibilidade de transformação social.

Retomando os ensinamentos de Reich (1968), o capítulo aborda ainda como a sexualidade humana, entendida pelo autor como uma função essencial para a saúde integral, tem sido capturada pelo capitalismo neoliberal e pelas redes sociais. Essas plataformas e dinâmicas mercadológicas não apenas desconectam os indivíduos de suas necessidades naturais, mas também transformam o prazer e a sexualidade em produtos de mercado, moldados para atender aos interesses do capital neutralizando a possibilidade de mudança.

Desta forma, a partir das sociedades tribais e das críticas reichianas às dinâmicas do capitalismo e do patriarcado, este trabalho busca não apenas analisar as implicações do sistema atual na dinâmica social, mas apontar a possibilidade de uma vida mais saudável, harmônica, conectada à natureza e realmente alinhada às necessidades humanas.

## 2. Vida, Obra e Legado de Wilhelm Reich: Sexualidade, Saúde e Transformações Sociais

*“Only the liberation of the natural capacity for love in human beings can master their sadistic destructiveness.”*  
(Wilhelm Reich, s.d.)

### 2.1. Vida e obra de Wilhelm Reich

Neste tópico, serão abordados os principais aspectos da vida e da obra de Wilhelm Reich (1897-1957), médico e psicanalista cuja trajetória intelectual transitou por campos diversos do saber, como medicina, psicologia, sociologia e física. Para isso, será utilizado como base o documentário *Amor, Trabalho e Conhecimento: A Vida e as Provações de Wilhelm Reich*, dirigido e produzido por Kevin Hinchey e Glenn Orkin, em 2020, e sua autobiografia *Paixão de Juventude* (Reich, 1998). Esse documentário foi uma iniciativa do *Wilhelm Reich Museum*, financiado por instituições reichianas de todo o mundo, com o objetivo de informar sobre sua vida e obra da forma mais honesta e fidedigna possível. Sua construção envolveu uma série de entrevistas com estudiosos, pessoas que trabalharam direta ou indiretamente com ele e seus familiares, além da utilização de um vasto acervo de cartas, áudios e outros materiais preservados no museu.

Este capítulo terá como foco o aspecto social desenvolvido por Reich, mas inicialmente, serão apresentadas as suas contribuições científicas como forma de disseminar suas ideias e compreender o contexto e a linha de raciocínio que orientaram o desenvolvimento de suas teorias. Essa abordagem é essencial para desmistificar as inúmeras difamações que o estudioso sofreu ao longo de sua trajetória, responsáveis por relegá-lo à margem da história e, conseqüentemente, impedindo que suas descobertas inovadoras pudessem contribuir não só para o avanço da ciência, mas também para a compreensão de como o social adocece o sujeito em prol do capital.

Wilhelm Reich nasceu em 24 de março de 1897 em Galícia, no nordeste do Império Austro-Húngaro, hoje conhecido como Ucrânia Ocidental. Sua família arrendava uma fazenda nas redondezas e o autor passou sua infância no campo.

Em seu livro *Paixão de Juventude* (Reich, 1998), consta o registro de que existia uma segregação entre a família de Reich e os trabalhadores da fazenda, além de que seu pai, de tradição judaica não ortodoxa, impedia seus sucessores de utilizarem a mesma língua judaica falada pelos judeus que trabalhavam administrativamente na propriedade. Assim, era possível apenas a comunicação através do alemão — idioma considerado pelo patriarca como culturalmente superior — e, às vezes, do hebraico.

De acordo com sua autobiografia, aos 8 anos de idade Reich vivenciou uma cena que o deixou boquiaberto e pessoalmente marcado: enquanto brincava no quintal de sua casa, o filho de um dos empregados o atingiu com uma pedra na testa, ocasionando um pequeno ferimento. Tomando conhecimento do ocorrido através de sua mãe, seu pai agrediu o trabalhador, que não esboçou nenhuma resistência.

A educação escolar de Reich se deu inteiramente dentro dessa fazenda, onde fez aulas com uma professora até seus quatro anos e, posteriormente, foi tutorado por preceptores universitários. Sua mãe se envolveu afetivamente com um dos seus preceptores, fazendo com que Reich fosse, mais tarde, pressionado por seu pai a confessar o que tinha testemunhado entre os dois. Depois desse evento, a família foi sendo acometida por outros desdobramentos ainda mais trágicos. Quando Reich tinha apenas treze anos, sua mãe cometeu suicídio em decorrência das sucessivas agressões que vinha sofrendo por seu marido depois da descoberta da traição. Quatro anos mais tarde, com o emocional abalado, dificuldades econômicas e sofrendo de tuberculose, seu pai também veio a falecer.

Após o falecimento dos pais, Reich tomou brevemente o controle da propriedade arrendada pela família. O império Austro-Húngaro declara guerra à Sérvia e, tendo a Alemanha como aliada, a internacionalização desse confronto resulta na Primeira Guerra Mundial. O país é tomado por um sentimento de instabilidade e insegurança, fazendo com que regiões como a que se localizava a fazenda da família se tornassem muito perigosas. O autor, ainda assim, decide permanecer na localidade, tendo como hóspedes, logo após o início da guerra, alguns soldados russos que quase o levaram como refém. Com os nervos à flor da pele, Reich ingressou como voluntário no exército austríaco, vivenciando momentos nas frentes de batalha na Itália como cabo, tenente e até comandante.

Depois dessa experiência, escreveu em seu diário suas observações a respeito do tempo que passou no exército, citando a automatização das pessoas e de seus comandos, e a hierarquização existente em todos os espaços. Além disso, Reich (1988) relaciona a maneira como as pessoas respondiam à guerra através de suas vidas infantis: “Estávamos simplesmente preparados desde a infância para a subjugação à ideologia da máquina de guerra. Na guerra não havia nada de fundamentalmente novo: era simplesmente o teste de força da velha autoridade” (1988, p. 60). Assim, ele começa a desenhar o que viria a se tornar uma das bases de sua obra: a relação, até então nunca explorada, entre cultura, ideologia e a infância.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial e da monarquia de Habsburgo, Reich se muda para Viena. Em janeiro de 1919, iniciou a escola de medicina da Universidade de Viena e conheceu Otto Fenichel, estudante que nutria um profundo interesse pela psicanálise e pelos temas da sexualidade desenvolvidos na época. Os dois notam que a sexualidade era pouco discutida dentro da faculdade de medicina e organizam seminários com as literaturas existentes.

No momento do interesse de Reich pela psicanálise, Sigmund Freud (1856-1939) começava a publicar suas descobertas a respeito da libido, que inicialmente era compreendida como algo físico que acontecia na unidade mente-corpo. A psicanálise da época apontava que era necessário tornar conscientes os impulsos sexuais proibidos para que os pacientes pudessem se curar, uma vez que se acreditava que o cerne dos sintomas neuróticos era a repressão da sexualidade. Toda essa temática aproxima o jovem Reich da psicanálise, tornando-se, com a ajuda de Freud, líder dos seminários de sexologia da universidade e, mais tarde, em 1920, membro da sociedade psicanalítica.

Além de Freud, Wilhelm Reich também teve contato com outras pessoas que tiveram impacto importante na construção dos seus pensamentos, como o filósofo francês Henri Bergson (1859-1941). Isso confirma que sua teoria da energia e da unidade entre mente e corpo teve influência do pensamento bergsoniano, principalmente da ideia de que existe uma força criativa que governa a vida. Esse aspecto será melhor desenvolvido mais tarde em Orgonomia, parte final do seu trabalho. Embora Reich tenha sido, segundo ele, apelidado de “bergsoniano maluco”, existe um ponto principal em que suas ideias viriam a se desvincular, posteriormente, das do filósofo: para ele, a energia vital do nosso

organismo é concreta e mensurável; já para Bergson, ela seria oriunda de um aspecto espiritual.

Aos vinte e cinco anos, Reich começou a atuar em uma policlínica psicanalítica que tinha como objetivo realizar atendimentos em pessoas que não podiam pagar por uma análise convencional. Ali, as pessoas buscavam atendimento por questões sexuais, médicas e psiquiátricas, resultando dessa experiência um maior repertório de observações a respeito das deficiências da psicanálise, principalmente no que diz respeito à reminiscência dos sintomas neuróticos. Para solucionar o problema, Reich propõe a criação de seminários técnicos para discutir os estudos de caso e padronizar as técnicas terapêuticas.

Ao tentar compreender como os pacientes podiam se curar, ele percebe que se ater apenas às palavras era uma abordagem muito limitada. Propõe, então, que a expressão corporal, do olhar, e a atitude geral do corpo como um todo diziam muito sobre as repressões dos pacientes. Essas atitudes reprimidas no corpo foram denominadas por ele como couraça de caráter (quando psíquicas), e couraça muscular (quando ancoradas nos aspectos biológicos). Reich compreende que as emoções reprimidas também se manifestaram nesses aspectos não-verbais dos sujeitos e, atuando de forma correta na análise, poderiam ser evocadas e liberadas.

Seu interesse pelo corpo e pela sexualidade o leva a reconhecer a significância terapêutica mais íntima da experiência humana: o orgasmo. Em 1924, apresentou um artigo para a Associação Psicanalítica Internacional (*International Psychoanalytical Association* - IPA), apresentando seus estudos que entendiam o restabelecimento de poder ter um orgasmo satisfatório como o pilar para uma saúde emocional, o qual o autor denomina como potência orgástica.

A potência orgástica significa, para ele, a capacidade de um organismo de se abrir para um fluxo de energia do corpo, não tendo relação com a quantidade de vezes que uma pessoa faz sexo, mas com a satisfação genuína gerada pelo ato. Aqui reside uma das principais confusões com sua obra: a ideia de que Reich entendia que tudo era solucionado através do sexo. Na verdade, o que o autor aponta em sua obra é que a potência orgástica se relaciona com a experiência emocional da junção de dois organismos, não com o ato em si. O autor afirma que, ao atingir essa capacidade, o indivíduo se expressa de forma mais criativa e compatível com a realidade.

Um dos seus estudos centrais sobre o tema foi apresentado através do livro *A função do Orgasmo* (REICH, 1926). Nesse livro, ele articula a teoria do orgasmo pela primeira vez, apresentando a ideia de um tipo de energia mensurável ou substância química que, quando não descarregada de forma satisfatória, tornam-se bases dos sintomas neuróticos e do caráter. Ou seja, o autor acreditava que, uma vez estabelecida a capacidade do organismo de se relacionar e se entregar ao outro — potência orgástica —, a fonte de energia da neurose cessava. Embora suas ideias sobre a potência orgástica entrassem em conflito com as formulações de Freud sobre a libido — uma vez que, para Reich, a libido não poderia ser satisfeita, sendo necessária a sua insatisfação para que a civilização pudesse seguir com suas regras de convivência —, Freud concorda em publicar sua obra.

Seis meses após a publicação do livro, Reich testemunhou o incêndio no palácio da justiça em Viena, acontecimento que marca o início dos eventos que antecederam a Guerra Civil na Áustria, e que o levou a se interessar pelas obras de Marx e Engels. Para ele, os *insights* que o marxismo trouxe para compreensão social humana eram tão fundamentais quanto os psicanalíticos, pois enquanto o primeiro visava tornar os homens conscientes das leis econômicas e das explorações sobre os trabalhadores, o segundo tinha como objetivo tornar os indivíduos conscientes da repressão sexual civilizatória.

Nesse momento, Reich compreende que o distúrbio sexual, que se torna a base das neuroses, era como uma epidemia promovida por uma variedade de influências sociais repressivas. Dessa forma, ele entende que a análise individual era limitada, propondo que o foco deveria estar na prevenção da neurose e na disseminação das artimanhas sociais, que resultam em um distanciamento do indivíduo da sua própria natureza e sexualidade. Esses processos, por sua vez, configuram uma dinâmica social, conforme apresentado neste trabalho.

Essas novas ideias também não são bem aceitas na psicanálise, pois Freud entendia que não era dever dela tentar salvar o mundo. Esse choque de opiniões fez com que Reich decidisse ir para Berlim, uma vez que sua dedicação passou a estar em promover uma psicologia das massas, e sua maior chance de espaço para tal se daria através do Partido Comunista.

Pouco antes de sua chegada na Alemanha, o Partido Alemão Nazista se tornou o segundo maior do país e havia confrontos por toda parte. Reich se filiou

ao Partido Comunista, interessado em criar uma organização de reforma sexual por conta própria. Mas, dois meses após sua chegada, seu nome apareceu em relatórios policiais apontando-o como inimigo potencial do Estado.

Durante seu envolvimento com o Partido Comunista, Reich conduziu palestras nas mais diversas unidades das escolas marxistas. A partir desse movimento, ele funda a SEXPOL, uma organização juvenil composta por dez mil membros, acreditando que poderia engajar os jovens na revolução ao abordar questões políticas relacionadas à sexualidade. Entretanto, logo ficou claro que o interesse do Partido Comunista era de apenas atrair eleitores, e só estavam dando espaço para o tema a fim de ganhar pontos e se aproximar dos politicamente não ativos.

Essa distinção de interesses entre ele e o Partido Comunista se evidencia com a resistência do partido em publicar seu livro *A Revolução Sexual* (REICH, 1936), cuja publicação só se dá mais tarde, através de sua gráfica independente. Isso fez com que ele se tornasse alvo de críticas na comunidade, e fosse forçado a mudar-se novamente devido à tensão crescente com os nazistas.

Na volta para Viena, Reich encontra um país com muitas turbulências políticas, e Freud estava se dedicando significativamente para que a teoria psicanalítica pudesse sobreviver à Europa fascista. Buscando proteger sua ciência, o pai da psicanálise decide, então, cancelar a publicação do livro *Análise do Caráter* (REICH, 1945), o que deixou Reich extremamente frustrado, visto que o livro era estritamente voltado à psicologia, e não possuía cunho político.

Em meio a todas essas tensões, Todd Philipson, um médico dinamarquês, convida o autor austríaco para ir à Dinamarca treinar outros médicos com a técnica da análise do caráter. Assim, Reich deixa suas duas filhas em Viena e segue para esse novo curso. A partir do contato crescente com o nazismo, o autor desenvolve uma de suas principais obras, intitulada *Psicologia de Massas do Fascismo* (REICH, 1945). Nela, ele aponta que o desenvolvimento do fascismo está enraizado em sua capacidade de compreender, manipular e explorar uma estrutura de caráter predominante das massas oprimidas, aproveitando-se do desejo coletivo por um líder forte que simbolize segurança e redenção — como um pai autoritário. Segundo o autor, essa necessidade de ser conduzido se dá pela impotência sexual dos indivíduos, que gera uma série de frustrações e raiva ao longo da vida. Uma

vez que os sujeitos não conseguem encontrar a possibilidade de externar seu descontentamento, encontram no líder uma autorização para fazê-lo.

Importa salientar que Wilhelm Reich foi o único psicanalista, em 1940, a declarar um repúdio claro e crítico ao nazismo, argumentando que as estratégias fascistas só obtinham êxito porque encontravam ressonância em uma estrutura de caráter já existente nos indivíduos — uma desconexão entre as pessoas e sua própria essência, natureza e prazer. Além disso, ele enfatizou em diversos artigos e textos que essas técnicas não foram criadas pelo fascismo; elas apenas foram expostas e habilmente exploradas por ele.

Ainda em seu período na Dinamarca, o autor elabora uma série de experimentos de laboratório utilizando seres humanos, em uma tentativa de medir as emoções da sexualidade de uma forma quantitativa. O autor tinha como objetivo responder questões da psicanálise como, por exemplo, qual seria a natureza da libido descrita na primeira tópica de Freud no ano de 1900. Reich (1968) entendia que, se a libido era uma energia biológica no corpo que desenvolve o sistema psíquico e somático, isso deveria ser mensurável. Naquele momento já existiam medições de carga elétrica aplicadas à superfície da pele, mas ninguém ainda as tinha medido nas superfícies erógenas.

Em 1934, um membro do Instituto Psicológico da Universidade de Oslo passa a ser seu paciente e oferece a oportunidade de Reich realizar esses experimentos no laboratório fisiológico da universidade. Ele inicia os trabalhos e prepara um documento com suas observações para ser apresentado na XIII Conferência Internacional de Psicanálise, na Noruega. No entanto, Ernst Jones e Anna Freud, líderes da associação psicanalítica da época, convidam Reich a se retirar da Sociedade Psicanalítica.

Já em seu tempo vivendo na Noruega, o autor segue desenvolvendo por conta própria seus estudos e experimentos para medir a energia biológica do corpo, e acreditando que essa energia está ligada à potência orgástica. As medições com seres humanos consistiam em apresentar estímulos prazerosos, como de uma pena passando pelo corpo, e desprazerosos, como o som de uma bexiga estourando, para medir o potencial elétrico da pele nas zonas erógenas em várias partes do corpo. Ele conclui, a partir dos resultados, que as situações satisfatórias aumentavam o nível elétrico na pele, enquanto as desagradáveis os faziam diminuir drasticamente.

Esses desdobramentos confirmaram para ele a fórmula do orgasmo que desenvolveu em seu livro *A função do orgasmo* (REICH, 1926), em que postulou que o clímax sexual apresentava uma tensão mecânica no organismo, aumentava o potencial elétrico do corpo, depois seguia por uma descarga, promovendo um relaxamento generalizado. A partir disso, Reich observou em seu laboratório que as amebas também seguiam esse mesmo padrão de funcionamento, concluindo que essa fórmula não se dava apenas no orgasmo, mas nos seres vivos como um todo: na formação celular, na reprodução, nos órgãos, entre outros. Assim, ele nomeou esse processo como a fórmula da vida.

Seus experimentos com amebas lhe renderam uma série de escritos a partir do momento em que elas começaram a se desintegrar em pequenas vesículas na presença de material inorgânico. O questionamento em torno de como seria possível amebas se formarem a partir de material vegetal morto tomou conta de suas pesquisas por um tempo, e esse novo material que surgiu sobre as vesículas foi nomeado por ele como bíons — uma espécie de forma transicional entre a matéria morta e a matéria viva.

O desenvolvimento dos bíons contradizia os experimentos de Louis Pasteur (1822/1895) no século XIX; no entanto, outras experiências de Reich seguindo a mesma lógica revelaram que materiais esterilizados dissolvidos em água também se dividiam nas mesmas vesículas. Seus estudos mostraram que esses bíons tinham um forte efeito biológico para aniquilar e imobilizar bactérias. Assim, Reich, médico de formação, une essas informações com seu conhecimento da biologia e intui uma hipótese para pensar que as doenças degenerativas poderiam seguir uma lógica muito similar. Ele acreditava que, quando a energia biológica paralisava no organismo, ocorria um comprometimento celular que levava a doenças, como o câncer ou as autoimunes.

Essa hipótese foi melhor compreendida por ele em 1936, em uma conferência sobre o câncer da qual participou. Nessa conferência, um pesquisador inglês apresentou um filme em *time-lapse* de um tecido vivo canceroso sobre um microscópio, e Reich observa muitas de suas considerações ali, o que o leva a investir imensamente no tema. No final do mesmo ano, o autor apresenta seus estudos para um professor da Universidade Mediterrânea em Nice, que fica entusiasmado e replica com sucesso esses experimentos na França.

Muitos cientistas deram inúmeras explicações para o que seriam os bíons. Com isso, em 1937, Reich entra em contato com a Fundação *Rockefeller* para dar seguimento à pesquisa dos bíons, mas os cientistas da organização, que nunca estiveram em seu laboratório ou em contato com a pesquisa, recusaram e afirmaram que isso não passaria de charlatanismo.

Ainda assim, Reich segue com sua pesquisa, que agora incluía a aquisição de tecidos cancerosos de vários hospitais de Oslo. Os resultados da pesquisa o animaram e também ao professor que replicava seus experimentos na França. Isso culminou, em agosto de 1937, na apresentação de seus experimentos para diversos cientistas do país francês, que confirmaram ver a mesma coisa que os dois pesquisadores viam. Ainda assim, muitos outros estudiosos continuavam descredibilizando o trabalho.

Em suas pesquisas particulares, seus resultados levaram Reich a considerar não apenas a possibilidade de explicar o processo do câncer, mas também de considerar a viabilidade de alcançar um método terapêutico que utilizasse os bíons como uma terapia para a doença. Isso se daria injetando o que ele denominou bíons PA em ratos doentes, processo em que observou o prolongamento da vida dos roedores, e alguns tumores menos graves foram até desintegrados. Todos esses experimentos estão documentados e explicados em seu livro *A biopatia do Câncer* (REICH, 2009).

Nesse momento, Wilhelm Reich volta a ser alvo de tabloides e artigos que atacavam e denunciavam seu trabalho científico e terapêutico, e diversos apontamentos de como ele seria um charlatão ou perverso sexual foram apresentados. A imprensa atraiu tanta atenção para os cientistas franceses que estavam ajudando o autor com a pesquisa, que eles desistiram de continuá-la. A narrativa que circulou majoritariamente na mídia foi de que seus experimentos eram rasos, ingênuos ou conscientemente enganosos.

Enquanto preparava sua mudança para os Estados Unidos da América, os experimentos com os bíons ganharam uma nova camada de complexidade. Um assistente do laboratório acidentalmente esquentou um recipiente de areia do mar — material inorgânico —, fazendo manifestar uma nova cultura de bíons que ele denominou SAPA bíons.

Quando Reich adicionou esse novo tipo de bíons ao slide de células cancerígenas, elas paralisaram quase que instantaneamente. Sua curiosidade o

levou a perceber outros efeitos dos SAPA bíons: a magnetização por instrumentos de metal e a inflamação nos olhos de quem se expunha a olhá-los por tempo demais, o que o levou a considerar que esses bíons emitiriam algum tipo de radiação.

Para compreender melhor as novas descobertas, Reich empregou uma das suas ferramentas mais importantes de pesquisa: uma caixa *faraday*, que consistia em um gabinete de metal, a fim de isolar a área que estava estudando. Todo esse cuidado era devido à sua crença de que não se tratava de uma radiação eletromagnética, mas de uma nova forma de energia que ainda era desconhecida. O autor denomina essa nova energia de Energia Orgone e desenvolve melhor essa ideia em diversos livros como *Éter, Deus e o Diabo* (REICH, 2019), *A função do orgasmo* (REICH, 1927), *A biopatia do Câncer* (REICH, 2009) e *A Superimposição Cósmica* (REICH, 1951).

Para migrar para a América, o autor teve a ajuda de seu amigo antropologista Bronislaw Malinowski, professor do *Smith College* que o ajudou a obter uma posição no *New School for Social Research*. Em seu sexto país em nove anos, Reich desembarca nos Estados Unidos, onde não se torna uma figura política como ocorreu na Europa, pois muitos rumores sobre ele foram espalhados por colegas da medicina que emigraram antes dele. Ainda assim, o cientista reúne um novo grupo de médicos para seguir com suas pesquisas.

Nesse momento, Reich investe seu foco no laboratório, com sua descoberta da Energia Orgone e cuidados com o câncer. Todavia, três meses após a sua chegada no país, ele vira alvo de denúncias caluniosas envolvendo a prática de atividades comunistas na América. Uma dessas acusações é de que ele teria sido um agente comunista na Áustria, gerando o primeiro de uma série de problemas que viria a ter com o FBI e o governo americano.

Com o andamento de suas pesquisas com os bíons, ele se esforçava agora para isolá-los e estudar os efeitos visuais dos SAPA bíons usando as caixas de *Faraday*. A partir da percepção de que materiais metálicos tinham influência sobre essa energia, começou a revestir suas caixas com esses compostos, formando camadas com fibra de vidro para avaliar se ajudaria a concentrar a energia ali dentro. Suas observações estavam corretas, uma vez que, quando desmontou, ventilou e remontou a caixa, a concentração desse novo tipo de radiação ainda estava presente ali.

A resposta para tal fenômeno foi compreendida por Reich em uma viagem para a Nova Inglaterra, quando, ao observar a noite através de lentes de aumento, viu o mesmo cintilar dos SAPA bions no céu. Isso o ajuda a concluir que essa energia estava presente na atmosfera, ou seja, as caixas de *Faraday* concentravam e atraíam a energia da atmosfera. Reich, então, renomeou as caixas para *acumulador de orgone*.

Ainda dedicado aos estudos do câncer, o cientista cria acumuladores de orgone menores em que insere camundongos acometidos pela doença. Dessa forma, ele descobre que os efeitos relacionados a um prolongamento da vida dos bichos eram ainda maiores na caixa do que quando ele os injetava com bions.

Além disso, Reich observou uma diferença de temperatura entre o interior e o exterior dos acumuladores. Essas descobertas o motivam a escrever para Albert Einstein (1879-1955) em busca de uma opinião profissional sobre o significado e as implicações dessas revelações. O físico o responde com grande interesse e o convida para ir ao seu encontro demonstrar suas experiências. Depois do encontro, Einstein responde a Reich com uma explicação alternativa para a diferença de temperatura do acumulador, e, mesmo com um retorno de Reich refutando seus argumentos com uma série de experimentos, o físico não o responde de volta.

Em 1941, Reich testa pela primeira vez os acumuladores de orgone em seres humanos voluntários que tinham sido diagnosticados com câncer terminal. Os colaboradores assinaram um documento alegando ciência de que nenhuma cura era prometida e que todo o processo seria experimental. O médico austríaco, então, escreve novamente para Einstein e para o chefe do departamento médico da universidade em que trabalhava, contando os resultados preliminares da pesquisa, mas o físico nunca o respondeu. A resposta viria do instituto, que fez rescindir o contrato de trabalho de Reich.

Ainda no mesmo ano, mais uma investigação do FBI se iniciou devido a alegações feitas pelo Departamento do Estado de que Reich era uma ameaça em potencial para a segurança interna do país, e pediram sua prisão preventiva. Seu nome foi incluído na lista de detenção do Departamento de Justiça e, algum tempo depois, levaram-no sob custódia. Sua detenção durou vinte e cinco dias, durante os quais sua casa, livros, documentos e cartas foram fiscalizados pelo Escritório Federal de Investigações dos EUA.

Após sua soltura, o autor compra uma fazenda no Maine, que nomeia como *Orgonon*, e segue desenvolvendo sua pesquisa no local. Aos 47 anos, Reich é pai novamente e o nascimento desse filho o faz perceber a importância da relação mãe-bebê, além da necessidade de um cuidado maior com a infância.

Em 1947, um artigo publicado pela revista *New Republic* por uma jornalista independente dizia que Wilhelm Reich cometia fraude com seus acumuladores de orgone, e afirmava que ele alugava o material para que seus pacientes pudessem atingir a potência orgástica. Essa publicação dá início a uma falsa narrativa, perpetuada até os tempos atuais, de que a caixa orgone seria uma caixa sexual. Além dos rumores, o texto capta a atenção do conselho consultivo médico da Comissão Federal de Comércio, que faz uma denúncia formal à *Food and Drug Administration* afirmando que o autor estava fornecendo a cura do câncer a partir de uma substância fantástica.

Posteriormente, Reich passou a realizar experimentos com contadores Geiger e observou que, quando expostos a altas concentrações de energia orgônica por longos períodos, os ponteiros desses dispositivos registravam contagens por minuto superiores às observadas em materiais radioativos. Com base nesses resultados, Reich deduziu que a energia orgônica poderia ser convertida em energia mecânica, utilizada como força motriz. Durante o desenvolvimento dessa pesquisa, ele buscou o apoio da Comissão de Energia Atômica, na esperança de obter auxílio e reconhecimento, assim como havia feito anteriormente ao contatar Albert Einstein. No entanto, mais uma vez, suas descobertas não foram levadas a sério pela comissão, e sua pesquisa acabou sendo ignorada novamente.

Em junho de 1948, Reich iniciou a construção do Observatório de Energia Orgone em Orgonon, próximo à sua residência. O observatório foi projetado para abrigar um segundo laboratório, composto por plataformas de observação, além de sua biblioteca e área de estudos. No entanto, a construção gerou muitos boatos e especulações. Acusações infundadas começaram a surgir, incluindo rumores de que Reich estaria levando pornografia para a região rural e promovendo orgias no local. Apesar das controvérsias, em 1950, Reich e sua família decidiram se mudar permanentemente para Orgonon, consolidando o espaço como centro de suas pesquisas. Depois de sua morte, em 1957, o local passou a ser dedicado à preservação de seu legado.

Ainda em 1948, diante da ameaça do uso de bombas atômicas durante a Guerra da Coreia, Reich se sentiu impelido a investigar os possíveis efeitos da energia orgone sobre a radiação nuclear. Ele acreditava que a energia orgone poderia neutralizar os efeitos nocivos da radiação atômica. Para testar essa hipótese, injetou material radioativo em camundongos saudáveis do laboratório e, em seguida, colocou os roedores no acumulador de orgone.

Pouco tempo após o início do experimento, as medições de radiação na sala e no laboratório aumentaram perigosamente. Nos dias seguintes, os experimentos resultaram na morte dos ratos dentro do laboratório. Mais preocupante ainda, colegas de trabalho que se encontravam a aproximadamente 200 pés do local relataram sintomas como dores, pressão no corpo e náuseas. Reich concluiu que a radiação foi excitada pela energia orgone altamente concentrada nos acumuladores, transformando-a em uma forma de energia mortal. Devido às leituras perigosamente altas de radiação no laboratório e em toda a propriedade, o cientista decidiu interromper os experimentos.

Então, o autor se mudou para a cidade, dividindo seu tempo entre a nova residência e visitas frequentes a Orgonon. Durante esse período, ficou alarmado com a persistência das altas leituras de radiação na área e com as nuvens escuras que pairavam sobre a propriedade. Atribuiu esses fenômenos aos efeitos da radiação na energia orgônica presente na atmosfera. Como resposta, suas pesquisas resultaram no desenvolvimento de um método para "limpar" a atmosfera utilizando tubos de metal ociosos e água, culminando na invenção de um dispositivo que ele chamou de *Cloudbuster*.

O *Cloudbuster* consistia de tubos de metal conectados por cabos a reservatórios de água, que, segundo ele, alteravam o fluxo natural e a concentração de energia orgônica na atmosfera. Essa alteração influenciava os níveis de umidade e os padrões de formação das nuvens. Reich denominou esse processo de “engenharia de energia cósmica”, e frequentemente coordenava múltiplos *Cloudbusters* em diferentes locais para operações conjuntas. Essas operações envolviam a sincronização de diversos dispositivos, incluindo os de Orgonon e de outras localidades, como Hancock e Nova York. Reich e sua equipe documentavam detalhadamente os eventos, registrando datas, direções do vento, fluxos de energia e os resultados obtidos. O exemplo mais notável desse trabalho ocorreu em 1953, quando o cientista foi contratado por agricultores de mirtilo na

costa do Maine para interromper uma seca severa. O sucesso dessa intervenção consolidou a reputação do *Cloudbuster* como uma ferramenta experimental na manipulação climática, conhecida até os dias atuais.

Naquele momento, as investigações conduzidas pela FDA sobre a energia orgônica já estavam em seu sexto ano, abrangendo atividades do Maine à Califórnia. O aluguel e a venda de quase 300 acumuladores de orgone, fabricados e enviados pela empresa S.A. Collins & Sons, estavam auxiliando a pesquisa de Reich, mas também atraindo atenção das autoridades. Convencida de que os acumuladores eram fraudulentos, a FDA, agindo sob as diretrizes da *Food, Drug, and Cosmetic Act*, elaborou uma queixa para solicitar uma liminar judicial.

Em 1954, após sete anos de investigação, a FDA declarou que a energia orgônica não constituía uma forma real de energia e era, portanto, inexistente. Conseqüentemente, o órgão buscava proibir o transporte interestadual dos acumuladores e confiscar os livros de Reich, alegando que os materiais constituíam a rotulagem fraudulenta de um dispositivo. Após consultar advogados, Reich ignorou os conselhos legais e tomou uma posição que dividiu opiniões: ele escreve uma carta ao juiz declarando que não compareceria ao tribunal, argumentando que questões científicas não podem ser resolvidas por litígios legais, apenas por observação rigorosa e debates abertos com outros cientistas. No entanto, o juiz não considerou a carta uma resposta legal válida, e emitiu a liminar por padrão, como se Reich não tivesse respondido à intimação. O decreto, redigido pelos oficiais da FDA, foi ainda mais severo do que a queixa inicial. Ele ordenava que Reich recuperasse todos os acumuladores em uso e os destruísse. Além disso, determinava a destruição de toda literatura contendo instruções sobre o uso ou montagem dos acumuladores, incluindo publicações científicas de Reich nos últimos doze anos.

Paralelamente, o autor estava profundamente envolvido em um projeto que vinha planejando por mais de uma década: levar os *Cloudbusters* ao Arizona para testar sua eficácia em combater as condições de seca no deserto. Ele acreditava que, ao demonstrar que poderia provocar chuva no deserto, finalmente conquistaria o reconhecimento do governo. Todavia, embora os resultados das experiências fossem promissores, sua expectativa não se concretizou.

Apesar de Reich ter avisado aos usuários dos acumuladores de energia orgônica sobre a proibição, ele nunca os recuperou, e os usuários tampouco os

devolveram. Atuando por conta própria, Dr. Silvert, seu braço direito em Orgonon, organizou o envio de um caminhão carregado de acumuladores e livros para Nova York, atravessando as fronteiras estaduais. A venda desses materiais gerou renda para sustentar os trabalhos de Reich com os *Cloudbusters* no deserto. Contudo, essa ação infringiu diretamente a liminar judicial emitida anteriormente e, algumas semanas após o retorno de Reich ao Arizona, em 1955, ele e Silvert foram acusados de desacato à corte.

No ano seguinte, Reich fez esforços sinceros, mas equivocados, para defender seus princípios científicos e solucionar os problemas legais que enfrentava. Ignorando novamente os conselhos de seus advogados, ele e Silvert decidiram atuar como seus próprios defensores no julgamento realizado em maio de 1956. Ambos se declararam inocentes da acusação de desacato, embora admitissem que haviam violado a liminar porque acreditavam ser necessário para o progresso de seu trabalho. Durante as instruções ao júri, o juiz enfatizou que a única questão a ser julgada era se a liminar havia sido violada, independentemente do motivo.

A sentença foi severa, e o tribunal recomendou penas de prisão. Essa decisão marcou o fim de quatro décadas de trabalho científico de Reich, consolidando, aos olhos do governo americano e de diversas organizações, a imagem de Reich como um criminoso e charlatão. Nos três meses seguintes, agentes da FDA supervisionaram a destruição de acumuladores de energia orgone e publicações em Orgonon. Em Nova York, toneladas de livros de Reich foram queimados em um incinerador de lixo municipal. De forma inexplicável, a FDA decidiu destruir os livros por completo, mesmo que a liminar determinasse apenas sua retirada de circulação. Essa queima pública se tornou um símbolo trágico da repressão enfrentada por Reich, e representou o fim de seu trabalho.

Em março de 1957, ele foi preso na Penitenciária Federal de Lewisburg, na Pensilvânia. Sete meses depois, aos 60 anos, Reich faleceu em decorrência de um infarto. Três anos após sua morte, em 17 de março de 1960, agentes da FDA supervisionaram uma terceira destruição da literatura de Reich que ainda estava armazenada em Nova York.

Dessa forma, conclui-se que o autor foi uma figura controversa cuja vida e obra desafiaram os limites entre ciência, política e medicina, além das verdades estabelecidas em sua época. As narrativas sensacionalistas que o rotularam como

um “cientista maluco” acabaram ocultando as discussões mais profundas e relevantes de suas contribuições teóricas e experimentais. Obras como *Psicologia de Massas do Fascismo* (REICH, 1933) e *Análise do Caráter* (REICH, 1945) continuam atuais, revelando fenômenos sociais e políticos que persistem até os dias de hoje, o que evidencia a importância de revisitar e disseminar suas ideias. Reich se dedicou incansavelmente ao seu trabalho porque acreditava no potencial transformador de suas descobertas, mesmo diante das perseguições e do descrédito.

Cabe especial atenção à dimensão social de suas contribuições, destacando como Reich postulou sua compreensão de saúde e como a doença da nação é socialmente construída, a partir do distanciamento dos seres humanos de sua própria natureza.

## **2.2. Reich e a revolução sexual: política social x natureza humana**

Este tópico aborda uma reflexão fundamentada nas ideias de Wilhelm Reich, expostas em seu livro *A Revolução Sexual* (REICH, 1968). Nessa obra, o autor busca compreender os motivos que levaram os movimentos socialistas, detentores de uma proposta de revolução social profunda, a não alcançarem o êxito esperado. Para o autor, a repressão da sexualidade humana emerge como o principal fator para o fracasso dessas tentativas revolucionárias, revelando a conexão intrínseca entre as estruturas sociais e a subjetividade humana.

O século XX foi marcado por transformações profundas e reviravoltas que abalaram conceitos consolidados, especialmente no que diz respeito à moral sexual compulsória. Segundo Reich (1968), “todos os conceitos estabelecidos pelo homem para a nítida compreensão de sua existência começaram a liquefazer-se” (p.7). A sexualidade, principalmente a infanto-juvenil, foi violentamente reprimida, criando uma base psicológica que sustenta indivíduos como submissos e economicamente exploráveis. Essa repressão é vista pelo autor como um mecanismo estrutural que molda as massas, impedindo a autonomia e a consciência crítica, essenciais para uma transformação social efetiva.

De acordo com ele, entre 1918 e 1935, o movimento liberal europeu cometeu o equívoco de associar a orientação autoritária exclusivamente à

burguesia e a orientação liberal, ao proletariado. Esse erro conceitual contribuiu para o fracasso do movimento, cujas consequências foram dolorosamente corrigidas pelos eventos sociais das décadas seguintes. Reich argumenta que a orientação autoritária e a liberal não se limitam a divisões econômicas de classe, pois a ideologia de uma camada social não é um reflexo direto de sua posição econômica. Reich (1968) atribui um peso significativo às emoções e ao misticismo das massas na construção dessas ideologias, considerando-os fatores tão ou mais influentes do que os interesses econômicos na dinâmica social.

Ele argumenta que os conceitos sociais do século XIX, baseados em definições puramente econômicas, já não explicam adequadamente as divisões ideológicas nas lutas culturais do século XX. As lutas sociais, na visão de Reich (1968), não deveriam se resumir à preocupação de riqueza ou pobreza, mas ressaltar seus interesses pela segurança e liberdade da vida humana, abrindo a possibilidade para uma maior satisfação sexual e organismos mais saudáveis. O autor direciona seus estudos para a luta pela afirmação da vida e pela criação de condições que possibilitem a liberdade e a autonomia de todos os seres humanos.

Sobre a vida familiar, Reich (1968) não condena as relações familiares baseadas em laços naturais, como ocorria nas sociedades tribais, mas critica a persistência da forma autoritária da família, mantida por leis rígidas, mentalidades reacionárias e uma opinião pública irracional, influenciada por valores patriarcais e capitalistas. O autor propõe uma revolução de alcance profundo em nossa vida cultural, falando, sobretudo, da substituição das estruturas patriarcais e autoritárias por um modelo familiar baseado em relações mais naturais. No entanto, essa transição enfrenta obstáculos, especialmente no que diz respeito à construção de relações genuínas entre cônjuges e entre pais e filhos.

Ao observar o comportamento das massas em situações extremas, em que muitas vezes sente-se fome, mas segue-se fanaticamente convocações para guerras sem nenhuma revolta, como expor-se ao frio e à miséria apesar dos recursos disponíveis, matar inocentes por terras desconhecidas ou querer uma sociedade igualitária enquanto aceita sistemas profundamente desiguais, o autor entende não apenas que os líderes mundiais apresentam sintomas de distúrbios mentais, mas também que as populações em geral demonstram reações mentais anormais, vivendo em conflito com seus próprios desejos e possibilidades.

Essa dissonância entre os indivíduos, sua natureza e a civilização cria uma tendência de atribuir poder absoluto a líderes políticos, ignorando que esses indivíduos compartilham as mesmas necessidades e fragilidades humanas. O autor cita como evidência a aceitação de práticas como castigos infantis em nome da cultura, a negação da vida sexual aos jovens e a crença em promessas políticas que são rapidamente esquecidas após o político assumir o poder. Para ele, esses comportamentos refletem uma condição generalizada de disfunção mental coletiva.

Reich (1968) conclui que as perturbações mentais, como a dificuldade de pensar racionalmente, a resignação, a submissão e a crença incondicional em líderes, podem ser compreendidas como expressões de uma desarmonia na vida vegetativa, particularmente na esfera sexual. Ele atribui essa desarmonia à mecanização social da vida, que reprime e desnaturaliza aspectos fundamentais da existência humana e a orienta ao não-prazer, afirmando muitas vezes que o sofrimento enobrece o homem. O prazer passa a ser visto como errado, refletindo no fluxo de energia biológica e culminando na formação das neuroses.

De acordo com o autor, a compreensão da regulamentação social da vida sexual é fundamental para abordar a raiz das doenças psíquicas nas massas. Ele enfatiza que a energia sexual, considerada a força biológica que constrói o aparelho psíquico, é também a base das funções sensoriais e do pensamento. A sexualidade, definida como energia vital produtiva que conecta os indivíduos com seus próprios desejos, quando reprimida, causa perturbações nas funções vitais fundamentais. Essas perturbações, por sua vez, se manifestam socialmente em formas como a irracionalidade, o misticismo, a predisposição para guerras, entre outros.

Reich (1968) refuta a ideia de que a estrutura de impulsos humanos disfuncionais seja inata. Ele afirma que esses impulsos se formam durante os primeiros anos de vida em resposta ao conflito entre as necessidades naturais e as demandas da sociedade, formando o que o autor entende como repressão sexual, formadora de estruturas submissas e acríticas.

Ele defende, ainda, que as necessidades biológicas fundamentais desempenham um papel central na necessidade de organização social entre os indivíduos. Entretanto, essas necessidades dão origem às relações de produção, que, ao serem estabelecidas, transformam e criam novas demandas, sem jamais

extinguir as necessidades originais dos sujeitos. Por sua vez, essas novas demandas influenciam também o desenvolvimento dos meios de produção, como ferramentas, máquinas, finanças, e moldam as relações socioeconômicas entre os indivíduos, criando um ciclo que se retroalimenta.

Assim como este trabalho abordou no capítulo dois, no item a respeito do desenvolvimento do capitalismo, Reich (1968) também acredita que a ideologia social é pautada em quem detém os meios de produção, a qual molda a estrutura humana, tornando-se uma força material que persiste como tradição. Isso significa que, se apenas uma minoria detém o poder político e ideológico, os pensamentos e crenças da maioria refletem os interesses dessa elite política e econômica. Em contraste, nas sociedades tribais, em que não há concentração de poder, a ideologia social é construída em função dos interesses vitais de todos os membros da sociedade.

Reich (1968) observou, após eventos como a reação política alemã em tempos de crise profunda e os comportamentos irracionais das massas, que a ideologia, ao moldar a estrutura psíquica das pessoas, se transforma em uma força material e social significativa. Dessa forma, não há processos socioeconômicos historicamente relevantes que não estejam profundamente enraizados na estrutura psíquica das massas e em seus comportamentos.

O orgonomista critica visões reducionistas, como o psicologismo ou o economismo, defendendo que é necessário compreender as interrelações dinâmicas entre pessoas, natureza e tecnologia, que funcionam como uma unidade interdependente. Ao debruçar-se sobre esta inter-relação, o autor aponta a sexualidade como um ponto em comum entre elas, uma vez que ela é a força motriz do aparelho psíquico e os processos culturais são determinados por esses humanos. Isto é, a vida sexual, aparentemente insignificante e desconectada da vida política, tem relação direta com as questões estruturais da sociedade.

A partir dos seus estudos, o autor comenta que, se a população mundial fosse capaz de entender essa dinâmica e influenciar as ações de um pequeno grupo de líderes, a sociedade poderia ser orientada de maneira mais justa, sem estar sujeita às demandas políticas de poucos. No entanto, Reich (1968) aponta que as massas não podem assumir o controle de seu próprio destino enquanto permanecerem alheias às forças internas que as limitam, como a moral sexual repressiva e o misticismo religioso. Essas forças, segundo ele, perpetuam a

submissão e dificultam o desenvolvimento de uma consciência plena sobre suas próprias vidas.

Além disso, o autor alega que o empobrecimento humano causado pela repressão da vida natural molda as bases do medo das massas em relação à autoridade, criando a base social necessária para qualquer tipo de dominação humana. Embora alguns grupos lutem, a maioria das massas continua resignada, muitas vezes apoiando seus próprios opressores em sua luta pelo poder. A oferta limitada de certas “liberdades”, sem reconhecer e experimentar os prazeres integrais da vida — incluindo os sexuais —, leva ao reforço do estado de submissão dos indivíduos.

O autor afirma que, para pensar as manifestações irracionais da massa, é necessário uma observação detalhada do comportamento dos indivíduos. Sua experiência na SEXPOL, clínica social de Viena, permitiu a Reich perceber que esse processo é como o combate a uma epidemia. Ou seja, é necessário estudar minuciosamente os casos isolados para identificar o agente causador. Seus estudos de caso apontaram que a disfuncionalidade na vida sexual era semelhante em todos os pacientes, mas tratá-las individualmente não eliminaria a fonte de propagação. Foi dessa maneira que Reich voltou sua atenção para as dinâmicas sociais nas quais os sujeitos estavam inseridos, e identificou a família como a primeira e principal forma de repasse dos valores repressivos aos indivíduos.

Ao reconhecer paralelos entre o comportamento patológicos das massas e os padrões observados em pacientes individuais, como uma aversão sexual generalizada, impulsividade moral que pode levar à brutalidade, rigidez de pensamento, entre outros, o autor conclui que o conceito de liberdade ainda não pode ser experimentado de forma concreta e passível às massas, pois elas ainda não sabem como é ser livre — sabem apenas lidar com a ideia de posse e poder.

Reich (1968) aponta o moralismo como fundamental para o controle social. O moralismo tradicional, frequentemente defendido como essencial para a convivência, reprime os impulsos biológicos naturais sob o pretexto de prevenir o caos. Entretanto, os impulsos antissociais não são inerentes à natureza humana, mas sim produtos da própria repressão moral, ou seja, a própria moralidade, ao impedir a satisfação das necessidades biológicas naturais, gera impulsos secundários doentios e antissociais que estão na base do “caos social” a ser prevenido.

O autor distingue os impulsos humanos entre primários e secundários. Enquanto os primeiros são expressões saudáveis dos indivíduos, ligados às necessidades biológicas e naturais genuínas, os segundos surgem como uma distorção dos impulsos primários, uma vez que não há espaço para vivê-los em uma sociedade autoritária e repressiva. Quando a sociedade impõe repressões às expressões naturais da vida, os impulsos primários não desaparecem, mas são deformados e redirecionados para formas destrutivas e neuróticas de ser no mundo.

Diante do conflito entre os impulsos internos e as normas morais impostas pela sociedade, o organismo psíquico adota uma “armadura” para se proteger dos seus desejos e das pressões externas. Reich denomina essa armadura como “couraça”, que, segundo ele, implicaria em uma limitação significativa na atividade vital do indivíduo, uma vez que cria uma rígida barreira entre ele e a vida.

Em seu livro *Análise do Caráter* (Reich, 1945), o autor desenvolve um tratamento a fim de liberar as energias vegetativas aprisionadas por essa armadura, com o objetivo de permitir ao sujeito voltar a se conectar com as suas necessidades naturais. Com a eliminação das inibições e temores criados pela couraça, o indivíduo adquire a capacidade de alcançar uma satisfação plena na vida, uma vez que consegue reconhecer e manejar suas próprias necessidades no mundo.

À medida que o tratamento avança, Reich observa que o indivíduo deixa gradualmente de ser influenciado por motivos inconscientes, irracionais e externos, passando a reagir de forma mais alinhada à realidade. Durante esse processo, o autor observou em seus pacientes que a tendência ao misticismo, religiosidade, dependência infantil e as crenças supersticiosas — vitais para a submissão do sujeito — desapareciam sem a necessidade de instrução para esse fim. Isso confirma sua percepção de que não há necessidade de controle moral para que os sujeitos possam viver em sociedade.

Esse processo, segundo Reich (1945), reafirma a capacidade do organismo de alcançar a autogovernança através da autorregulação, ou seja, quando os impulsos genitais básicos são satisfeitos, o indivíduo se torna naturalmente adaptado, dispensando a necessidade de controle moral rígido e manifestando um

comportamento equilibrado e harmonioso como os presentes nas sociedades tribais.

Dessa forma, seus estudos e casos clínicos confirmam que as pessoas com a capacidade para a satisfação de suas necessidades essenciais tendem a estabelecer relações mais genuínas e estáveis. O autor acrescenta que esses relacionamentos, embora estáveis, não são resultado da repressão de impulsos poligâmicos nem de normas morais, mas de um princípio econômico-sexual que valoriza o prazer, a satisfação sexual e a relação íntima com o mesmo parceiro.

No entanto, o orgonomista destaca que essa realidade, na nossa sociedade, entra em conflito com a ordem sexual repressora vigente, culminando no fato de os laços matrimoniais serem mantidos e construídos a partir de uma lógica material ou de cuidado com os filhos. Para ele, isso demonstra a incompatibilidade entre as estruturas sociais atuais e as necessidades biológicas e emocionais humanas.

Segundo Reich (1968), a instituição do casamento, que, pautada em interesses econômicos e não afetivos, marca o início da família, desempenhando um papel fundamental na disseminação de uma moral repressora da sexualidade. O casamento e a família, estabelecidos dentro destes moldes, ocasionam a formação de subjetividades conformistas, perpetuando a ordem social vigente e a repressão da sexualidade humana.

### **2.2.1. Moral sexual e casamento na perspectiva reichiana**

Reich (1968) ensina que a moral sexual e o casamento têm sido historicamente utilizados como instrumentos de controle social, refletindo interesses econômicos e ideológicos profundamente enraizados. Destaca como a imposição de valores como a virgindade feminina, a fidelidade conjugal e a monogamia vitalícia, muitas vezes promovidos como naturais, são, na verdade, construções culturais moldadas para atender às necessidades do sistema patriarcal e da estrutura autoritária da sociedade. Esses valores, que reforçam uma repressão sexual sistemática, servem não apenas para perpetuar a instituição do casamento, como também para consolidar dinâmicas de poder e controle que atravessam classes sociais e estruturas familiares.

Para o autor, a virgindade feminina é vista como um tesouro popular fundamental para garantir a certeza da paternidade e o esforço dedicado ao próprio sangue. Ele argumenta que, sem essa garantia, não há como sustentar uma vida familiar patriarcal segura, considerada essencial para o desenvolvimento de um povo e de um Estado. Por essa razão, as leis e os costumes impõem regras mais rígidas sobre a virgindade e a fidelidade das mulheres em comparação aos homens.

O autor compreende, ainda, que o problema do casamento, ao ser influenciado pelas leis de herança e concepção, se torna profundamente enraizado na vida dos sujeitos, fazendo com que a união sexual entre duas pessoas transcenda o âmbito puramente sexual e afetivo. A manutenção do recato extramatrimonial da mulher e sua fidelidade conjugal requer um alto grau de repressão sexual, o que justifica a exigência histórica da virgindade feminina. Em sociedades tribais, as mulheres tinham sua liberdade e podiam viver relações mais satisfatórias. Contudo, particularmente entre o final do século XIX e o início do XX, a virgindade da mulher e sua rigorosa fidelidade passaram a ser os pilares da moral sexual conservadora, sustentando o modelo patriarcal do casamento e da família, e moldando uma estrutura sexual baseada no medo e na repressão.

A ideologia sexual, até certo ponto, reflete os interesses econômicos, mas também apresenta contradições intrínsecas ao processo. A imposição da virgindade feminina limita as opções amorosas dos jovens homens, criando situações que, embora não planejadas pela ordem econômica, se tornam componentes inevitáveis de seu sistema sexual. Como apontado anteriormente neste trabalho, o autor também afirma que o matrimônio monogâmico, por exemplo, dá origem tanto ao adultério quanto à prostituição. Esses fenômenos, integrados à dupla moral sexual, permitem aos homens, antes e depois do casamento, comportamentos que são negados às mulheres devido a razões econômicas.

A moral sexual restritiva acaba gerando efeitos opostos aos que busca preservar. O adultério e as relações extramatrimoniais, considerados imorais pelo conservadorismo, resultam em perversões sexuais e na mercantilização da sexualidade, dentro e fora do casamento. Essa mercantilização corrói os vínculos sentimentais entre os sexos, manifestando-se de maneira evidente na prostituição, em que os jovens satisfazem sua sexualidade com mulheres de classes sociais

mais baixas, reservando afeto e respeito às jovens de seu próprio meio. De acordo com Reich (1968), essa divisão amorosa e a conexão da sexualidade com interesses financeiros levam à degradação das relações amorosas, intensificando o distanciamento emocional e social entre os indivíduos.

Adicionalmente, práticas como a prostituição acabam fomentando a disseminação de doenças venéreas, que, ironicamente, tornam-se elementos estruturais da ordem sexual conservadora. O combate à prostituição, às relações extramatrimoniais e às doenças sexualmente transmissíveis é frequentemente conduzido sob o lema da “abstinência sexual”, partindo do pressuposto de que apenas as relações matrimoniais são moralmente aceitáveis. Argumenta-se, inclusive, que a alegada periculosidade das atividades sexuais extramatrimoniais seria uma justificativa para essa postura, mesmo quando tais práticas refletem a insatisfação gerada pela própria moral repressiva.

Ao apresentar essas problemáticas da moral e a sexualidade humana, o autor conclui que, mesmo com as contradições evidentes na realidade sexual, a moral matrimonial continua a ser defendida como um pilar da família autoritária. Essa família, por sua vez, constitui a base natural de perpetuação das ideologias autoritárias e das estruturas humanas. Assim, a manutenção dessas normas não é apenas uma questão cultural, mas está intrinsecamente ligada ao reforço das estruturas de poder e controle social.

O orgonomista aponta um aspecto central da moral sexual tradicional difundida pelos dogmas religiosos e propagada pelo misticismo religioso das massas: a ideia de que o ato sexual não deve ser visto como um meio de prazer ou necessidade e independente da procriação. A ideologia do recato convencional sustenta a base da instituição matrimonial autoritária, sendo incompatível com a aceitação plena da satisfação sexual.

Trazendo a discussão para o âmbito relacional de homens e mulheres influenciados pela instituição moral e do casamento, Reich (1968) aponta uma confusão sobre o conceito de casamento, que muitas vezes passa a ser usado por pessoas com inseguranças relacionadas a sua sexualidade, usando-o como uma autorização inconsciente para se manter relações sexuais. O autor afirma que o casamento deveria ser sentido como uma ligação emocional fundamentada em uma união sexual, muitas vezes acompanhada pelo desejo de ter filhos, e não pela impossibilidade moral de manter relações sexuais.

Ele acrescenta, ainda, que para que as relações amorosas possam florescer de maneira saudável, de forma que aconteça uma conexão real e significativa com o parceiro, é fundamental protegê-las de qualquer interferência de interesses econômicos. Entretanto, a repressão sexual e o moralismo são expressões diretas desses interesses, reforçados pela educação familiar. Um exemplo dessa moral moldada por interesses de propriedade é o estabelecimento da ideia de que o homem “possui” a mulher, enquanto ela, por sua vez, se “entrega” ao homem. Essa concepção cria uma desigualdade simbólica, em que o ato de possuir representa uma honra para o homem, enquanto entregar-se é visto como um rebaixamento para a mulher.

Além disso, para muitos homens, a posse de uma mulher é menos uma experiência de amor e mais uma afirmação de sua masculinidade. Já as mulheres, desde sua infância, são condicionadas a acreditar que só podem ter relações sexuais com um único homem, criando crenças enraizadas que geram sentimentos inconscientes de culpa. Nesse cenário, para os homens, a conquista se torna mais valorizada do que o próprio amor, e as mulheres acabam criando justificativas superficiais para se manterem no relacionamento, dinâmica que resulta em relações profundamente adoecidas.

Reich (1968) escreve que há um motivo inconsciente que auxilia a manutenção desses tipos de relações e que é internalizado desde a infância: a identificação com a figura materna fiel e monogâmica, uma vez que, se essas mães, geralmente com valores pequeno-burgueses, conseguiram suportar um casamento infeliz durante toda a vida, as filhas também deveriam ser capazes de fazer o mesmo.

O autor aponta que, para reforçar a validade do casamento monogâmico, muitas vezes alega-se que ele sempre existiu na história e que é indispensável para a civilização, o Estado e a cultura. Contudo, essa afirmação ignora ou minimiza a existência e a relevância histórica de práticas poligâmicas que tiveram papéis significativos em diversas culturas. Para evitar essa contradição, os defensores mudam de argumento, passando a tratar o desenvolvimento sexual humano como um progresso para formas “mais elevadas”, sugerindo que povos originários viviam em uma suposta “anarquia sexual” que a humanidade já teria superado.

Dessa forma, o autor conclui que o desenvolvimento histórico do casamento está intimamente ligado à propriedade dos meios de produção, de onde

deriva sua justificativa material de existência. Enquanto a propriedade privada desses meios for mantida, o casamento continuará a ter um papel socialmente necessário. No entanto, mesmo entre classes que não possuem esse interesse direto, a forma do casamento é reproduzida, pois as ideologias dominantes refletem as visões das classes no poder. Assim, quando as necessidades materiais mudam, a sociedade também ajusta sua ideologia.

Outra conclusão importante é que o casamento monogâmico vitalício, que constitui o núcleo central da família compulsória, desempenha um papel fundamental na preparação dos indivíduos para se ajustarem à sociedade autoritária desde a infância. Essa configuração não é apenas uma estrutura social ou cultural, mas também possui uma base política, contribuindo para a manutenção e reprodução dos valores e padrões dessa organização social.

O autor afirma que não se trata de discutir se o casamento é positivo ou negativo, mas de reconhecer sua justificação e necessidade social. Assim, enquanto o casamento possuir raízes econômicas, sua abolição não é viável, restando apenas propostas de reforma que não alterem seus fundamentos. Reich (1968) afirma que, enquanto prevalecer uma norma que imponha uma ideologia compulsoriamente monogâmica para a vida sexual, essa dimensão da existência humana continuará sendo externamente controlada, mas internamente desordenada e sexualmente ineficaz.

Dando continuidade a essa discussão, a análise das dinâmicas familiares como pilares da sociedade autoritária faz-se fundamental. Além disso, é relevante explorar como essas estruturas moldam subjetividades desde a infância. Essa abordagem permite compreender o papel central da família na perpetuação de valores conservadores, a conectando às estruturas de poder e às repressões que sustentam a ordem social vigente.

### **2.2.2. Família e repressão sexual: uma perspectiva crítica**

A família, historicamente compreendida como a célula fundamental da sociedade, é analisada por Reich (1968) sob uma ótica que desafia as narrativas conservadoras predominantes. Ele argumenta que a estrutura familiar compulsória, representada pelo triângulo pai, mãe e filho, é menos um alicerce

natural da sociedade e mais uma construção derivada de arranjos econômicos e ideológicos específicos. Essa estrutura, essencial para a manutenção do Estado e da sociedade autoritária, opera como um mecanismo central para a reprodução de ideologias conservadoras, promovendo valores conformistas que moldam a psique coletiva desde a infância. Neste tópico, serão exploradas as complexas dinâmicas entre família, repressão sexual e organização social, considerando os impactos psicológicos e sociais desse modelo na formação dos indivíduos e na perpetuação das estruturas de poder.

Reich (1968) aponta que a família compulsória como o principal elemento que sustenta a atmosfera ideológica do conservadorismo. No entanto, uma análise mais ampla, que leva em conta as transformações históricas e as funções sociais da família ao longo do tempo, revela que ela é, na verdade, o resultado de estruturas econômicas específicas. Nesse sentido, a família não é o alicerce da sociedade, mas uma consequência direta de determinados arranjos econômicos e com três aspectos fundamentais: econômico, social e político.

Durante os primórdios do capitalismo, a família desempenhava o papel de unidade produtiva, atuando como uma instituição que oferecia proteção à mulher e aos filhos, que frequentemente são privados de direitos econômicos e sexuais na sociedade autoritária. À medida que o desenvolvimento das forças produtivas e a coletivização do trabalho avançaram, a família perdeu sua base econômica direta e assumiu um papel ideológico central. Essa transformação foi impulsionada pela crescente incorporação das mulheres ao mercado de trabalho, o que reduziu a dependência econômica da unidade familiar, mas reforçou sua função política e ideológica.

Ele acrescenta que a principal tarefa política da família, frequentemente defendida por ciências e leis conservadoras, é atuar como uma fábrica de ideologias autoritárias e estruturas conservadoras. Desde os primeiros anos de vida, quase todos os indivíduos passam por esse sistema educacional, que molda sua mentalidade para aceitar a ordem social vigente. A estrutura autoritária da família promove valores conformistas e transmite, de forma direta e indireta, uma mentalidade conservadora às crianças. Além disso, em suas análises, o autor observou que as famílias de diferentes classes sociais, como a grande-burguesia, a pequena-burguesia e os operários, apresentam características distintas, mas todas estão imersas em uma mesma atmosfera moral-sexual.

A família pequeno-burguesa, predominante, ultrapassa os limites de sua classe, influenciando tanto a grande-burguesia quanto a classe operária. Sua estrutura básica é centrada na relação patriarcal entre o pai, a mulher e os filhos. O pai, nesse contexto, desempenha o papel de representante da autoridade estatal dentro do núcleo familiar. Contudo, ele vive uma contradição entre sua posição subordinada no processo de produção e seu papel de chefe na família. Essa condição faz dele, tipicamente, uma figura comparável a um "primeiro-sargento": submisso às autoridades superiores, adotando integralmente seus valores dominantes, mas autoritário com aqueles que estão sob seu domínio, impondo e reforçando as normas sociais e governamentais dentro de seu lar.

Reich (1968) afirma que há um esforço para preservar a imagem da família, utilizando-se de uma sentimentalidade amplamente difundida, a partir de *slogans* como “felicidade familiar”, “lar, doce lar” e “recanto tranquilo”, que romantizam a vida familiar. Dessa forma, cria-se uma percepção equivocada de que a vida fora da família e do casamento seria precária, devido à ausência de proteção material, legal e ideológica, reforçando a falsa ideia de que a instituição familiar é uma necessidade natural.

A estrutura triangular da família, influenciada pela atmosfera ideológica da sociedade, molda uma constelação específica na criança que a orienta em direção às tendências conservadoras predominantes. O autor menciona a descoberta de Freud (1905) a respeito do complexo de Édipo, e afirma que essa estrutura triangular cria dinâmicas mentais e sentimentais definidas nas relações sexuais da criança com os pais. Esse complexo abrange relações em que a criança direciona seus primeiros impulsos genitais amorosos para o progenitor do sexo oposto, enquanto sentimentos de ciúme e ódio são frequentemente direcionados ao progenitor do mesmo sexo, acompanhados de culpa e medo. O medo, em particular, está relacionado aos impulsos genitais frente ao progenitor do sexo oposto, levando à repressão devido à impossibilidade real de satisfazer o desejo incestuoso. Essa repressão é apontada como a origem de muitos distúrbios amorosos na vida adulta.

Reich (1968) afirma que dois fatores importantes devem ser considerados no impacto dessa experiência infantil. Primeiro, a repressão não ocorreria se a criança, ao renunciar ao desejo genital pelo progenitor do sexo oposto, tivesse permissão para se envolver em jogos genitais com crianças de sua idade ou em

práticas de onanismo sem a censura social. Esses jogos infantis frequentemente acontecem quando crianças estão juntas por longos períodos, mas ocorrem sob a sombra da proibição, gerando sentimento de culpa e fixações prejudiciais. A criança que evita tais brincadeiras devido à obediência aos princípios da educação familiar se torna mais propensa a desenvolver dificuldades em sua vida sexual futura.

O autor afirma que a vivência da genitalidade pela criança se dá dentro do ambiente familiar, especialmente entre os quatro e seis anos. Aponta que, caso fosse esta criança fosse educada, a partir dos três anos, em um ambiente coletivo sem a influência direta dos pais, seu desenvolvimento sexual ocorreria de maneira distinta. A educação familiar possui um caráter essencialmente individualista, culminando em uma fixação excessiva nos pais e as tornando submetidas a estes. Esse cenário culmina em uma falta de influência da coletividade infantil, mesmo quando a criança frequenta o jardim de infância, uma vez que a ideologia familiar tem um impacto mais significativo sobre essa instituição do que o contrário.

Reich (1968) conclui que, com o tempo, a relação de autoridade se sobrepõe à sexualidade, reprimindo-a e empurrando-a para o inconsciente. Ou seja, quando os interesses sexuais deveriam se voltar para além do núcleo familiar, essa repressão se manifesta como um obstáculo entre o desejo e a realidade. Explica também que uma vez que a ligação autoritária se torna inconsciente, ela escapa à influência consciente, se expressando em forma de revolta neurótica, em impulsos sexuais descontrolados, como uma relação patológica entre sexualidade e sentimento de culpa. Dessa forma, a superação dessa dependência em relação aos pais é considerada fundamental para uma vida sexual equilibrada.

O orgonomista argumenta, ainda, que a conexão com os pais, tanto em termos de vínculos sexuais quanto de subordinação à autoridade paterna, dificulta a transição para uma realidade sexual e social plena, mesmo que não a inviabilize completamente. O modelo pequeno-burguês, que valoriza o “bom filho” que permanece emocionalmente preso à infância até a idade adulta, representa o oposto extremo da ideia de uma juventude autônoma e livre. Dessa forma, a repressão dos impulsos sexuais precoces de uma criança é influenciada tanto pela intensidade quanto pela natureza das atitudes dos pais em relação à sexualidade.

O nível de rigidez dos pais e a abrangência de sua postura negativa desempenham um papel significativo nesse processo repressivo.

Como a família se torna o espelho moral na educação infantil, a repressão sexual que os adultos enfrentam para suportar a vida conjugal e familiar é perpetuada e transmitida às crianças. Posteriormente, essas crianças, por razões econômicas, acabam retornando ao ambiente familiar, mantendo a repressão sexual em um ciclo contínuo que atravessa gerações.

Reich (1968) segue suas considerações alegando que a família compulsória está profundamente enraizada na estrutura econômica da sociedade autoritária, e seria ingênuo acreditar que seus efeitos e influências poderiam ser eliminados dentro desse contexto social. Esses efeitos não apenas estão inseridos na própria organização da família, mas também estão profundamente integrados ao indivíduo.

A inibição sexual decorrente das relações com os pais é agravada pelos sentimentos de culpa, gerados pelo ódio intenso acumulado pelas crianças ao longo dos anos dentro do ambiente familiar devido às interferências morais em seu desenvolvimento psicosssexual. Caso esse ódio permaneça consciente, ele pode se transformar em uma força revolucionária individual significativa, atuando como um motor para a libertação dos laços familiares, e podendo ser redirecionado para objetivos racionais, como a luta contra as condições que originalmente causaram tal sentimento. No entanto, se esse ódio for reprimido, ele dá origem a impulsos opostos, como a fidelidade e a obediência infantil, que acabam se tornando obstáculos quando o indivíduo, mais tarde, se engaja em movimentos de orientação liberal. Esse tipo de pessoa pode apoiar a ideia de liberdade total, mas ainda permite que seus filhos recebam educação religiosa e, frequentemente, mantém vínculos com instituições, como a Igreja, mesmo que elas contrariem suas convicções, devido à necessidade de “respeitar os velhos pais”.

Reich (1968) afirma que a educação sexual promovida dentro do ambiente familiar tende, por sua própria natureza, a causar prejuízos à vida sexual dos indivíduos e suas relações com seus pais. Além disso, a repressão das necessidades sexuais tem implicações mais amplas, afetando funções intelectuais e emocionais, como a autoconfiança, a força de vontade e a capacidade crítica. Para a ordem social autoritária, o objetivo não é a moral em si, mas as mudanças

que a moral sexual provoca no organismo psíquico, criando uma estrutura mental que sustenta a psicologia das massas em regimes autoritários.

A estrutura que surge disso, caracterizada como a estrutura de vassalo para o autor, combina impotência sexual, vulnerabilidade, necessidade de apoio, desejo de liderança, temor à autoridade, medo da vida e misticismo. Tal configuração leva, simultaneamente, à rebeldia e à submissão. O núcleo dessa estrutura inclui o medo e a hipocrisia sexual, elementos que sustentam o chamado comodismo burguês, formando indivíduos incapazes de praticar a democracia de forma plena devido à dificuldade de pensar de forma crítica.

Ao observar as propostas políticas socialistas, o autor concorda que a educação infantil não deveria ser responsabilidade apenas dos pais, mas de toda a comunidade, como ocorria nas sociedades tribais. No entanto, essa ideia enfrentou resistência, especialmente em relação ao instinto de posse e autoridade das mães sobre seus filhos. Para superar esse obstáculo, esforços foram direcionados para mostrar às mães que seus filhos não estavam sendo tomados delas, mas que a educação social oferecia uma forma de aliviar os encargos e preocupações maternas, promovendo um entendimento coletivo do papel da educação.

O orgonomista disserta que na sociedade tribal, o clã era formado por parentes consanguíneos que compartilhavam ascendência comum a partir de uma trisavó. Nesse modelo, o clã funcionava como uma unidade econômica e os laços conjugais eram pouco rígidos. Com o tempo, mudanças econômicas sujeitam os clãs à autoridade da família liderada pelo chefe, marcando o início da dissolução do clã. Assim, a família começou a se consolidar como unidade econômica, dando origem ao patriarcado e a uma diferenciação de classes.

Ao refletir sobre o modelo de família compulsória, Reich (1968) afirma que essa descentralização de poder favorece que as necessidades sexuais dos indivíduos sejam vividas de forma mais livre, uma vez que a forma como essa instituição foi se desenvolvendo acabou sendo pautada em valores autoritários. Ele acredita que essa separação resulta no começo da desconexão da sexualidade da economia, apontando que, no contexto do patriarcado — e como pode-se observar também nos dias atuais —, a sexualidade e a vivência do prazer dos indivíduos estão submetidas aos interesses econômicos de uma minoria, enquanto nos povos originários, a economia atendia às necessidades de toda a sociedade,

incluindo as sexuais. Para o autor, uma revolução social buscaria restabelecer a economia como um instrumento de satisfação das necessidades dos sujeitos.

Segundo ele, no processo de transição do matriarcado para o patriarcado, a família passa a desempenhar, além da função econômica, um papel central na transformação da estrutura social do indivíduo, tornando-o um integrante subordinado a ela. Ao se diferenciar do clã, a família se tornou a organização inicial tanto das relações de classe quanto da opressão social, atuando dentro e fora de seus limites. Assim, o homem de família emerge como um agente que reflete as normas morais e econômicas na família, o que só é possível devido à mudança na estrutura psíquica e sexual dos sujeitos, pelo domínio econômico exercido pelo chefe.

Reich (1968) pontua, ainda, que na transição da organização social coletiva das tribos para a família autoritária ocorre uma mudança, em que a relação livre e voluntária dá lugar a um conflito entre interesses econômicos e sexuais. Além disso, a sociabilidade sexual natural cede espaço à imposição de normas morais, e a camaradagem entre iguais é substituída pelo poder autoritário. No lugar das uniões amorosas livres e felizes, surge a obrigação psíquica, e a solidariedade do clã é trocada pela ligação familiar acompanhada de rebelião contra ela, dando origem às primeiras manifestações de doenças psíquicas e perversões sexuais. Dessa forma, o organismo humano, antes autoconfiante, forte e em harmonia com sua natureza, se torna dependente, submisso e marcado pelo temor.

A análise proposta por Reich (1968) revela como a estrutura familiar compulsória é menos um alicerce natural da sociedade e mais uma construção ideológica e econômica específica, destinada a perpetuar valores conservadores e manter estruturas autoritárias. Ao longo do tempo, a família passou de uma unidade produtiva para um instrumento político e ideológico, moldando subjetividades desde a infância e estabelecendo padrões de comportamento que sustentam a repressão sexual e a conformidade social. Essa configuração gera implicações não apenas na dinâmica familiar, mas também na formação de indivíduos emocionalmente dependentes, sexualmente reprimidos e psicologicamente submetidos à autoridade.

Os impactos dessa estrutura vão além da esfera doméstica, influenciando amplamente a maneira como a sexualidade é experienciada na sociedade. Esse

modelo, ainda enraizado em aspectos econômicos e sociais da modernidade, convida a refletir sobre como as forças do capitalismo contemporâneo e da digitalização têm transformado radicalmente as formas de vivência da sexualidade, distanciando os sujeitos, cada vez mais, dos seus aspectos naturais e promovendo, no lugar da sexualidade, dinâmicas de consumo e desconexão interpessoal.

Apoiado nos pressupostos reichianos, os capítulos que se seguem aprofundarão de forma crítica as reflexões aqui apresentadas, partindo das sociedades tribais para demonstrar a dinâmica e os contextos da construção social dos mecanismos de controle e como estes atuam sobre o corpo e a psique humana. Partindo do contraste entre as organizações sociedades tribais — nas quais, segundo Reich (1968), a pulsão vital e a natureza mantinham uma relação não repressiva — e as estruturas civilizatórias modernas, este estudo pretende elucidar como tais mecanismos são construídos e reproduzidos, atuando como dispositivos que moldam a subjetividade a fim de legitimar e perpetuar as estruturas de poder.

### **3. Sociedades Tribais: Organização Social e Parentalidade**

*“We live in a community of people not so that we can suppress and dominate each other or make each other miserable but so that we can better and more reliably satisfy all life's healthy needs.”*  
(Wilhelm Reich, s.d)

Este capítulo explora as formas de vida das sociedades tribais, profundamente conectadas com a natureza e com os ritmos biológicos do ser humano, sem a necessidade de qualquer coerção. Destaca-se a harmonia com o ambiente em que viviam e a percepção singular de comunidade. Apresenta-se a noção de infância entre os povos originários, marcada pelo respeito às crianças como indivíduos completos, reconhecidos como seres autônomos e não como receptáculos de estereótipos sociais. Considerando que essas sociedades não possuem um modelo único de organização, diversas perspectivas teóricas foram abordadas com o objetivo de compreender as lógicas que permeiam os povos originários. Para consolidar essa compreensão e ilustrar de maneira prática as dinâmicas dessas comunidades, optou-se por apresentar um estudo de caso conduzido por Margaret Mead (1969), que revela aspectos fundamentais da cooperatividade, noção de comunidade e visão de infância permeada na tribo.

#### **3.1. Sociedades Tribais**

O debate acerca das formas de organização social anteriores ao patriarcado contemporâneo é fundamental para compreender a evolução das dinâmicas de poder e de gênero. Este capítulo tem como objetivo problematizar a ideia de uma “era matriarcal”, frequentemente idealizada como uma inversão hierárquica do patriarcado, à luz de evidências que sugerem uma convivência igualitária entre os gêneros em sociedades tribais. Pesquisadores como Gerda Lerner (2020) e Guimarães (2021) destacam a ausência de provas concretas de sociedades onde mulheres detinham o poder centralizado, mas reconhecem que tais organizações oferecem perspectivas alternativas à naturalização do patriarcado.

Através de registros antropológicos e vivências etnográficas, pode-se observar que as comunidades originárias se estruturavam sem classes sociais ou

Estado coercitivos, e em harmonia com os ritmos biológicos e da Natureza, como apontado por autores como Meneses (1979) e Zerzan (2011). Além disso, essas comunidades cultivavam valores como a reciprocidade, a cooperação e o respeito entre si e o meio que os rodeava, apresentando um contraste considerável em relação à lógica hierárquica e predatória das sociedades contemporâneas que será apresentada ao longo deste trabalho. Desta forma, o resgate da história e dos modos de vida destas sociedades representa uma ferramenta poderosa para refletir as crises ecológicas, sociais e existenciais da modernidade, reafirmando a importância de um modo de viver diferente do que se conhece atualmente, com práticas mais solidárias e integradas aos ritmos vivos da vida humana.

Em seu livro *A Criação do Patriarcado*, Gerda Lerner (2020) aponta a inexistência de provas de que já tenha existido alguma sociedade em que mulheres tomam decisões essenciais para a sociedade de forma primordial ou detenham algum poder *sobre* os homens. A realidade é que, até o presente momento, há registros apenas de sociedades em que os papéis e atividades dos homens e das mulheres eram experienciados sem nenhum juízo de valor hierárquico.

Paralelamente, com os movimentos de contracultura do século XX, intensifica-se a ideia e a busca por sociedades reconhecidas como matriarcais, com o objetivo de comprovar a não-naturalidade dos padrões impostos pelo patriarcado. Guimarães (2021) afirma que, embora não tenham sido encontradas evidências concretas de uma sociedade com as mulheres no poder, essa noção se cristalizou no imaginário popular como uma verdade e atravessou as fronteiras da academia, sendo altamente difundida até os dias de hoje. Entretanto, a ausência de indícios de sociedades matriarcais não invalida a importância de se analisar essas outras formas de organização existentes antes do patriarcado estabelecer seu domínio. Os registros de sociedades tribais em que a igualdade de gênero configurava a norma sugerem que olhar e debater sobre essas outras formas de organização social pode ser fundamental para compreendermos a influência do patriarcado na forma de educar as crianças em nossa sociedade.

Liverani (2016) indica que a falta de compreensão sobre nosso passado antropológico decorre de uma tendência das ciências em estabelecerem o Antigo Oriente como ponto de partida para toda história universal, marginalizando outros povos e civilizações. A falta de conhecimento dessas outras organizações culmina na necessidade de se enquadrar a noção de matriarcado dentro dos paradigmas já

existentes, resultando sempre no mesmo dilema: o poder centralizado nas mãos de um dos gêneros.

As vivências etnográficas permitiram que a ciência e, conseqüentemente, a sociedade tomassem conhecimento de diferentes maneiras de se estruturar socialmente. Não é possível delimitar uma forma unificada de cultura e formas de viver das comunidades tribais, visto que cada uma delas existia a partir de suas próprias crenças e particularidades. Ainda assim, pode-se observar dois principais pontos em comum entre elas: a inexistência de um paradigma dominante, e um modo de viver que não desvalorizava as mulheres e a natureza como nos dias atuais.

Paulo Meneses (1979), em seu artigo *O homem primitivo e a Natureza*, argumenta que uma das características mais marcantes das sociedades tribais é a ausência de classes sociais. Para os povos originários não existem ricos ou pobres, e noções como propriedade privada ou meios de produção não constituem parte de sua realidade. Em vez disso, todos os membros da comunidade têm acesso direto à terra e aos recursos naturais que dela advêm, e dispõem dos instrumentos necessários para a sua produção. As famílias produzem para atender às necessidades individuais e da tribo, e não para gerar riqueza a um empregador. Nessa perspectiva não se produz mercadorias, mas bens de consumo e um excedente que pode ser trocado por alimentos ou instrumentos que não são produzidos localmente. Além disso, paralelamente à ausência de classes sociais e exploração, observa-se também a inexistência de um Estado, visto que não há uma formação social desigual cuja unidade precise ser garantida. Os líderes, sem o monopólio da coesão, atuam como coordenadores, buscando o consenso necessário para o funcionamento da vida em comum. Meneses (1979) afirma que nas sociedades tribais o homem é verdadeiramente livre, pois suas relações são baseadas na solidariedade e na reciprocidade.

Nestas comunidades, segundo John Zerzan (2011), homens e mulheres tinham a mesma autonomia frente aos materiais de subsistência, e ambos se moviam livre e pacificamente. Rosalind Miles (1986) acrescenta que os homens não influenciavam e nem exploravam o trabalho da mulher, muito menos sustentavam a ideia de que estas eram sua propriedade. É importante salientar que, apesar de sempre ter existido uma divisão da existência social de acordo com a

distinção natural e fisiológica entre os homens e as mulheres, não era empregado nenhum juízo de valor hierárquico entre eles.

O trabalho, nesse contexto, não era realizado de forma compulsória, muito menos separava a existência humana do seu meio. Segundo Meneses (1979), estima-se que a atividade laboral durava em torno de quatro horas, e o restante do tempo era reservado para as festividades, diálogo e descanso com a família. O ato de trabalhar era apenas uma dentre as diversas outras atividades realizadas no cotidiano, além de constituir uma fonte de nutrição da reciprocidade e aliança entre os povos, principalmente acentuando os laços sociais de parentesco. O trabalho caminhava de mãos dadas com a vida, sem hora nem lugar específicos para ser desenvolvido — e, muito menos, requeria qualquer necessidade de se portar de uma forma específica, diferente da que se portava socialmente, a fim de manter ou conquistar determinada posição.

Melo (2012), por sua vez, disserta a respeito da percepção da população tribal sobre o tempo, relatando que o trabalho, os cuidados com as crianças e os afazeres dos membros da tribo eram muito importantes, mas o tempo que se empregava a essas atividades não era delimitado por ponteiros de relógio, e sim pelo contato com o próprio corpo. O tempo, segundo a autora, é vivido de forma “concêntrica e circular” (p.130), o que significa que não segue uma linearidade em que um passado e um futuro se apresentam, mas em que só existe um centro — o agora. Em suas palavras:

(...) eles acontecem naturalmente por meio de cuidados para que o corpo acorde lentamente, realizando todos os processos necessários para o seu bem-estar. Nada é corrido ou apressado, não há hora marcada para as obrigações, elas apenas acontecem e vão sendo realizadas no seu ritmo, no seu tempo (MELO, 2012, p.130).

A própria forma de autoridade das sociedades tribais destoa da que se conhece atualmente. Em tais sociedades, as pessoas que ocupam esses lugares sociais não o fazem por herança; pelo contrário, ocupam-nos devido ao reconhecimento e admiração pelos feitos, pela história ou pela capacidade mediúnica. Independentemente das razões que levam esses sujeitos a ocuparem o lugar de líderes diante da comunidade, o comando não se dá por meio de uma ordem coercitiva, mas por colocações que serão consideradas por quem as recebe.

Em seu livro *História das Crenças e das Ideias Religiosas volume I*, Mircea Eliade (2010) disserta sobre o advento da agricultura primitiva e como isso impactou significativamente os valores e as formas de vida dessas sociedades. A partir deste momento, os indivíduos, que antes viviam como nômades, passam a ocupar a terra por mais tempo. Essa permanência mais longa possibilitou que fosse criada uma relação religiosa com a terra, e a nutrição, parte essencial da existência, não é mais sentida como algo apenas dado pela natureza, mas como um produto complexo, de cunho divino. Através da observação da ritualística que envolve a vida vegetal, as etapas do processo — como plantar a semente, ver germinar o broto, nascer seus frutos, etc. — foram metaforicamente associadas à vida humana, passando a constituir um aspecto mitológico que encarna os mistérios condizentes com a existência.

Assim, através da similaridade entre os fenômenos encontrados na terra e em si mesmo, o ser humano estabelece, a partir deste momento, uma relação de pertencimento com a Natureza, sentindo-se parte integrante e atuante de toda essa estrutura que funciona de maneira unificada. Meneses (1979) destaca que a relação íntima com a Natureza definia o ritmo da vida nas comunidades de forma profunda, e explica que as festividades e o modo de vida eram organizados de acordo com as atividades econômicas de cada estação. Durante o verão, por exemplo, eram realizadas grandes caçadas nos acampamentos, enquanto no inverno, as tribos tinham o costume de se dedicarem às atividades agrícolas e artesanais. Os períodos de abundância, com fartura de cardumes de peixes e manadas de porcos selvagens, eram seguidos por épocas mais austeras, como a colheita de mel, raízes e frutos escassos. Além disso, as constelações, como as Plêiades e a Cabeleira de Berenice, marcavam a transição entre as estações e os ciclos de caça e pesca.

O autor também relata ser muito comum, dentre os mitos das comunidades, a ideia de que os homens e os animais eram iguais — para eles, os animais teriam sido, antes, seres humanos. Os índios do Brasil Central narravam uma mítica de que as plantas teriam nascido através de um menino que pediu para ser enterrado, e em cada parte do seu corpo teriam brotado os frutos de que os nativos tinham conhecimento. Outro esquema mítico difundido é o de uma estrela que tornou-se mulher, uniu-se ao homem que amava e, a partir dessa união, teriam nascido as plantas comestíveis.

Além do alimento, a Natureza também ditava os ritos orgiásticos das comunidades dependendo da época de semear ou colher: comparavam a fecundidade humana com a fecundidade da terra. Não se encontrava temores a respeito da própria sexualidade, muito menos uma forma correta de experienciá-la. Como a vida não estava divorciada da Natureza, não existia nada que sugerisse que os impulsos naturais dirigidos ao prazer fossem proibidos, inadequados, ou que exercessem uma função meramente reprodutiva.

Preciado (2022) afirma que esse alinhamento do homem à Natureza e vice-versa pode ser compreendido como uma estrutura circular, em que cada instância da existência tem seu lugar dentro do círculo cósmico, de forma não hierarquizada. Em contrapartida, as sociedades atuais baseiam sua organização em uma estrutura piramidal em que o ser humano está no topo, substituindo a lógica de pertencimento pela lógica da hierarquia.

Esse caráter cíclico do entendimento da vida descrito pelo autor tornava a vivência dentro dessas comunidades mais flexível no que diz respeito ao estabelecimento dos seus direitos e responsabilidades, tornando as relações muito mais cooperativas. O compartilhamento de alimentos era uma marca importante desses tempos, uma vez que a ideia de ter mais do que se precisa era extremamente mal vista pela Natureza. Segundo a mitologia de comunidades amazônicas, “os trovões ribombavam” (Preciado, 2022, p.73) para repreender os comportamentos gananciosos e individualistas.

A lenda do Curupira nasce na Amazônia para fiscalizar e castigar quando se causa danos à Natureza. O mito relata que o menino chegou a um acampamento quando os demais estavam caçando e, ao observar a quantidade de barracas e de carne abatida, ficou imensamente furioso com a desproporção. Então, mais tarde, retornou ao acampamento com seus companheiros e deu fim às cabanas dos caçadores, como forma de puni-los por seus excessos. Em *A Origem dos Modos à Mesa*, Lévi-Strauss (2006) aponta para a forma como a moral — e não a moralidade — das míticas dessas comunidades se davam. A intenção era proteger a Natureza dos desequilíbrios humanos que pudessem colocar em perigo a ordem cósmica. Hoje, nossa moral se configura de maneira invertida: a tendência humana é de cada vez mais se proteger contra os germes, micróbios, miasmas, animais, dentre outras formas de vida da Natureza.

Para o homem primitivo, a Natureza se apresentava como uma Grande Mãe, generosa, que alimenta e merece todas as honrarias e respeito. Atualmente, com tantas tecnologias que permitem que os seres humanos vivam com mais longevidade, intitulamo-nos como “Mestres da Vida”, termo cunhado por Meneses (1979). Entretanto, convivemos diariamente com notícias de saqueamentos, mortandades e etnocídios que nos colocam justamente em oposição a essa afirmação. O autor expressa que “o homem se tornou cego ao seu caráter mais irrecusável: que é ser, antes de tudo, um ser vivo; propriedade que têm em comum com tantos outros seres da Natureza” (MENESES, 1979, p.47). Dessa forma, ao se distanciar da Natureza e se relacionar de maneira egóica com ela, o homem vai se desconectando de si mesmo e do seu próprio tamanho frente à vida. A cooperatividade vai sendo vencida pela ambição e necessidade de acúmulo, culminando em individualidade.

Pouco a pouco, solitários, os indivíduos vivenciam um vazio existencial, o estresse, as doenças psicossomáticas, dentre outros adoecimentos típicos da modernidade. A desconexão do sujeito com a sua própria natureza foi levada a um nível tão profundo que, atualmente, pouco se discute sobre o futuro — ele foi destruído junto com a Natureza. Hoje, falamos sobre formas de evitar um futuro trágico, uma vez que não encontramos boas perspectivas. O aquecimento global é um bom exemplo de sintoma que torna a premissa do futuro bastante obscura. Nesse cenário, lembrar os tempos das sociedades tribais e suas formas de funcionamento é um ato de resistência.

Sobre as formas de vida e organização social das sociedades tribais, observou-se que essas comunidades se estruturam em torno de valores profundamente conectados à coletividade, à natureza e aos ritmos humanos, demonstrando uma lógica integrada de convivência e respeito mútuo. Essa organização social, porém, não se sustenta apenas nas práticas, mas encontra na educação de suas crianças um pilar fundamental para a perpetuação de seus modos de vida e valores. Assim, o próximo tópico aborda a noção de infância nessas sociedades, explorando como as práticas educativas e a relação afetiva com as crianças refletem e asseguram a continuidade dessa forma de viver em comunidade.

### 3.2. A noção de infância nas sociedades tribais

Antes de discorrer sobre este tema, é necessário ressaltar que não existe uma forma única das sociedades tribais conceber a infância. Devido a isso, este texto foi elaborado a partir de um compilado de informações a respeito da noção de infância de diversas tribos, apoiando-se nos trabalhos de Lévi-Strauss (2001); Overing (1988); Codonho (2012); Cohn (2000); Melo (2012); Sanchés-Parga (1988); Lecznieski (2012); Schaden (1945); Tassinari (2007); Siqueira Junior (1993); Malinowski (1983) e Mead (1969), na tentativa de apresentar as formas de organização e cuidado com as crianças.

Os modos de vida das comunidades tribais trazem perspectivas diferentes das atuais no que diz respeito à forma de olhar e de se relacionar com este momento tão crucial do desenvolvimento. Enquanto em nossa sociedade as crianças são comumente vistas como um “vir-a-ser”, em que é necessária constantemente a intervenção dos adultos e da escola para educá-las e lapidá-las, nas sociedades tribais, as crianças são tratadas com muito mais autonomia, e possuem suas falas e desejos legitimados desde a mais tenra infância.

No que diz respeito ao papel da infância, o “adultocentrismo” também influenciou estudos etnográficos indígenas ao longo do tempo. Nunes (2002) relata que a maioria desses estudos se preocupava apenas com os adultos e o ritmo de vida dos indígenas. Quando as crianças eram mencionadas, normalmente ocupavam poucas páginas do texto e com informações dispersas, sem nenhum destaque. Para dar conta dessa lacuna histórica, os estudos sobre a Antropologia da Infância vêm ganhando espaço na Academia, contendo em sua principal crítica a nossa ideia ocidental de que a criança é uma tábula rasa, sem nenhuma identidade, e, devido a isso, deveria invariavelmente se adaptar à cultura para se tornar sujeito.

Em seu artigo *Concepções indígenas de Infância no Brasil*, Antonella Tassinari (2007) afirma que os principais pontos que diferenciam a criança ocidental da criança indígena se dão em torno da capacidade de escolha que elas têm diante da própria vida. Em seu livro *Tristes Trópicos*, Lévi-Strauss (2001) relata sua experiência ao tentar negociar determinado objeto com uma senhora Kadiwéu, ocasião em que constatou a independência das crianças da tribo e o respeito dos adultos para com suas crianças:

Essa índia quer me vender o seu pote? “Sem dúvidas”, quer. “Infelizmente não lhe pertence”. A quem, então? Silêncio. A seu marido? Não. A seu irmão? Também não. A seu filho? Tampouco. É da sua neta. A neta possui inevitavelmente todos os objetos que queremos comprar! Olhamo-la - tem 3 ou 4 anos - de cócoras perto do fogo, absorta diante do anel que, ainda há pouco, passei no seu dedo. E começaram então, com a senhorita, demoradas negociações em que os pais não têm a menor participação. Um anel e quinhentos réis deixam-na indiferente. Um broche e quatrocentos réis a decidem (LÉVI-STRAUSS, 2001, p. 148).

Em *Cosmologia e infância Galibi-Marworno: aprendendo, ensinando, protagonizando*, Camila Codonho (2012) notou, em sua experiência com a população indígena Galibi-Marworno, que a noção de autonomia da criança é sentida pela tribo desde o momento de seu nascimento. Todo o cuidado das parteiras nesse momento é voltado para estimular e aquecer a criança, a fim de que ela mesma possa fazer os movimentos necessários para nascer. A autora conta que é oferecido um chá de pimenta do reino à mãe, para que ela e o neném se sintam acalorados e possam passar pelo trabalho de parto com mais energia. Isso acontece pois acredita-se que o bebê também faz força para sair do útero.

A noção de que as crianças já são sujeitos dotados de sua própria alma e autonomia se expressa uma vez que participam de toda a vida na tribo, não havendo diferenciação entre crianças e adultos quanto aos espaços ou assuntos. Codonho (2012) conta que, durante sua estadia na tribo Galibi-Marworno, houve um falecimento súbito de um homem que caçava jacaré. A antropóloga declara ter sentido essa morte de uma forma muito trágica, relatando sua expectativa de que as crianças fossem poupadas dos detalhes. No entanto, foi pega de surpresa ao vê-las, na verdade, participando ativamente de todo o processo. Os pequenos acompanharam todo o resgate do homem, trazendo informações para quem ainda não soubesse do acontecimento na aldeia. Isso demonstra que elas não eram excluídas, mas sim integradas aos processos e respeitadas por todos os adultos.

Outro aspecto importante relatado pela autora sobre o falecimento do homem é que as crianças também participaram do velório sem nenhuma limitação, comportando-se de forma apropriada e respeitosa. Nesse momento, as brincadeiras ficaram mais introvertidas em toda a aldeia, sem que nenhum adulto

tenha lhes dito como deveriam se comportar. Além disso, o povo Galibi-Marworno velava os mortos com muitas rezas e brincadeiras, com a intenção de alegrar os familiares do falecido. Quem promovia as brincadeiras eram as crianças e todos os presentes participavam.

Os indígenas consideram que o processo de aprimoramento e desenvolvimento da criança se dá a partir da construção de seu corpo. Em sua dissertação de mestrado *A criança indígena: a concepção Xikrin de Infância e aprendizado*, Clarice Cohn (2000) relata um exemplo disso. Segundo a autora, para os Xikrin, o processo de aprendizagem na infância se dá para além de uma transmissão de saberes. Para eles, o fortalecimento do corpo e dos órgãos atrelados aos sentidos, principalmente os olhos e os ouvidos, tem um valor inestimável para o desenvolvimento, ou seja, a oportunidade de experimentar as sensações e desenvolver o corpo junto à natureza amplia os conhecimentos das crianças.

Nesse sentido, não basta só olhar, de forma isolada dos ouvidos, para que se possa aprender — a compreensão do conhecimento se dá a partir da união dos dois sentidos: visão e audição. Uma pessoa que aprende é uma pessoa integrada ao seu corpo. A partir da captura dos estímulos pelos órgãos, o conhecimento se aloja no coração. Os Xikrin dizem que o *angoro*, ou seja, o coração, é o *mari djá*, lugar do saber. O coração, assim como os olhos e os ouvidos, não nasce totalmente desenvolvido; ele vai aprendendo com o tempo. O desenvolvimento do coração é o que diferencia as pessoas fortes das fracas, e é a partir dele que as conexões e relações sociais se estabelecem — as quais são muito valorizadas na comunidade.

Como o corpo é um dispositivo fundamental de aprendizagem para a sociedade tribal, sua transmissão de conhecimento é essencialmente oral e gestual. Atualmente, apesar da tentativa de imposição da metodologia de ensino do homem branco nas tribos estar provocando algumas mudanças quanto à forma de transmissão do conhecimento nessas sociedades, os povos tribais, em um ato de resistência, buscam preservar sua tradição, não permitindo que seu modo de aprendizagem seja modificado completamente. Na modalidade tribal de educação, as técnicas de repasse de conhecimento se pautam mais na prática do que na teoria, ou seja, o conhecimento é “incorporado”, e não racionalizado, como se dá majoritariamente nos dias de hoje em nossa sociedade.

Overing (1988), ao estudar sobre os Piaroa, relata que, para uma criança se desenvolver com tranquilidade e autonomia pessoal, ela precisa controlar “a vida dos sentidos”, que se apresenta na primeira parte da infância, e a “vida do pensamento”, que se dá a partir dos seis ou sete anos de vida. Quando existe equilíbrio entre o corpo e o pensamento, a criança consegue desenvolver uma vida social e uma personalidade íntegra, ou seja, a união corpo-mente é a condição necessária para que as crianças possam criar suas impressões sobre a vida. Para os Piaroa, essas impressões e conhecimentos ficam armazenados no corpo. Portanto, a ornamentação corporal de cada indivíduo indica a quantidade, a qualidade e o tipo de conhecimento estabelecido. Dessa forma, é a qualidade e a quantidade de conhecimento adquirido que dá aos sujeitos a capacidade de se relacionarem em sociedade.

Já para o povo Guarani, o modelo de educação ocidental com escolas, burocracias e regras já faz parte do cotidiano. Entretanto, os membros da tribo não aceitam passivamente todas as imposições disciplinadoras. Sobre essa resistência, Melo (2012) pontua que os guaranis entendem a escola como um espaço de troca de conhecimento e consolidação de sua identidade. Devido a isso, o canto, a brincadeira e a dança fazem parte da rotina escolar. É comum encontrar mães e irmãos mais novos acompanhando as aulas, quando assim desejam, o que representa uma aprendizagem coletiva e com regras mais flexíveis.

A autora conta que, no ano de 2005, uma professora não-indígena lhe confessou sua percepção de que a maioria dos seus alunos se retiravam das aulas quando ela insistia que eles prestassem atenção no quadro cheio de informações escritas. Para os guaranis, o aprendizado se dá pela escuta e, a partir disso, sente-se e se compreende-se o conhecimento. Na língua Guarani, a palavra associada à noção de ouvir é *endu* e, na prática, essa mesma palavra também pode representar o sentido de sentir.

Uma pesquisa realizada por Sanchés-Parga (1988) a respeito das diferenças entre o repasse de conhecimento oral e escrito afirma que na modalidade oral e gestual, os conteúdos não são repassados através de um modo exato. Essa modalidade, por sua vez, traz uma perspectiva muito mais dinâmica, criativa e inventiva ao processo de memória e aprendizagem, justamente por ser feita através da imitação e observação. Contrariamente, nos dias atuais, a

modalidade escrita restringe muito do processo corporal de aprendizagem, tornando a memória dos conteúdos significativamente mais repetitiva e restritiva.

Segundo a antropóloga Lisiane Lecznieski (2012), alguns povos ameríndios acreditavam que as crianças eram seres sociais conectados com os animais e os espíritos. Nesse sentido, o espírito das crianças ainda não estava totalmente preso aos seus corpos, sendo incorporado com o tempo a partir do contato com o mundo dos humanos. Essa conexão cosmológica daria à criança um potencial muito importante ao nascer, um contato especial com os vivos e com os seres de outro mundo, equiparando-se, nesse lugar, até mesmo com os xamãs — homens e mulheres que dominam a sabedoria da tribo e as magias que fazem contato com os espíritos e o cosmo. Na infância, o espírito é tido como bondoso e mais forte do que na idade adulta, pois ainda é completamente puro. Dessa forma, com tamanha importância simbólica, toda a tribo via a criança como um ser muito importante e sábio, que precisa ser preservado e cuidado pela comunidade.

Para o povo Guarani, segundo Melo (2012), para que a criança mantivesse seu espírito preso ao corpo, era necessário que a mãe seguisse uma dieta alimentar específica, e o pai não podia mexer com objetos cortantes ou fabricar alguns tipos de artesanatos comuns na tribo. O descumprimento destas regras ocasionaria doenças e deformidades nos filhos, dependendo, então, tanto do pai quanto da mãe a responsabilidade diante da saúde e cuidado dos pequenos. A autora conta que, depois do nascimento do filho, os pais ficam ainda mais incumbidos de zelar pelo espírito dos filhos, e acredita-se que a alma das crianças fica mais presa ao pai nesse momento. Um dos cuidados atribuídos aos pais é garantir que, ao se ausentarem, marquem sempre o caminho para que o espírito de seu filho saiba onde encontrá-los.

De acordo com Codonho (2007), os ensinamentos de habilidades e técnicas são repassados de forma horizontalizada nas aldeias, onde não se considera que o adulto saiba mais do que a criança. Mais do que isso, a criança é um ser sábio que também ensina aos seus iguais, e tudo isso ocorre de maneira informal e sem nenhuma obrigatoriedade. Uma vez que os jovens e as crianças se interessam por um tipo de técnica ou habilidade específica, buscam por conta própria as pessoas que reconhecem como detentoras do conhecimento para que possam ensiná-los.

O reconhecimento da autonomia das crianças não tira dos adultos a responsabilidade frente a eles. Segundo Codonho (2007), a função dos adultos na tribo é proteger as crianças e facilitar que elas possam desenvolver seu corpo e criar suas impressões do mundo. A noção de cuidado pelos menores é descentralizada do “pai” e da “mãe”, todos os habitantes se incumbem da atenção necessária aos seus cuidados, sempre estimulando-os a colaborar dentro de suas capacidades. Schaden (1945) demonstra como é comum os adultos produzirem seus artefatos em miniatura, como arco e flecha e cestas de coleta, para que os pequenos possam acompanhá-los no dia a dia da aldeia e, assim, experimentar e fazer parte do cotidiano da tribo.

Tassinari (2007) observou, na tribo Karipuna, as crianças trabalhando junto aos adultos, realizando trabalhos de acordo com a sua faixa etária. Esses trabalhos vão se intensificando em nível de comprometimento e força conforme os pequenos vão ganhando mais idade. A autora conta que, em um mutirão para fazer farinha, por exemplo, as crianças pequenas auxiliam as mães a descascar a mandioca, ressaltando a significativa desenvoltura com que o fazem, mesmo com tão pouca idade. Outras trazem a água do poço, e as mais velhas auxiliam na raspagem da mandioca ou no que possa estar em cozimento. Comumente as crianças menores se cansam do trabalho durante sua execução e simplesmente interrompem a atividade para ir atrás de algo que melhor direcione o interesse — tudo isso sem nenhuma represália.

Leczneski (2012) relata que a criança tem uma centralidade importante na atenção dos adultos indígenas. Devido a isso, suas perguntas são sempre respondidas pacientemente pelos adultos e todo o cuidado dos responsáveis envolve seguir as crianças, não impondo a elas o que lhes for mais conveniente. A autora conta que, devido a esse cuidado, não é comum testemunhar uma criança chorando ou brigando com as outras, e quando acontece, são episódios muito discretos. A agressão física a uma criança também não é vista com bons olhos nas sociedades tribais, como verifica-se no relato de um caso de uma mãe que bateu em sua criança durante um banho no córrego. Essa situação fez com que ela e a criança saíssem do local chorando, além de toda a comunidade ter apontado o caso como um descontrole e falta de respeito por parte de toda a família.

Segundo Codonho (2012), para a tribo Galibi-Marworno, os adultos deveriam conversar e, no máximo, impor um pequeno castigo à criança quando

necessário. Acredita-se que, se um adulto bate em uma criança, principalmente nas costas, ela estaria correndo o risco de sua *nam*, ou seja, sua força vital, sair do seu corpo. A mesma situação pode acontecer quando uma criança se assusta. Nas duas situações, caso ocorram, é necessário um assopro especial para que possa recuperar por completo sua *nam*. Ainda sobre a necessidade de cuidado com as crianças, segundo Cohn (2000), na tribo Kayapó, acredita-se que, quando uma criança chora, seu espírito se distancia ainda mais do corpo. Por isso, são necessários grande cuidado e atenção, pois, ao acolhê-la e acalmá-la, sua alma permanece protegida.

A conversa é um ponto crucial da relação entre os adultos e as crianças na tribo. Siqueira Júnior (1993) conta sobre sua conversa com uma senhora indígena, em que ela compartilha seu pensamento sobre essa relação: “o civilizado fala ‘bença, tia, vó’ porque ele é obediente. Enquanto aqui se nós não falamos com nossos filhos eles ficam desobedientes. Eles podem falar bença, mas não acredita no titio e nem na vovó” (p.19). Para as comunidades tribais, o que sustenta o relacionamento interpessoal, o respeito e o carinho é o nível de profundidade da comunicação, e não uma obrigatoriedade moral inata para com os mais velhos.

O respeito à autonomia das crianças também se estende aos seus sentimentos. Cohn (2000) conta sobre um caso que presenciou junto aos Xikrin em que uma mãe, ao repreender sua filha mais velha, causou muita raiva em seu filho mais novo. Imediatamente, o menino pega um pedaço de pau e se dirige em direção à mãe para expressar seus sentimentos. Rindo da ausência de perigo que o pequeno representava, ela apenas desviou de suas tentativas de atingi-la. Sem sucesso, o menino voltou sua raiva para o avô, que observava tudo de longe. Ao perceber a movimentação, a avó segurou o marido para que o pequeno pudesse, enfim, atacá-lo. Todos se divertiram com a situação; não houve qualquer represália pelo fato de o menino sentir raiva, tampouco ele foi rotulado como “menino mau” por isso.

O reconhecimento das singularidades das crianças, atreladas ao seu momento de aprendizado, era considerado muito importante para as sociedades tribais. Para os Xikrin, as crianças travessas, que reagem diante de alguma insatisfação, eram bastante celebradas e levavam o título de *okrê*. Isso significava que os pequenos estariam se formando e criando sua identidade e impressões do mundo. O exemplo acima foi sentido pela família com um momento divertido

justamente por isso. A falta de vergonha da criança em se posicionar, os sentimentos que às vezes saem desmedidos, a falta de atenção às regras ou qualquer outro comportamento social inadequado era compreendido e aceito pela tribo porque, segundo eles, *mari ket rã'ã* — que significa “eles ainda não sabem”.

Em sua pesquisa de campo nas Ilhas Trobriands, que culminou no livro *A vida sexual dos selvagens*, Malinowski (1983) observou a dinâmica das crianças e sua liberdade e independência. A obediência aos seus pais dependia muito da relação entre eles e da forma como os adultos se dirigiam a elas. O autor conta que as demandas solicitadas pelos pais às crianças eram como um pedido de favor, confiando que as crianças obedeceriam naturalmente. Como resultado de tamanha liberdade, observa-se pequenos aglomerados de crianças que formam uma espécie de comunidade infantil, composta por jovens de diversas idades que se aliaram ao grupo de maneira espontânea.

A liberdade das crianças trobriandesas se estende também à sexualidade. Não havia restrições ao debate sobre o tema sob a justificativa de ser “assunto de adultos”, o que impedia que ele se tornasse um tabu para os pequenos. A nudez também era considerada natural, e era comum que meninos e meninas, homens e mulheres se observassem sem roupa em determinadas situações, sem que isso denotasse um cunho sexual necessariamente. Os jogos sexuais infantis eram vividos livremente, sem nenhuma represália dos pais ou código moral que tornasse a ação pecaminosa. Dessa forma, meninos e meninas vivem suas sexualidades a partir de sua curiosidade e maturidade.

As sociedades tribais essencialmente entendiam a capacidade das crianças em aprender aquilo que está à sua volta, o dito e o não dito, o velado e o explícito. Confiavam que, enquanto adultos, podiam apenas proporcionar um espaço para um bom desenvolvimento do corpo dos pequenos, sem necessidade de lhes impor nada, pois confiavam que sua alma era boa e saberiam encontrar seu próprio caminho.

Uma reflexão importante que surge a partir da leitura desses estudos circunda o resultado de tanta interferência, por parte dos adultos, no processo de desenvolvimento infantil, ao retirar a autonomia e naturalidade das crianças. Outro aspecto importante a se pensar diz respeito à qualidade dessa interferência. Afinal, os adultos são socializados em uma sociedade adoecedora e, conseqüentemente, reproduzem padrões de comportamento que refletem esse

processo — impondo às crianças os mesmos comportamentos adocedores. Observar as formas de viver, pensar e educar as crianças nas sociedades tribais possibilita a formulação de questionamentos sobre o modelo de educação contemporâneo, frequentemente caracterizado por abordagens automáticas e repressivas.

Encerrando a discussão acerca da compreensão da infância e das práticas educativas entre os povos originários, fica evidente que essas sociedades reconheciam as crianças como indivíduos integrais, cujas aprendizagens se davam em uma dinâmica de imersão na vida comunitária e no respeito à sua autonomia desde os primeiros anos.

As formas de educar, longe de impor padrões, buscavam integrar as crianças à essência coletiva e à continuidade cultural, sustentando, assim, os valores e modos de vida da comunidade. Para aprofundar e exemplificar de forma prática as reflexões apresentadas, tanto neste tópico quanto no anterior, o próximo tópico aborda um estudo de caso realizado por Margaret Mead (1969), que oferece uma perspectiva concreta sobre as dinâmicas sociais e educativas desses povos, ilustrando as discussões teóricas desenvolvidas até aqui.

### **3.3. Arapesh**

As comunidades tribais possuíam particularidades e expressões culturais distintas, o que torna inadequado abordá-las de forma unificada, visto que essa simplificação desconsidera tamanha diversidade. Em vista disto, para dar um contorno mais prático a este trabalho, será apresentado o estudo de campo realizado por Margaret Mead. A autora é graduada em psicologia e antropologia pela Universidade de Columbia, dedicando seus estudos às teorias sobre as relações entre cultura e personalidade, com foco na socialização de crianças, sexualidade, papéis diferenciais de gênero e conexões entre cultura coletiva e personalidade individual.

Em 1931, Mead desenvolveu um estudo de campo na Nova Guiné, onde observou três comunidades na mesma localidade: Arapesh, Mundugumor e Tchambuli. Esse estudo resultou na publicação, em 1969, de seu livro *Sexo e Temperamento*, utilizado neste trabalho para ilustrar as consequências de uma vida mais conectada à Natureza, utilizando a comunidade Arapesh como base. O

povo Arapesh reside em uma ilha na Nova Guiné, na Oceania. Em seu estudo, Mead (1969) afirma que os Arapesh são divididos em três grandes grupos: os do litoral, os da montanha e os da planície.

Durante seu estudo, a autora observou que os habitantes mais próximos do litoral tinham contato com outras ilhas próximas. Por isso, adotavam hábitos como construir canoas, pescar nos poços escondidos da região, construir abrigos para se proteger da areia e não sentar na terra, por considerá-la suja. Além disso, suas casas eram espaçosas e enfeitadas, sua população robusta levava um ritmo de vida tranquilo, com alimentos abundantes advindos das hortas e campos de sagu, além de enfeites e danças aprendidos nesse contato com as comunidades vizinhas da costa.

Conforme se adentra a ilha, muda-se todo o modo de vida. As grandes aldeias dão lugar a pequenos povoados com, no máximo, vinte casas entre as montanhas da região. Ali residem os Arapesh das Montanhas, onde as terras não eram tão férteis. O sagu, por exemplo, precisava ser cultivado de maneira mais cuidadosa, o que o tornava mais escasso. Existiam algumas áreas reservadas para a caça de alguns animais, pois os Arapesh acreditavam que os antepassados tinham caçado demasiadamente nessas regiões. No momento em que a autora visita a comunidade, os animais quase não perambulam por estas terras, apontando para a escassez, que torna a caça rara.

As plantações dessa região ficavam nas partes íngremes da montanha, porém os habitantes as disputavam com os porcos que viviam de maneira selvagem na mata. A construção de cercas para proteção do alimento poderia ser uma resolução para a problemática, mas ninguém da comunidade parecia se importar. Os porcos nessa região não eram gordos como os do litoral. Segundo a autora, “eram magros e morriam frequentemente pela má alimentação” (p.32). Quando isso acontecia, seus cuidadores eram acusados de *gulodice* por comer todo o alimento e não deixar nem mesmo as cascas para seu porco.

A área das plantações era muito distante de onde ficavam as casas dos habitantes das montanhas, portanto trabalhava-se sempre em grupos cooperativos, mesclando entre os cuidados da plantação de um e de outro habitante. Mead residiu em uma parte da comunidade chamada Alitua, que contava com vinte e quatro casas nas quais oitenta e sete pessoas residiam. Quando acontecia alguma festividade, a comunidade recebia mais pessoas ainda, ficando cheia a ponto de

alguns precisarem dormir fora das casas por falta de espaço. Nesses momentos, as mulheres trabalhavam bastante para transportar alimentos o suficiente, enquanto os homens se ocupavam com o transporte pesado das carnes e de toros que seriam queimados na fogueira durante o encontro.

No centro da povoação ficava o *agehu*, um espaço compartilhado pelos habitantes onde aconteciam as festas e cerimônias religiosas. Lá, as crianças brincavam e ensaiavam seus primeiros passos, homens e mulheres se alimentavam, faziam artesanatos e, em dias de chuva, construía abrigos com as folhas de bananeira para se proteger e se relacionar. Nesse espaço, as pessoas doentes compartilhavam suas mazelas e recebiam cuidado.

A ideia de se vestir chegou pelo litoral embora nem todos os povoados da montanha usassem roupas e, quando usavam, não pareciam fazê-lo com o objetivo de esconder os órgãos genitais. Além disso, os artefatos mais ‘luxuosos’, como os colares de concha e tabaco, também vinham do litoral. A vida da praia simboliza, para os montanhese, uma vida despreocupada e carregada de moda. Ainda assim, as modas do litoral eram gradualmente abandonadas depois de algum tempo, e as roupas, deixadas de lado pelos homens que desejavam caçar, por sentirem que os tecidos atrapalhavam sua mobilidade. A propósito, a comunidade não acreditava que todos os homens deveriam necessariamente se dedicar à caça — eles só caçavam se assim desejassem.

Todos esses artefatos do litoral eram agrupados e vendidos de aldeia em aldeia. Os povoados economizavam para conseguir comprar as novas danças, tipos de mágica, pulseiras e penteados. Faziam isso por acreditarem que a importação dos artefatos do litoral era melhor e os objetos, mais sofisticados do que aqueles que eles podiam produzir entre as montanhas. A ideia de consumir as novas modas não se dava de forma individual, para uma família ou outra terem acesso aos bens, mas de forma coletiva. Eram consumidos enquanto povoado, para que cada membro da comunidade pudesse cantar as novas músicas e usar os novos modelos.

As povoações do litoral são sentidas pelos montanhese como aldeias-mães, e as aldeias atrás são entendidas como suas filhas. O cruzamento que liga as aldeias-filhas à aldeia-mãe é denominado o caminho dugongo, o caminho da víbora e o caminho do sol poente. Através dessas vias, eram importadas as novas modas e canções, os viajantes transitavam em segurança e a vida se cruzava em

Arapesh. Por esses caminhos também passam os amigos-de-troca, que realizam um escambo informal que supria os povoados daquilo que lhes faltava: o montanhês repassava penas de pássaros, potes, sacos de rede e o povo do litoral as cestas, arcos e flechas, machados de pedra, entre outros. Esses produtos eram chamados de dádiva voluntária, uma vez que jamais se cobra ou reprova alguém por estes presentes, e todos eram muito bem aceitos e possuíam o mesmo valor material.

Havia também uma outra região em Arapesh denominada por Mead (1969) como Arapesh das Planícies. Nessa área, lutava-se com lanças e não com os arcos e flechas utilizados pelos montanheses e pelos povos do litoral. Os homens andavam nus, e as mulheres andavam nuas até o seu casamento — depois disso, utilizavam roupas sumárias. Os povos desta área utilizavam a feitiçaria para aterrorizar os montanheses e os litorâneos, e portanto, circulavam sem medo. Acreditava-se, em Arapesh, que um feiticeiro da Planície era capaz de causar uma desgraça, como um acidente durante a caça, alguma doença ou até a morte.

Embora os Arapesh da Montanha tivessem suas danças, moda e principais experiências adquiridas de outros povos, não se consideravam subordinados ou em uma posição menos favorável a eles; na verdade, encaravam a vida com alegria. Sentiam-se satisfeitos quando conseguiam empregar a educação dos filhos de forma bem sucedida, deixando-lhes espaço para o plantio e estratégias para que suas crias garantissem a própria subsistência mais tarde. Para os montanheses, o dever de cada criança é crescer, e o dos homens e das mulheres é promover um espaço para um bom crescimento dessas crianças — e, a isso, dedicavam toda a integridade do seu ser.

### **3.3.1. Cooperatividade em Arapesh**

Os modos de vida em Arapesh estão organizados a partir de homens e mulheres, dotados de suas singularidades e potencialidades diversas, exercendo atividades em prol de um objetivo comum: o bem-estar da comunidade. Mead (1969) descreve a comunidade de Arapesh como “primordialmente maternal, nutritiva e orientada para fora do eu, em direção às necessidades da geração seguinte” (p.41). Embora os homens recebam algumas responsabilidades e lideranças sociais, isso denota apenas uma característica da cultura e ritualística

de Arapesh, e não uma consequência da superioridade supostamente intrínseca masculina.

Além disso, não existe uma unidade política para governar os habitantes da ilha, que seguem uma linha patrilinear. A cada clã pertencia um pedaço de terra para caça e para plantação, mas esses clãs não se sentiam proprietários dessas terras — apenas pertenciam a elas. O povo de Arapesh compreendia que a terra, os animais, as árvores, dentre outros elementos, pertenciam aos espíritos que se localizavam no *marsalai* — um espaço situado nas terras de caça e que servia de morada para os espíritos dos antigos membros do clã e suas esposas, juntamente de um ente sobrenatural que se apresentava em forma de animal para os montanheses.

Para fazer qualquer tipo de contato com a terra, era necessário que se dissesse aos *marsalai* quais seriam as suas intenções. Mead (1969) apresenta como seria esse contato com os espíritos: “Sou eu, seu neto, de Kanehoibis. Vim para cortar algumas estacas para minha casa. Não se oponham à minha presença, nem ao corte da madeira. Ao meu regresso, afastem os espinheiros de minha trilha e dobrem os galhos para que eu possa caminhar facilmente” (p.43). Caso sejam negligenciadas as licenças e permissões necessárias para os *marsalai*, ventos, chuvas e deslizamentos de terras podem acometer quem ousou desrespeitá-los. É dessa forma que os espíritos puniam os indivíduos que cometiam qualquer atitude inapropriada em relação à terra.

Para os montanheses, a plantação se restringia ao taro e à banana. Os homens faziam a limpeza inicial do terreno, juntamente com a construção de cerca, e as mulheres plantavam, mondavam e faziam a colheita. A geografia no meio das montanhas e a invasão de porcos tornavam os alimentos escassos, e o povo dividia a terra plana entre bom e mau lugar — todo sítio agreste íngreme e escarpado seria um mau lugar e, assim sendo, um bom lugar para plantação poderia estar a algumas milhas de distância.

Dessa forma, os habitantes desenvolveram um sistema diferenciado para os cuidados com as plantações: cada clã plantava não somente em sua horta, mas em várias, cada uma em cooperação com um grupo diferente. Em um campo de cultivo, ele era o anfitrião e, nos outros, visita. Em cada uma das hortas, homens, mulheres e filhos já crescidos trabalhavam juntos em todas as etapas necessárias para o desenvolvimento do plantio. Esse tipo de organização do trabalho

agraciava aos moradores da região com a ausência da fome, já que duas hortas nunca eram cultivadas ao mesmo tempo.

As plantações também serviam como forma de estreitar os laços relacionais: homens que eram amigos plantavam palmeiras de sagu juntos e, desta forma, na geração seguinte, seus filhos seguiam seus passos e formavam uma unidade de trabalho, seja cuidando dos campos de cultivo um do outro, ou virando potenciais parceiros de caça. Na caça também se apresenta uma lógica cooperativa, uma vez que, quando um homem avista a presa em primeira mão, pode reivindicá-la como sua. Entretanto, caso sempre tomassem a presa para si, nunca mais seriam convidados para a caça em conjunto, ainda que fossem muito habilidosos para a atividade.

Essa forma cooperativa de trabalho se expressa em toda a rotina do povo de Arapesh. Mead (1969) relata que as pessoas gastavam nove décimos do seu tempo se dedicando às atividades de outrem, cavando em outras hortas, participando de caçadas promovidas por outros, etc. Nas palavras da autora, “toda a ênfase de sua vida econômica é posta na participação em atividades que outros iniciaram e só rara e timidamente alguém tenta sugerir um plano próprio” (p.47). Mead aponta, ainda, que essa prontidão a serviço da comunidade se constitui pela ausência de organização política, ou seja, qualquer assunto que possa interferir em algum membro da aldeia ou aldeias vizinhas é decidido entre os membros da família ou com um homem mais velho, sábio e respeitado da aldeia.

A ausência de crimes como assassinatos e roubos era uma marca da tribo. “Não há tradição de caça de cabeças, nem sentimento de que, para ser corajoso e másculo, deve-se matar” Mead (1969, p.47). Os sentimentos em relação a alguém que já tenha matado outra pessoa eram de profundo mal-estar e, como solução, realizavam-se cerimônias de purificação da sua alma. Havia apenas disputas entre os povoados algumas vezes por conta das mulheres. Essas brigas muitas vezes cessavam no momento em que alguém sofria um ferimento, e frequentemente os membros do grupo que atacou primeiro ofereciam um colar como pedido de desculpas.

Uma vez que a sociedade costumava, em sua maior parte, decorrer de uma vida tranquila, só necessitava ter liderança para a organização das cerimônias da aldeia. Portanto, a liderança não se dava para que pudesse se colocar alguma ordem coercitiva na comunidade, mas para que, dentro de um período a cada três

ou quatro anos, fosse realizada uma cerimônia bem grande e atraente. Esse lugar de liderança era normalmente ocupado pelos homens, que o faziam com bastante relutância, uma vez que ocupar essa posição soava muito estranho para o povo de Arapesh — que tende a se organizar em uma estrutura mais horizontal, sem hierarquias.

Ninguém da aldeia era estimulado a acumular alimentos, ainda que escassos. Se fosse observado que alguém da aldeia estava com sua plantação aumentada desproporcionalmente às demais, essa pessoa era convidada a dar um *abullu*, ou seja, uma festa em que o propósito é distribuir o excedente. Dessa forma, o alimento não se convertia em lucro pessoal, mas era socializado com os demais, fazendo com que o estoque de toda comunidade aumentasse. Com união, a comunidade de Arapesh conseguia atravessar todas as dificuldades impostas pela geografia do lugar, que não lhes era favorável. A visão comunitária retirava o que nas sociedades atuais se configura com muita naturalidade: o privado e a competitividade.

### **3.3.2. A parentalidade em Arapesh**

Margaret Mead (1969) afirma que a concepção de parentalidade em Arapesh era dividida igualmente entre os homens e as mulheres. A noção de que um pai poderia se afastar dos cuidados da criança era vista como totalmente repugnante. A criança é fruto do sêmem do pai e do sangue da mãe combinados igualmente, o que lhes designava igual responsabilidade diante do novo ser humano. O homem e a mulher ficavam grávidos juntos e sentiam a criança como um sacrifício da mesma maneira. O sacrifício paterno, nesse momento, é atrelado às recomendações de ter relações sexuais com frequência durante o pré-natal, para que o feto se desenvolvesse bem.

Logo após o nascimento, era necessário que a mulher ficasse em um local tranquilo, e visitas de outros pais de recém-nascidos, pessoas enlutadas ou que tenham derramado sangue não eram bem-vindas. O pai da criança cuidava da esposa para que ela pudesse maternar o recém-nascido, trazia-lhe comida, preparava o banho com as ervas propícias e protegia a casa dos maus agouros. Os Arapesh acreditavam que, nesse momento, o “espírito da vida” pulsava no peito

da criança e permanecia ali até a velhice. Caso o pequeno se parecesse com o pai, este espírito lhe foi dado por ele; caso pareça com a mãe, foi por ela.

Era comum que os pais jejuassem juntos no primeiro dia da criança nascida, fizessem alguns ritos mágicos que tinham por função proporcionar saúde à criança e discernimento para que pudessem cuidar bem dela. O ritual consistia em pegar uma vara, cortá-la e passar nas costas da criança para que nenhum mal lhe pegasse desprevenido. Depois, pegavam um inhame, cortavam em pedaços e nomeavam cada pedaço com os nomes dos filhos de seus vizinhos, para que o novo habitante pudesse ser generoso com toda a comunidade.

A vida da criança dependia do pai e da mãe nos primeiros momentos da vida. O pai dormia com a mãe e o bebê toda noite, e nesse momento, não se recomenda que eletivesse relações sexuais com nenhuma de suas esposas — caso tivesse mais de uma —, diferentemente do que ocorria na gestação. Caso a criança ficasse muito doente ou lhe ocorresse qualquer coisa neste período, entendia-se que não cumpriram com essa ordem, atribuindo aos pais a responsabilidade pelo infortúnio.

Mead (1969) discorre sobre uma mitologia de Arapesh, relatando que nos tempos mágicos antigos existiu uma mulher que queria proteger seu filho e não ter relações sexuais, mas o pai insistia em tentar destruí-la. O comentário que surgiu na comunidade, a partir deste mito, era de que seria impossível que uma criança pudesse sobreviver sem os cuidados do pai e, para além disso, afirmavam que não fazia sentido o interesse da mãe em salvar seu filho caso ele tivesse que viver uma vida sem a atenção paterna.

A autora relata que os habitantes contam não ser oportuno que uma mulher recém puérpera tenha outro filho logo em seguida, pois isso prejudicaria o desmame do filho mais velho e seria muito doloroso para a mulher. Normalmente uma criança Arapesh mama até os três ou quatro anos de idade e, após um determinado tempo, são oferecidos outros alimentos à criança. O seio materno continua disponível sempre que a criança desejar, ainda que, após um determinado tempo, ela não mais o busque pela alimentação, mas por afeição. Caso a mãe engravide novamente antes do tempo recomendado pela tribo, as mulheres passam lama no bico do peito, dizem às crianças que se trata de fezes e fazem expressão de nojo.

Durante os primeiros meses de vida, a criança está sempre no colo de algum adulto, seja no colo ou pendurada com algum artefato. É importante que, quando a criança estiver mais irritadiça, fique pendurada de forma que possa acessar o peito da mãe rapidamente caso precise. Mead (1969) conta que as crianças são colocadas durante muito tempo na posição ereta para que possam empurrar com os pés ou os braços quem as segura, e costumam conseguir ficar de pé segurando com as mãos muito antes de poderem sentar sozinhas. A posição que dorme, sempre aninhada a algo ou ao corpo materno, garante à criança de Arapesh a sensação de segurança necessária nesse período considerado tão crucial da vida.

A importância dos cuidados infantis para o desenvolvimento de um adulto saudável e amável era de conhecimento geral na comunidade. A partir da perspectiva da autora, dois eventos que fugiam um pouco dessa regra, gerando consequências palpáveis para o povo de Arapesh mais tarde, seriam: o ritual de dar um banho frio na criança — que sempre tinha tido sua água requentada para o banho — com um bambu; e a ação de colocar a criança de lado quando ela defecava, para que não sujasse quem a segurava. Como resultado, segundo ela, os habitantes odiavam a chuva e o frio durante toda sua vida e, quanto ao caso do empurrão, o fluxo dos excrementos, ao ser interrompido, causava na população grandes problemas no controle esfinteriano.

Quando a criança começa a andar, a mãe retorna para suas atividades na horta. Nesses períodos, o pequeno fica com o pai ou algum parente próximo. Ao retornar, a mãe encontra normalmente o filho bastante choroso e dá-lhe o peito como recompensa. É nesse ritmo que a criança mama até os três ou quatro anos. Ao atingir essa idade, ela é submetida a um dia sem peito, suplementada com os alimentos que já está acostumada a comer, para que possa começar a se adaptar. No dia seguinte da ausência total do peito, é permitido que ela mame novamente, brinque com os seios, para, de acordo com a antropóloga, “recuperar gradativamente o senso de segurança” (p.65). Em suas palavras:

Do momento em que a criança tem idade suficiente para brincar com os seios, a mãe participa ativamente do processo de aleitamento. Segura o seio na mão e move suavemente o bico entre os lábios infantis. Sopa na orelha do filho, faz-lhe cócegas, bate delicadamente nos seus órgãos genitais, ou faz

cócegas nos dedos dos pés. A criança, por sua vez, tamborila no corpo de sua mãe e no seu, brinca com um seio enquanto suga o outro, toca-o com suas mãos, brinca com os próprios órgãos genitais, ri e murmura, fazendo da amamentação uma brincadeira longa e agradável. Assim, toda a nutrição se transforma em ocasião de grande afetividade e é, inclusive, um meio pelo qual a criança desenvolve e mantém a sensibilidade a carícias em todas as partes do corpo. Não é como uma criança inteiramente vestida que recebe uma mamadeira dura e fria, persuadida com firmeza a tomar seu leite e a dormir imediatamente, para que os braços doloridos da mãe possam deixar de segurar a mamadeira. Ao contrário, a amamentação é, para mãe e para o filho, um jogo longo, gostoso e bastante carregado, no qual se alicerça a afetividade feliz e cálida de uma vida inteira (MEAD, 1969, p.65 - 66).

À medida que as crianças vão crescendo e a ausência da mãe se dá em tempos mais longos, elas vão fazendo diversas brincadeiras orais até substituírem totalmente a boca por novos prazeres. Os Arapesh apontam o brincar com os lábios como um símbolo importante da infância e, portanto, não reprimem o movimento ou o tratam com levianidade.

As crianças, desde muito pequenas, são ensinadas que os outros habitantes da comunidade são seus pais e mães, e que podem confiar neles. Mead (1969) conta que mesmo antes do bebê compreender as palavras da mãe, costumavam sussurrar-lhe coisas como “Esta é sua outra mãe (irmã da mãe), outra mãe, outra mãe. Veja sua outra mãe. Ela é boa. Ela lhe traz comida. Ela sorri. Ela é boa” (p.67). Em uma ocasião em que a autora se aproximou de uma criança na aldeia, ela fugiu aos gritos, até que sua mãe lhe disse que Mead era irmã de sua mãe, do seu pai e de sua avó. Além de se acalmar, a menina se aproximou tranquilamente da autora e sentou em seu colo. Todos na comunidade são chamados de tios, primos, dentre outros; os membros da tribo aprendem desde cedo a confiar, pois todos constituem sua grande família.

Conforme as crianças vão crescendo, a descentralização do pai e da mãe se dá de forma ainda mais acentuada. A antropóloga conta um caso de uma tia que trouxe um pequeno para passar algumas semanas com ela, depois deixou o menino com outro parente, que iria devolvê-la aos pais eventualmente. O mundo da criança Arapesh é composto por vários pais, o que tira o peso de que toda

segurança e felicidade só poderiam existir a partir da relação com seus pais biológicos, embora a referência de seus pais verdadeiros não se apague.

Os Arapesh não tinham o hábito de usar vestimentas, e as crianças tampouco. Isso não causa estranhamento ou constrangimento com a nudez do sexo oposto. Para além da nudez, não se observava nenhuma distinção de sexo entre as crianças, que brincavam livremente com ambos os gêneros. Mead (1969) relata que as crianças de mais ou menos quatro anos rolavam juntas pelo chão, e nenhum adulto parecia se importar com o contato físico que disso resultava.

A liberdade, no que diz respeito à sexualidade, também se expressa a respeito de suas emoções. Não é incomum as crianças, enquanto brincam juntas, sentirem raiva umas das outras e começarem uma discussão; os pais imediatamente os separam e os pequenos raivosos se põem a espernear, chorar, jogar coisas pelo chão ou fazer o que for necessário para que se descarregue a emoção. Os adultos também lidam da mesma maneira com a raiva: ao se sentirem mais irritados, vão encontrar uma forma de pôr para fora a emoção de maneira adequada, como cortando palmeiras, etc. Segundo a autora, a regra é clara: “a finalidade de todo o treinamento das crianças menores não é ensiná-la a controlar a emoção, mas cuidar que sua manifestação não prejudique outra pessoa” (Mead, 1969, p.71).

Tanto os meninos quanto as meninas na tribo são cuidados e zelados da mesma forma, sem distinção de um gênero ter mais propensão a suportar coisas ou ser mais forte do que outro. Isso resulta em um aspecto muito diferente do que vemos nas sociedades atuais: os homens têm sentimentos e os expressam sem nenhuma ressalva. Nas palavras da autora: “seus sentimentos ficam intoleravelmente feridos por um tapa, ou mesmo por uma palavra acre. A mais leve zombaria é tomada como expressão de inimizade, e um homem adulto romperá em lágrimas diante de uma acusação injusta” (Mead, 1969, p.73).

A educação repassada para as crianças é baseada no respeito pelos pertences dos outros e na segurança e independência que possui dentro de sua casa. É comum ouvir os adultos dizendo às crianças que elas precisam tomar cuidado com o que for de propriedade de outra pessoa. Mas, segundo a autora, o interessante é que, nas colocações feitas para as crianças, não se utiliza a ênfase na posse, mas na necessidade de cuidado para com todos na tribo. Quando em sua casa, a criança tem acesso a tudo o que deseja com mais liberdade. Caso os pais

possuam algum objeto de valor que não queiram que a criança mexa, eles escondem para que ela nunca venha a desejá-lo.

Todas essas características e dinâmicas mostram que a educação e o cuidado com a infância nas comunidades tribais se baseiam na concepção de que a criança já é um sujeito e, por isso, estabelecem uma relação de respeito, proporcionando autonomia. Nessa dinâmica, a tribo permite à criança expressar suas emoções e vivenciar sua sexualidade livremente, sem tentar impor uma forma certa de fazê-lo. O tempo de cada criança é respeitado e ela se desenvolve em conjunto com a tribo e a natureza, a partir das necessidades de seu próprio corpo.

Neste capítulo explorou-se as formas de vida nas sociedades tribais, com destaque em suas práticas e modelos educativos que, baseadas na cooperação e no respeito à natureza humana, refletiam uma profunda integração entre o ser humano, sua comunidade e o ambiente, estabelecendo um equilíbrio ausente nas sociedades modernas.

Reich (1968) aponta que nestas sociedades, a relação não repressiva entre o ser humano e o ambiente, permitia uma maior circulação da energia vital. A sexualidade era integrada à vida cotidiana, permitindo a estas culturas manter uma potência orgástica, favorecendo a saúde, os vínculos sociais e a vitalidade individual.

Com a entrada da noção de propriedade privada e a consolidação do capitalismo, um novo paradigma emerge, reconfigurando as relações humanas e com o ambiente. Assim, faz-se importante examinar como a lógica do consumo e da acumulação de capital afastou progressivamente o indivíduo de suas necessidades biológicas e do ritmo de vida natural, transformando profundamente as dinâmicas sociais e criando um cenário perfeito para que o sujeito pudesse se adaptar a um modo de viver que prioriza o acúmulo material e o lucro sobre o bem-estar coletivo e humano. Reich (1968) afirma que essa transição histórica faz com que a vida passe a ser não mais regulada pelos ciclos naturais, mas, governada pela moralidade ideológica.

## **4. A Propriedade Privada e a Ascensão do Capitalismo: Consolidação da Noção de Família e o Distanciamento dos Sujeitos de suas Necessidades Naturais**

*“Man is fundamentally an animal. Animals, as distinct from man, are not machine-like, not sadistic; their societies, within the same species, are incomparably more peaceful than those of man. The basic question, then is: What has made the animal, man, degenerate into a machine?”*  
(Wilhelm Reich, s.d.)

Este capítulo explora o desenvolvimento histórico da noção de propriedade privada e sua interseção com o patriarcado, elementos fundamentais para o surgimento da família monogâmica e burguesa. Essas transformações sociais redefiniram profundamente as relações humanas, marcando a estrutura familiar como uma tarefa individual e central de repressão dos indivíduos e de suas necessidades naturais em favor da adaptação a papéis sociais pré-determinados.

A infância, nesse contexto, foi moldada como um instrumento de reprodução desses padrões, em que a educação e a socialização passaram a ser orientadas pela lógica de manutenção das hierarquias e valores da sociedade capitalista. A análise deste capítulo busca desvendar como esses processos históricos contribuíram para o distanciamento do ser humano de sua essência e para a consolidação de uma ordem social baseada no controle, com a finalidade de tornar os indivíduos funcionais ao sistema.

### **4.1. Patriarcado**

O patriarcado, enquanto sistema de dominação masculina, molda estruturas sociais e familiares por meio da subordinação feminina, sendo frequentemente comparado ao escravismo, embora se sustente na justificativa de um “cuidado” com os seus subordinados. Esse modelo não possui um marco único de origem, mas emerge de processos históricos prolongados, como aponta Lerner (2019), consolidado por narrativas tradicionais que utilizam a biologia e religião para legitimar a supremacia masculina.

A transição da horticultura para agricultura intensiva, com o uso do arado, deslocou papéis produtivos, fortalecendo a centralidade masculina e relegando as mulheres ao cuidado doméstico, como argumenta Stearns (2007). A propriedade privada, instituída em sistemas, como o sistema político romano, reforçou a dominação, atribuindo à posse a prerrogativa de destruição, baseando-se na violência e na hierarquia patriarcal, e perpetuando desigualdades no trabalho, na política e no controle dos corpos femininos. Isso forma um ciclo de dominação que é cada vez mais ampliado pela modernidade e pelo imaginário social, que é mais progressivamente desconectado dos seus próprios ritmos e da Natureza.

O patriarcado se configura como um sistema de dominação do gênero masculino em detrimento e subordinação do gênero feminino. Segundo Pateman (1988), esse é um sistema análogo ao escravismo, visto que dele se estabelece uma série de demandas normativas das formas de viver em sociedade e dentro do espaço familiar. Para o autor, a diferença entre o período escravocrata e o patriarcal se dá pelo segundo impor seu poder em nome do cuidado com seus subordinados, enquanto o primeiro ocorria em nome da exploração do trabalho unicamente.

O questionamento de onde e como surgiu o patriarcado norteou pesquisas ao longo de muitos anos e se faz presente até hoje, não existindo uma resposta conclusiva para o tema. Em seu livro *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*, Lerner (2019) afirma que não há um evento específico que marca o surgimento deste modelo de funcionamento; esse é um processo desenvolvido ao longo de muitos anos, e que inúmeros acontecimentos contribuíram para a consolidação e amadurecimento do que se vê hoje.

A autora aponta que, durante muitos anos, a justificativa se deu a partir de uma vertente de pensamento intitulada tradicionalista, em que tentam explicar o fenômeno a partir da religião e da biologia, alegando a supremacia dos homens como algo natural e universal, e tendo como base as diferenças biológicas presentes nos gêneros. Assim, Deus teria dado aos homens a habilidade de caçar e prover os alimentos, enquanto, à mulher, cabia se responsabilizar pela gravidez e pelo cuidado com os filhos.

Um aspecto histórico que baseia o pensamento tradicionalista e apresenta um desdobramento do que pode ser observado nas sociedades tribais, criando, dessa forma, um dos aspectos que promove o deslocamento da ideia da mulher

como inferior aos homens, foi o desenvolvimento da agricultura primitiva para uma agricultura próxima à que conhecemos atualmente. Inicialmente, com a horticultura, as mulheres ficavam, em sua maioria, responsáveis pelo cuidado e coleta das vegetações, enquanto os homens se responsabilizavam pela caça. Nesse momento, os dois gêneros trabalhavam pelo bem comum da comunidade, não havendo juízo de valor hierárquico entre eles.

Mais tarde, as técnicas para lidar com a terra foram se aprimorando. Eliade (2010) aponta que a primeira tecnologia em direção à agricultura que conhecemos hoje foi o desenvolvimento do arado, instrumento utilizado para arar o solo e compactar a terra com o objetivo de alcançar o melhor desenvolvimento das plantas. Essas novas possibilidades vão abrindo espaço para uma maior participação masculina na agricultura e, segundo Stearns (2007), essas novas formas de cultivar a terra deixam os homens majoritariamente responsáveis por prover os alimentos, deslocando a função da mulher para os cuidados com a prole.

Segundo Lerner (2019), ao final do século XIX, a teoria tradicionalista de que as mulheres têm naturalmente como principal função de vida a reprodução, e os homens, a de proverem condições necessárias para subsistência “devido a vontade de Deus”, vai perdendo força e ficando cada vez mais restrita às condições biológicas diferentes entre os gêneros. Entretanto, o movimento feminista, nesse contexto, faz um esforço para contestar essas alegações, tendo como base os modos de funcionamento das sociedades tribais e alegando que essa dinâmica não era naturalmente construída, mas sim, fruto de uma construção social.

Atualmente, existem argumentações sobre o patriarcado baseadas nesse aspecto tradicionalista. Souza (2016) afirma que o conservadorismo atual que vemos ascender tem se apropriado desses elementos históricos que não foram totalmente superados, com a intenção de criar narrativas científicas que apontam a necessidade da reclusão da mulher à esfera privada. Nesse sentido, elas devem permanecer dentro dos lares, dedicando-se à maternidade, juntamente com a extensão de cuidado a todos os membros da família, e essa seria uma forma essencial de sobrevivência da sociedade, pois elas educariam “o futuro das nações”.

Max Weber (1947) alega que o principal meio pelo qual o patriarcado se dissipa e se reproduz é através do que adotamos como tradições sociais, que são

os valores aprendidos a partir das experiências dos indivíduos dentro da sociedade. Dessa forma, o fato de as mulheres ocuparem determinados lugares sociais, ou seja, usarem um tipo específico de cor ou roupa, bem como os homens usarem outras vestimentas e outras cores, é visto como tradicional. Com o tempo, essas noções passam a ser compreendidas como uma verdade universal e absoluta. Com isso, cabe aos homens e às mulheres apenas se enquadrarem dentro dessa trama pré-determinada.

É importante salientar que os dois gêneros sofrem as consequências dos moldes patriarcais. De acordo com Stearns (2007), a noção de masculinidade muda no patriarcado e impõe aos homens, independentemente de sua personalidade, que assumam papéis de dominação e liderança. Enquanto ,nas sociedades tribais, os homens podiam conviver com suas emoções, cuidando dos seus filhos e amando suas esposas, nas sociedades patriarcais espera-se que eles vivam anulando e escondendo tudo o que lhes faz parecer frágil ou feminino. Assim, anseia-se sempre por uma performance de fortaleza, autoridade e coragem.

A dominação parece ser um tema chave dentro desse novo momento histórico patriarcal. Além do que podemos ver a respeito dessa captação dos gêneros dentro dos seus papéis, também pode-se observá-la em muitos outros pontos sociais: domina-se as riquezas, a terra, a sexualidade, a natureza, etc. Eliade (2010) afirma que a religiosidade cósmica do tempo das concepções mitológicas das sociedades tribais dá lugar a um caráter religioso representativo, retirando o sagrado daquilo que é visto e tangível, e levando-o para um espaço da ideia e da abstração. O resultado disso é um esvaziamento da religiosidade da Natureza, tornando-a alvo da ação humana, agora, irrestrita. Em suma, pode-se dizer que a relação de consciência e respeito pela Natureza se torna uma relação de domínio sobre ela própria.

Patzdorf (2022), em sua tese de doutorado intitulada *Artista-Educa-Dor: a somatopolítica neoliberal e a crise da sensibilidade do corpo ocidental(izado)*, aponta que, nesse período, foram organizadas estratégias filosóficas, religiosas, jurídicas, dentre outras, para desconectar os sujeitos da Natureza. Essa desconexão acaba por aniquilar as práticas dos povos originários e desinveste, de forma simbólica, qualquer conexão dos sujeitos com eles mesmos, com o outro e com os ritmos naturais. Essa dinâmica dá início a uma supressão necessária para

a implantação de uma lógica de acúmulo, trabalho alienado e burocratização da vida que seriam desenvolvidos mais tarde.

Ainda sobre essa mudança de relação com a Natureza e os impactos na subjetividade dos sujeitos, Maldonado-Torres (2018) afirma que a modernidade teve como ponto de partida a separação que rompeu ou tornou irrelevante a ideia de uma conexão entre todos os seres e o Divino, o que ele denomina como uma catástrofe metafísica. Essa ruptura, segundo o autor, foi ao mesmo tempo ontológica, epistemológica e ética, marcando o colapso da estrutura de subjetividade e sociabilidade baseada na relação Eu-Outro e o início da relação Senhor-Escravo.

É a partir dessa cisão do homem com a natureza que começa a se criar, no imaginário social, a ilusão de que os sujeitos são uma unidade independente do todo, que não influencia e nem é influenciado pelo meio em que vive. Patzdorf (2022) aponta que essa ideia-percepção-sensação do indivíduo como um sujeito sozinho e apartado da realidade é um dos fundamentos sensoriais da modernidade. O autor explica que essa cisão, em uma escala individual, cria um rompimento entre a mente e o corpo, separando o saber do sentir e inaugurando uma relação “esquizofrênica” entre as sensações do corpo e a racionalidade. Simas e Rufino (2019) dissertam sobre o pensamento indígena a respeito da cisão do corpo e da própria percepção de mundo:

Assim, pode-se dizer que kara’iwa [o homem branco] se alimenta da escassez, pois arregimentou o que é possível para a vida a partir de um contrato que lhe concede poder e o isenta de responsabilidade. Muitas das palavras que saem de suas bocas para manifestar o trato da vida, das relações que se tecem no cotidiano, são esvaziadas de sentido. O homem branco se distanciou do sentir. [...] O sentir e o pensar não estão deslocados, pois o que o ser se não uma vibração que vagueia no arrebate ritmado e ganha corpo através do sopro? Na ciência do encanto, o ser é um todo. Assim, a palavra do caboclo é parte de si, a vibração do caboclo é a prova de que a sua existência corre a gira da história e permanece como continuidade, supravivência (SIMAS & RUFINO, 2019, p.18 - 19).

Além da Natureza, a dominação também passa a se fazer presente nas terras quando começam os primeiros indícios do que conhecemos hoje como propriedade privada. Segundo Graeger e Wengrow (2022), nas leis do Império

Romano, que baseiam até hoje o nosso sistema jurídico, a principal característica de possuir se apresenta na possibilidade de destruir. Em suas palavras:

O que torna única a concepção de propriedade do direito romano - base de quase todos os sistemas jurídicos atuais - é que a responsabilidade de cuidar e partilhar é reduzida ao mínimo, ou mesmo eliminada por completo. De acordo com a estrutura legal romana, há três direitos básicos relacionados à posse: *usus* (o direito de usar), *fructus* (o direito de fruir os produtos de uma propriedade, por exemplo, os frutos de uma árvore) e o *abusus* (o direito de prejudicar ou destruir). Caso se tenha apenas os dois primeiros, trata-se de *usufruto*, que não é considerado propriedade de fato perante a lei. O traço definidor da propriedade legal, portanto, é a opção de não cuidar do bem ou até de destruí-lo a seu bel-prazer (GRAEGER & WENGROW, 2022, p.167).

Nesse momento, não existia nada parecido com o Estado, que garante a legalidade da propriedade; atestava-se a posse através de uma dominação inquestionável do poder patriarcal. Ressalta-se que esta dominação inquestionável era socialmente construída, repassada pelas tradições e valores sociais e, por isso, era aceita por todos como uma verdade absoluta, convertendo-se em uma “política”.

Sérgio Lessa (2012), em seu livro *Abaixo a família monogâmica!*, aponta esse momento como sendo a inauguração da sociedade de classes, acrescentando que muitas foram as transformações entre as sociedades tribais. Conclui, então, que uma das principais e mais importantes transformações foi a mudança dos indivíduos com relação ao trabalho. Para compreender a importância desse marco, faz-se necessário assimilar o impacto do trabalho na subjetividade humana. Marx (1983) argumenta que o trabalho é a forma como os indivíduos podem planejar suas ações e desenvolver novos conhecimentos e habilidades, afirmando que “ao atuar (...) sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele [o ser humano] modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (p.149).

Com a nova concepção de propriedade privada, alguns indivíduos passaram a exercer a função de vigilantes e protetores das propriedades de outros sujeitos que realizavam o “trabalho intelectual”, isto é, de organização e controle. Lessa (2012) aponta que, para que tal situação se concretizasse, o uso da violência se tornou ferramenta indispensável, como no caso dos escravos. Assim, é possível

dizer que a dominação e a violência se tornaram indispensáveis para a nova ordem social.

Saffioti (2004) chama atenção para o fato de que ainda que existe uma base comum a todas as sociedades patriarcais sobre os lugares dos homens e das mulheres; não existe uma forma universal através da qual a opressão de gênero opera sobre os indivíduos. Dessa forma, o tempo, a cultura e os avanços tecnológicos vão influenciar os contornos desses papéis, adequando-se aos novos tempos. Um exemplo da mudança de paradigma próprio do homem ou da mulher é o rei francês Luís XIV, o Rei Sol, conhecido por seu uso de perucas, salto alto e maquiagem, marcando a masculinidade da época. Além disso, diferentes sistemas patriarcais variam o nível de domínio exercido na sociedade. Entretanto, ainda que exista essa variação, a natureza de dominação do fenômeno sempre existirá de forma que o homem ocupará uma posição em que terá que ditar as relações e a organização social.

Na contemporaneidade, embora possamos observar muitos avanços em torno do feminino, a base patriarcal ainda se perpetua, a exemplo da discriminação salarial das mulheres no mercado de trabalho, a segregação ocupacional e a marginalização de papéis econômicos e político-deliberativos (Saffioti, 2004, p.106). Além disso, ainda hoje constata-se uma dominação e exploração refletidas no controle da sexualidade e da capacidade reprodutiva das mulheres. Assim, o que verificamos é a perpetuação e o aprofundamento da necessidade de dominar, seja o outro na relação, seja a propriedade, seja a natureza — sempre se observará uma relação de dominação. Essa trama imposta pelo patriarcado é estendida à família e à forma educacional que socializa os comportamentos e dita como os indivíduos devem agir, sentir e se comportar em diferentes esferas da vida.

Percebe-se, portanto, que esse sistema de dominação masculina não apenas moldou as estruturas sociais e familiares, mas fundamentou relações de poder baseadas na subordinação e na hierarquia, sendo justificadas por tradições, narrativas religiosas e interpretações biológicas. O patriarcado se firma ao longo de processos históricos que transformaram a relação com a Natureza, o trabalho e os vínculos sociais, criando uma lógica de dominação que se estendeu à propriedade e às dinâmicas de gênero. Essas transformações impactaram profundamente a organização da vida em sociedade, perpetuando desigualdades e estabelecendo padrões até os dias atuais.

O próximo tópico explora o desenvolvimento da família monogâmica, um dos principais desdobramentos do patriarcado na esfera privada. Essa forma de organização familiar não apenas reflete os valores patriarcais, mas também se fortalece como um instrumento de controle social, adaptando-se às mudanças históricas enquanto preserva a centralidade da dominação e da hierarquia. A análise discorre sobre como essa estrutura emergiu e evoluiu, influenciando diretamente as dinâmicas afetivas e sociais dentro da família e na sociedade.

## **4.2. Família monogâmica**

A consolidação do sistema patriarcal transcende questões meramente de gênero, enraizando-se na dominação abrangente, desde a Natureza até as relações humanas — tudo isso sob o fundamento e o princípio da propriedade privada. Essa transição, que substitui a liberdade das sociedades tribais pela organização centrada na individualidade e no acúmulo de riquezas, impacta profundamente as estruturas sociais, especialmente a família, que se torna um dos principais instrumentos de perpetuação das desigualdades sociais e, conseqüentemente, atua na promoção do distanciamento dos indivíduos das suas necessidades essenciais.

De acordo com Silva (2017), a família, longe de ser um conceito natural, emerge de construções históricas, sendo a monogamia uma resposta à divisão de classes, como afirma Lessa (2012). Essa estrutura patriarcal subordina as mulheres em seu papel social e as reduz à servidão doméstica, enquanto os homens são compelidos a assumirem funções públicas e de poder, perpetuando hierarquias e violência entre os gêneros.

As crianças passam a ser isoladas do convívio coletivo, e são educadas para reproduzirem os papéis de gênero e competirem entre si. A educação patriarcal restringe suas liberdades e fomenta a alienação entre os sexos, prejudicando as relações afetivas e sexuais entre homens e mulheres. A partir desse momento, a noção de infância fica circunscrita às possibilidades da família, uma vez que, nas sociedades tribais, os cuidados com as crianças eram responsabilidade de toda a tribo. Assim, pode-se falar sobre uma noção de infância nas sociedades tribais que era separada desse contexto; entretanto, com

o surgimento da propriedade privada, a infância passa a ser restrita à família e às suas condições, delimitadas pelo que o meio social determina.

O pensamento superficial a respeito do sistema patriarcal muitas vezes leva à redução do conceito apenas às questões de gênero. Entretanto, o que este trabalho defende é que a raiz desse tema está na dominação de tudo ao redor, desde a Natureza até o próprio ser humano, tendo como base a noção da propriedade privada. Essa mudança de paradigma frente às sociedades tribais, que tinham a liberdade como primazia, impacta em diversos aspectos da vida e, principalmente, na noção de família. Segundo Silva (2017), a família não é um conceito natural, mas resultado de construções sociohistóricas entre os humanos. Narvaz e Koller (2006) afirmam que:

Premidos pelas necessidades materiais de sobrevivência e de reprodução da espécie, os humanos inventaram diferentes formas de relação com a natureza e entre si. As diferentes formas de organização familiar foram, portanto, inventadas ao longo da história. Uma destas formas de organização, centrada na figura masculina, foi a família patriarcal (NARVAZ & KOLLER, 2006, p. 49-50).

Lessa (2012) aponta que a origem da família monogâmica está na transição da sociedade de classes. A fim de conter a resistência contra a exploração advinda da nova forma laboral, a cooperatividade presente nas sociedades tribais é vencida pela concepção de que a sobrevivência se dá de modo individual. Toda ação conjunta tinha como interesse o enriquecimento pessoal. Dessa forma, não seria mais possível que a alimentação e a educação das crianças, por exemplo, fossem realizadas de forma coletiva, tendo se transformado em atividades privadas e individualizadas. Essa nova organização de família é denominada família monogâmica ou nuclear.

A violência e a dominação, traços comuns ao novo momento histórico, criam o solo perfeito para a irrupção de guerras, a fim de garantir novos “trabalhadores” para que sejam explorados e produzirem mais propriedade privada. O papel masculino, que antes era ligado à caça de alimentos, converte-se em força de guerra, concentrando nas mãos dos homens da classe dominante cada vez mais poder e a função de coordenar as atividades sociais fundamentais.

Às mulheres, restou a função reprodutora e de cuidados com os filhos, que é importante para o desenvolvimento social e que outrora também cabia aos homens mas que, nesse momento, não mais cabe. A eles ficou a incumbência de “prover” sustento às mulheres e crianças, restando a elas o papel de serviência aos homens. Dessa maneira, a relação que antes era marcada pelo igualitarismo dá lugar a uma relação hierárquica.

Além disso, a relação sexual também passa por mudanças. Leacock (1981) argumenta que o ato sexual passou a acontecer entre maridos e esposas ou entre senhores e prostitutas. Entre os maridos e as esposas, a relação sexual passou a ter a função de gerar um herdeiro legítimo para a transmissão da propriedade privada, uma vez que a família só teria um *status* social a partir da quantidade de riqueza que acumulasse. Para garantir que os filhos pertencessem aos homens, donos da propriedade, as mulheres deveriam preservar sua virgindade, tendo nela sua principal fonte de valor pessoal. A partir disso, a necessidade do homem em dominar e enfatizar seu poder no âmbito sexual passa a ser realizada com as prostitutas.

Ainda que o papel do homem seja dotado de poder, ele também não escapa das consequências desse alienante modelo familiar. Conforme Lessa (2012) explica, toda alienação implica em uma relação, a qual sempre tem dois lados. Portanto, ao homem passa a caber a dissociação da sua vida sexual e da sua vida afetiva. Recaem também sobre os homens altas expectativas a respeito do seu desempenho, e ele se vê obrigado a cumpri-las. Ainda nesse viés, percebe-se que, enquanto às mulheres é solicitada uma castidade, aos homens é demandada uma prontidão sexual.

Com o excesso de individualismo, as crianças são retiradas do convívio social e desde cedo são preparadas para assumirem seus papéis de gênero e competirem entre si. A sociedade dividida em classes impõe à criança uma vida restrita à sua casa e sua família, e o desenvolvimento afetivo e motor propiciado pelas atividades coletivas é substituído por um isolamento brutal.

Além do isolamento, as crianças também passam a conhecer a violência, uma vez que a educação infantil passa a ser pautada nos castigos físicos. A expressão dessa violência pode ser observada através da religião, que era uma das formas de se promover esse modelo de família, como verifica-se nos seguintes versículos bíblicos: “o que retém a vara aborrece seu filho, mas o que ama, cedo

o disciplina” (Prov. 13:24); ou ainda: “não retireis da criança a disciplina, pois, se a fustigares com a vara não morrerás. Tu a fustigarás com a vara e livrarás do inferno” (Prov. 13. 13-14).

Leacock (1981) discorre sobre os escritos de um jesuíta chamado Paulo Le Jeune, no século XVII, que representa o choque entre a educação nas sociedades tribais com a sociedade patriarcal. Em suas palavras:

Os selvagens impedem a instrução (...) [das crianças]; eles não toleram o castigo de suas crianças; façam o que elas fizerem, eles concedem no máximo uma simples reprimenda.

(...)

Para obter as crianças o grande obstáculo é o amor excessivo que os selvagens dedicam às suas crianças. (...) esses bárbaros não suportam ter suas crianças punidas, nem mesmo ralhadas, pois não são capazes de negar nada a uma criança chorando. Eles levam isto a tal ponto que sob o menos pretexto as retirariam de nós, antes que tenham sido educadas (LEACOCK, 1981, p.46 - 47).

Desde cedo as crianças recebem a educação, através do modelo de educação da família monogâmica, para desenvolver, mais tarde, o seu papel social. Essa é a razão pela qual este modelo familiar é imprescindível e muitas vezes convocado até os dias atuais pelas forças políticas e dominantes que buscam perpetuá-lo.

É importante ressaltar que as mulheres não ficaram isentas do poder patriarcal e seus benefícios na sociedade de classes. De acordo com Lessa (2012), uma das formas de manter as mulheres em sua posição de submissão perante os homens foi reproduzir em seu lar o que acontecia socialmente, de forma que o homem cumpria uma função de poder no âmbito social, e a mulher, no âmbito doméstico, diante de seus empregados e das crianças. Em suas palavras:

O ‘ser esposa’ vem acompanhado do ‘lar’, um território feminino - desde que esse ‘feminino’ seja também a submissão da mulher ao patriarca. E, por tal via, uma vez empossada desse poder delegado, a esposa pode servir de contrapeso ao poder do senhor: as esposas ocupam o posto intermediário entre o pai, os criados e as crianças (LESSA, 2012, p.36).

Assim, os laços familiares perdem sua dimensão afetiva e se reproduzem a partir do poder patriarcal. O autor explica que as relações se dão a partir do respeito ao poder, e não à mãe ou ao pai, tornando a casa um ambiente esvaziado de sentido e inóspito. Todos os membros da família seguem o ritmo da propriedade privada, abandonando sua singularidade para dar continuidade à nova condição social. Ser mãe, pai, filho ou filha fica circunscrito a uma determinada maneira, em que ser pai significa ser bruto e insensível, enquanto ser mãe significa ser intelectualmente ignorante, dócil e frágil.

Em seu livro *Como se casa, como se morre*, Zola (1998) apresenta de maneira magistral toda a dinâmica apontada sobre a infância, e como essa forma rígida do ser mulher e do ser homem distanciava os indivíduos da possibilidade de viver uma relação satisfatória e íntima. A autora descreve a infância de Pierre e Marie, destacando como suas vidas tomam rumos distintos a partir dos sete anos. Enquanto Pierre é enviado para um colégio e se dedica ao aprendizado das ciências e experiências da vida, Marie é mantida em um ambiente fechado, onde aprende apenas o que é considerado adequado para uma moça bem-educada. Anos depois, Pierre e Marie se reencontram, mas já não se reconhecem, pois suas educações diferentes os tornaram estranhos um para o outro.

Zola (1998) critica essa divisão na educação, afirmando que os filhos têm um conhecimento amplo, enquanto as filhas são mantidas afastadas do mundo real, refletindo sobre a estranheza do casamento, onde os cônjuges, educados de forma tão diferente, se tornam incapazes de se compreenderem plenamente. A autora denuncia a divisão entre os sexos e questiona o sistema educacional que mantém os homens e mulheres em campos opostos, forçando-os a viver juntos sem que realmente se conheçam.

Todo esse distanciamento forma um ciclo vicioso e muito bem articulado, fragmentando os indivíduos e criando, a posteriori, uma narrativa de naturalidade: “os homens são frios”, “as mulheres são muito emocionais”, quando, na verdade, toda educação cria e molda as personalidades de tal maneira. Na base dessa fragmentação, encontra-se a propriedade privada, dividindo os sujeitos em formas de ser específicas, e afastando-os das suas verdadeiras necessidades, o que cria um cenário perfeito que tende a levá-los a um sofrimento subjetivo.

O sistema patriarcal, sustentado pela propriedade privada, representa uma transformação histórica profunda, que molda as relações humanas e sociais em

um modelo hierárquico e alienante. A família, outrora uma noção coletiva composta por toda a tribo nas sociedades originárias, torna-se um instrumento central na perpetuação das desigualdades, isolando as crianças e condicionando-as a papéis de gênero que restringem sua liberdade de desenvolvimento e de expressão. Além disso, o sistema impõe uma subjugação social econômica para as mulheres, limitando sua autonomia, e os homens, por sua vez, são submetidos a uma expectativa de desempenho e invulnerabilidade emocional muito distantes de suas necessidades humanas.

Essa estrutura patriarcal afeta não apenas as dinâmicas familiares, mas também as relações afetivas e sexuais, reforçando padrões de alienação e violência. A separação entre os mundos masculino e feminino, bem como a educação moldada por esses valores, fragmentam os indivíduos, distanciando-os de suas demandas essenciais. Assim, o patriarcado se consolida como um sistema que transcende as questões de gênero, organizando a sociedade sob princípios de dominação e controle perpetuados até os dias atuais.

Concluindo a análise sobre o desenvolvimento da propriedade privada, percebe-se como a desconexão do ser humano com a natureza alterou profundamente as relações sociais e culturais. A natureza, antes vista como sagrada e compartilhada coletivamente, transformou-se em propriedade, um recurso a ser explorado e dominado. Esse mesmo princípio de dominação se estendeu ao patriarcado, que consolidou a superioridade masculina como norma, marginalizando as mulheres e controlando suas capacidades reprodutivas e expressões sociais. Assim, a lógica de propriedade e controle redefiniu não apenas as relações com o ambiente, mas também as relações interpessoais e os papéis sociais, moldando uma sociedade baseada na individualidade e no poder.

O próximo tópico analisa como essas transformações impactam diretamente a estrutura da família monogâmica, ou seja, essa forma de organização familiar não apenas reprimiu a sexualidade de homens e mulheres, mas também instaurou um modelo individualista, em que os laços afetivos se subordinam às exigências de papéis predefinidos e à lógica de propriedade. Diferente das sociedades tribais, nas quais bens e responsabilidades eram coletivos e a educação buscava integrar o ser humano à comunidade, a família monogâmica emerge como um espaço de reprodução das desigualdades,

individualidade e dinâmicas de controle, dificultando a construção de relações afetivas saudáveis.

### **4.3. Capitalismo**

Este tópico discorre a respeito do desenvolvimento e da consolidação do capitalismo, com ênfase nas ferramentas fundamentais que possibilitaram sua expansão e perpetuação, como o marketing e a ideologia. O marketing, enquanto instrumento de persuasão e consumo, e a ideologia, entendida como o conjunto de valores sociais que naturalizam e legitimam as incongruências do capital, desempenharam papéis centrais na construção de uma sociedade voltada para o consumo e para a acumulação. Além de distanciar os indivíduos de suas conexões com suas necessidades naturais e subjetivas, o capitalismo criou uma nova forma de ser, redefinindo o sujeito em termos de produtividade, consumo e competitividade. Será apresentado abaixo um mito como forma de exemplificar como essas dinâmicas impactaram de maneira intrínseca o desenvolvimento dos indivíduos, moldando suas identidades, relações e formas de existir.

#### **4.3.1. O mito de Erisícton**

O mito de Erisícton, registrado por Ovídio em seu livro *Metamorfoses* (1959), oferece uma poderosa analogia para compreender as dinâmicas do capitalismo na subjetividade humana. A narrativa retrata uma fome insaciável do rei Erisícton, que, após desrespeitar o bosque sagrado de Deméter, é amaldiçoado a experimentar um desejo voraz que o leva a devorar suas posses, sua filha e, por fim, a si mesmo. Esse mito encapsula o processo histórico descrito desde as sociedades tribais, no qual a violação da natureza e o consumo desmedido sustentam a edificação das estruturas de poder. A fome insaciável do rei simboliza o impulso do capitalismo por crescimento irrestrito, independentemente dos recursos consumidos, e a criação de desejos abstratos que transcendem as necessidades naturais, ilustrando o caráter autodestrutivo inerente a este modelo.

Segundo Jappe (2021) argumenta em seu livro *A sociedade autofágica: capitalismo, desmesura e autodestruição*, os mitos — gregos, romanos, etc. — consistem de narrativas curtas que condensam uma representação de situações cotidianas, fenômenos da natureza e dinâmicas psíquicas. Antes de adentrar na discussão teórica a respeito do capitalismo, há um mito pouco conhecido, chamado Erisícton, que pode ser visto como uma analogia magistral ao funcionamento capitalista na subjetividade humana. É importante ressaltar que, no momento histórico em que ele foi escrito, conhecia-se apenas primícias do que seria desenvolvido mais tarde como capitalismo, mas a releitura do conto dentro dos ditames do capital o torna muito atual e, portanto, relevante para este trabalho.

Erisícton era filho de Tríopas e se tornou o rei da Tessália após ter expulsado os habitantes autóctones. Esses habitantes haviam consagrado a Deméter, deusa das colheitas, um bosque em sua homenagem. No centro do bosque havia uma árvore enorme que o rei Erisícton desejava derrubar para construir seu palácio. Um dia, o rei foi até a árvore com seus servos e um machado. Deméter, sabendo da situação, encaminhou-se para o local a fim de convencê-lo a não destruí-lo. Erisícton lidou com toda a situação com um imenso desprezo; seus servos sentiram medo e quiseram evitar conflitos com a deusa.

Frente a isso, o rei decidiu impor sua ordem decapitando um de seus servos e arrancando a árvore. Deméter, como castigo, enviou para Erisícton uma fome insaciável da qual, quanto mais ele comia, mais fome sentia, levando-o a devorar todos os seus rebanhos, cavalos de corrida e riquezas. Entretanto, continuava sentindo fome e, assim, foi definhando pouco a pouco. Segundo Calímaco, o rei precisou se esconder em casa, não podendo mais participar das festividades e banquetes, por fim chegando a mendigar por comida nas ruas.

Para conseguir continuar comendo, Erisícton tentou vender até sua filha, mas nada acalmava sua fome, e ele acabou tendo a necessidade de começar a devorar a si mesmo. Segundo Ovídio, “e quando a violência do seu mal esgotou todos os alimentos/ e à sua penosa moléstia deu novo pasto/ ele mesmo dilacerou os próprios membros e se pôs a arrancá-los/ mordendo-se o desgraçado para do próprio corpo se nutrir, mutilando-o” (p.127).

Através desse mito, pode-se observar tudo o que descreve-se neste trabalho sobre o “desenvolvimento social” desde as sociedades tribais: a violação da natureza para edificar os lugares de poder. Dessa forma, a fome do rei

representa o impulso de desenvolvimento irrestrito do capitalismo, que segue em desenvolvimento independente dos recursos que ele venha a ter que consumir para tal. Além disso, ele produz nos sujeitos uma necessidade igualmente irrestrita de consumo. Como analogia, podemos observar que a fome sentida pelo rei não poderia ser satisfeita por nenhum alimento natural, pois seu desejo nada tinha a ver com o natural — era produzido e abstrato.

O desejo insaciável do rei o levou a consumir em vão os alimentos, privando quem deles necessitasse. Jappe (2012) afirma que o mito antecipa a lógica predominante do capitalismo do valor, da mercadoria e do dinheiro. O autor escreve que, enquanto toda a produção pré-capitalista visava satisfazer as necessidades concretas dos sujeitos, e tinham também nestas necessidades as suas limitações, no capitalismo, com a produção de valor mercantil que o dinheiro representa, o foco passa a ser acumulá-lo, e não mais a satisfação de necessidades. Assim, a sede de mais dinheiro não pode ser satisfeita porque o dinheiro não tem como função a satisfação. Nas palavras do autor, “Morrer de fome em meio a abundância - é essa, de fato, a situação que o capitalismo nos conduz” (p.15).

Uma outra alusão possível com o mito do rei que come a si mesmo diz respeito ao comportamento dos sujeitos que vivem sob este regime. Esses sujeitos podem ser descritos como pessoas tão individualistas que não conseguem se conectar com nada que os rodeia, como a natureza, as relações com o outro, ou até mesmo os princípios morais que norteiam a vida em sociedade.

O mito de Erisícton, com sua narrativa sobre desejo insaciável e autodestruição, serve como uma potente metáfora para o capitalismo. Tal como o rei que devora tudo ao seu redor e a si mesmo, o capitalismo promove um consumo desenfreado que ultrapassa as necessidades concretas, baseando-se em desejos artificiais e gerando destruição ambiental, desigualdade social e alienação dos sujeitos. Essa lógica autofágica não apenas sustenta o sistema, mas o perpetua, criando indivíduos desconectados de suas relações naturais e sociais, orientados pela acumulação infinita.

### 4.3.2. O desenvolvimento do capitalismo

A partir da transição do feudalismo para o mercantilismo e da consolidação do capitalismo, no século XIX, através da Revolução Industrial, a sociedade testemunhou transformações profundas nas estruturas econômicas, sociais e culturais. O processo, que envolve a mecanização da agricultura, a ascensão das classes sociais modernas (burguesia e proletariado) e a expansão dos Estados-nação, resultou não apenas na urbanização e na reorganização do trabalho, mas também na ruptura do vínculo entre ser humano e natureza. Ao longo de sucessivas revoluções industriais, o capitalismo se consolidou como um sistema global e monopolista, articulado com regimes disciplinares e práticas ideológicas que produzem “sujeitos dóceis” e naturalizam a competição, o individualismo e a subordinação do meio ambiente.

Nesse contexto, diversas ferramentas foram desenvolvidas para que esse modelo fosse se consolidando como hegemônico em quase todo o mundo. A exemplo dessas estratégias, o marketing foi pensado como um instrumento-chave para criar e moldar novas necessidades de consumo, ocasionando uma ampliação do ciclo de acumulação, desigualdade e devastação ambiental. O corpo, a subjetividade, o trabalho e as relações sociais passaram a ser reconfigurados pela lógica capitalista, que desconecta ainda mais o homem de sua própria natureza, mercantilizando sua existência, estimulando uma busca incessante por bens materiais, impactando as desigualdades e a subjetividade dos indivíduos, e fomentando crises socioambientais.

O capitalismo ascende como sistema econômico hegemônico no século XIX por meio da Revolução Industrial, fruto de um longo processo que se iniciou na transição da Idade Média para a Idade Moderna, com o desenvolvimento do mercantilismo a partir da desintegração do feudalismo. Segundo Vieira *et al.* (2015), a Revolução Industrial impactou demasiadamente as sociedades e até hoje se vive suas consequências. Os autores argumentam que, além da desintegração do feudalismo e do nascimento do sistema capitalista, também acontece um fortalecimento das classes sociais (proletários e burgueses), bem como a construção dos Estados-Nações, a urbanização das cidades e a mecanização da agricultura, que expulsa os homens dos campos em direção à cidade.

O ritmo acelerado da Revolução promove também uma revolução agrícola, e as demandas maiores obrigam os trabalhadores do campo a complementarem suas necessidades econômicas e de trabalho, uma vez que a atividade laboral deixou de ser voltada para a subsistência e passou a ser especializada. Oliveira (1987) afirma que a agricultura precisou se nivelar ao novo funcionamento laboral, ou seja, a necessidade de aumentar a produção obrigava os trabalhadores a comprarem insumos e máquinas, pois não havia espaços para erros de safra ou qualquer eventualidade que pudesse ocorrer com a plantação. Além disso, os trabalhadores precisavam otimizar e viabilizar os preços para que pudessem concorrer com as produções industriais.

A dinamização da economia e o crescimento das populações na cidade criam a necessidade de se adotar um sistema mais adequado para lidar com o solo, não sendo mais possível utilizar a técnica milenar do pousio (descanso). Era preciso que o agricultor pudesse utilizar o solo durante o ano inteiro a fim de aumentar a produção. Enquanto, nas sociedades tribais, o solo era dotado de sacralidade e tinha seus ritmos respeitados por todos, com a mudança de perspectiva de dominação patriarcal e agora capitalista, a terra passa a estar totalmente a serviço do capital, perdendo sua especialidade.

Na segunda metade do século XIX, durante a segunda Revolução Industrial, mais países aderem a esse modelo de exploração, proporcionando uma expansão ainda maior do capitalismo, que, nesse momento, o capitalismo deixa de ser concorrencial. Ou seja, a disputa que se dava entre corporações, no barateamento de preços e na livre concorrência, torna-se monopolista, e algumas empresas crescem de forma a eliminar a possibilidade de competição, aniquilando as demais. Nesse sentido, para que o monopólio não chegasse de forma devastadora, o Estado precisou criar diversas políticas a fim de mediar os interesses das empresas e do povo, impondo às corporações limites e cuidados que deveriam ser respeitados em nome dos consumidores.

Vieira *et al.* (2015) alega que não se tem uma precisão de quando a Segunda Revolução Industrial começou a dar sinais de colapso, porém, por volta da década de 1970, nos países desenvolvidos, e no início dos anos 1990, nos países subdesenvolvidos, começa a Terceira Revolução Industrial ou Revolução Técnico-Científica. Essa Revolução tem como base a modernização das tecnologias, o advento do mundo eletrônico e das telecomunicações. Surgem

novas profissões e as novas atribuições laborais ocupam o espaço das funções tradicionais, como o desenvolvimento e a consolidação do terceiro setor da economia.

Desde sua origem, a indústria vem se transformando e mudando os modos de vida na sociedade. Entretanto, todos esses novos métodos e processos têm como finalidade aumentar a produção, gerar mais lucro através da criação de novas necessidades e acumulá-los na mão de uma minoria. Enquanto, nas sociedades tribais, os indivíduos trabalhavam respeitando os períodos da atividade e ócio, remontando aos ciclos da Natureza, com o capitalismo, os trabalhadores se viram na obrigação de trabalhar no ritmo do capital.

Patzdorf (2022) afirma que, para a aplicabilidade de tais mudanças, desenvolveu-se um regime disciplinar, o que significa que os indivíduos desviantes das normas implícitas e explícitas serão vigiados e punidos, restando a eles reprimir e calcular constantemente seus desejos e ações através do autocontrole. Ou seja, diferentemente dos regimes escravistas e pré-capitalistas, que oprimiam e violentavam os sujeitos em praça pública para impor respeito, o investimento nesse momento se dá em uma biopolítica para criar “sujeitos dóceis”.

Segundo Kell (2009), o cristianismo desempenhou um papel central na expansão dos hábitos de vigilância, alcançando não apenas as ações, mas também os impulsos corporais e até o pensamento. A prática da confissão, lembrada por Michel Foucault (2020), teria funcionado como um instrumento de poder disciplinar sobre os corpos e as mentes ao exigir aos fiéis explicações de todos os aspectos de sua vida. Dessa forma, a transição do poder soberano para o poder disciplinar, característica dos Estados modernos, acabou por alcançar gradualmente todas as camadas sociais. Esse processo, segundo o autor, gera uma alienação dos indivíduos em relação aos seus impulsos e afetos, assim como em relação à própria condição de submissão.

No escravismo e feudalismo, momentos históricos pré-capitalistas, a vida do sujeito tinha uma relação direta com a vida coletiva, e os bens eram produzidos e vividos no mesmo lugar. Com o capitalismo, o capital se expande para todas as partes do mundo, não dependendo mais da mão de obra direta da comunidade local para se desenvolver. Lessa (2012) pontua que a burguesia faz do mercado mundial a sua pátria, tornando-se não apenas um cidadão local, mas do mundo.

Essa dinâmica favorece que as necessidades individuais tomem ainda mais grandiosidade e atenção do que as necessidades coletivas.

Inicialmente, o trabalho tinha um aspecto fragmentado com um controle mais rígido, para a otimização do tempo e produtividade. Posteriormente, as indústrias implementam as esteiras de produção, diminuem a movimentação do operário dentro das fábricas, e se preocupam também com a possibilidade dos funcionários consumirem sua produção.

Backer (2014) afirma que, com a Revolução Industrial, começa o marketing de mercadoria para incentivar o consumo dos produtos. As empresas passam a utilizar essas estratégias para segmentar os mercados, posicionando seus produtos e criando uma imagem para criar consumidores. Mais que isso, Schor (2004) pontua que o marketing articula suas ferramentas para gerar necessidades de consumo aos indivíduos. Dessa forma, além da função econômica, ele tem impacto nas esferas social e cultural.

Ainda sobre este tema, Lasch (1979) acrescenta que a comunicação de marketing molda os valores e comportamentos, influenciando na cultura e, por isso, tem um papel fundamental na formação das identidades, ao promover um estilo de vida que todos devem desejar. As campanhas de marketing passam a utilizar estratégias psicológicas a fim de influenciar a percepção dos consumidores, promovendo um consumismo irrestrito, o que acaba por acentuar ainda mais as desigualdades sociais. Dessa forma, percebe-se que o marketing é um componente indispensável do sistema capitalista, criando valores e uma forma aspirativa de se estar no mundo.

De acordo com Frederici (2017), a primeira máquina desenvolvida pelo capitalismo não foi aquela movida a vapor, mas sim o próprio corpo humano. A autora considera que não é possível interpretar nossos corpos, aparências, desejos, afetos, sensações e movimentos como uma expressão do acaso, pois, por trás de cada pensamento, sentimento ou ação, opera um conjunto de poderes, discursos e costumes que continuamente são produzidos e incutidos na lógica social.

O aumento do marketing de produto, de acordo com Antunes (1999), vem acompanhado de uma redução no tempo de vida das mercadorias para que o mercado possa continuar girando. Entretanto, a aglomeração humana e o aumento do consumo e do descarte ocasionam um problema ambiental importante devido ao excesso de lixo produzido e, conseqüentemente, uma destruição ambiental.

Viana (2016) afirma que o modo de produção capitalista, em sua essência, institui uma relação de destruição com o meio ambiente, uma vez que sua filosofia é baseada em aplicar o dinheiro em algo, que também se valorizará. Em uma ótica que preconiza a acumulação, o capitalismo se configura em uma espiral, com a premissa de que pode-se acumular o capital de maneira infinita, ainda que os recursos naturais que impulsionam esta roda sejam finitos.

Enquanto nas sociedades tribais os indivíduos retiravam da Natureza apenas o que fosse necessário para consumo e sobrevivência, agora ela serve para engendrar a roda capitalista, seja como matéria-prima de mercadorias ou para alimentar as máquinas que as produzem. A unicidade orgânica entre o homem e a natureza, observada no princípio da humanidade, é totalmente quebrada no modo de produção capitalista, e a gratuidade natural do meio ambiente se transforma em relações mercantis. Em outras palavras, a Natureza passa a ser vista como um recurso comercial.

A destruição dos recursos naturais tem se tornado cada vez mais intensa, e as políticas estatais para proteção do meio ambiente têm servido apenas para mitigar em uma pequena escala o grau e a velocidade dos estragos. Viana (2016) aponta três fatores fundamentais para que as discussões ambientais não se inflamem com intensidade na esfera social. O primeiro se dá em decorrência da própria organização do trabalho e do contexto cultural e tecnológico atual, que dificultam a visibilidade desses processos acontecendo. Em segundo lugar, a autora elenca os efeitos indiretos, como a poluição e o desequilíbrio climático, que não são prontamente perceptíveis, impedindo a identificação clara de suas causas e conexões com a produção capitalista. Além disso, a ideologia ambientalista contribui para mascarar a origem desses problemas. Por fim, a hegemonia burguesa, ao valorizar o ter em detrimento do ser, o ascensionismo social, a competição e o apreço pela tecnologia e pelo consumo fazem com que, mesmo ao reconhecerem a existência desses problemas, muitas pessoas não abdicuem de seus padrões de consumo e interesses individuais, fragilizando ainda mais o debate público e a mobilização social em torno dessas questões.

Pode-se dizer que a ideologia é o aporte de sentido que o capitalismo utiliza para colonizar a subjetividade humana. Para uma melhor compreensão desse conceito, analisar-se-á de forma sucinta como a ideologia age através do exemplo de sustentabilidade apontado por Viana (2016). A sustentabilidade,

também conhecida como “desenvolvimento sustentável”, é um discurso massivamente amplo, elaborado por empresas, que maquia a realidade a fim de capitalizar diferenciais competitivos.

A partir dos apontamentos dos desastres ambientais causados pela forma de produção capitalista, as empresas compreenderam que o futuro de seus negócios dependia de criar uma imagem de mercado em que as pessoas acreditassem que suas atividades não prejudicam o meio ambiente, ou que existem políticas empresariais para remediar os seus danos. Além disso, a publicidade ajuda a propagar a ideia de que empresas e consumidores precisam se preocupar igualmente com os cuidados ambientais como a reciclagem, o desperdício de água, entre outros. Ou seja, de forma desproporcional, busca-se convencer o cidadão comum de que o seu consumo domiciliar de água é equivalente ao de uma empresa multimilionária, que utiliza a água como um de seus principais recursos de produção.

Pagotto, Carvalho e Meyer (2017) afirmam que, para a construção dessa ilusão, as organizações investem massivamente em campanhas de publicidade conhecidas como *marketing verde*, em que apresentam soluções para os sintomas da devastação ambiental sem questionar ou atuar nas suas bases. Isso se dá pois essa dinâmica implica na necessidade de se considerar uma nova ordem mundial que prejudicaria, principalmente, a burguesia. De acordo com Leff (2009), a economia mundial ultrapassou a mera exploração racional dos recursos naturais, configurando-se agora uma nova ordem social fundamentada em princípios de sustentabilidade ecológica, democracia participativa e racionalidade ambiental.

Pagotto, Carvalho e Meyer (2017) apontam que toda esta dinâmica cria uma visão favorável das empresas para a sociedade, em que esse verniz se sobrepuja às ações ambientais negativas que criam a miséria cotidiana na qual os sujeitos estão vivendo. *A democratização do mundo*, como é divulgada nas ações capitalistas, cria a necessidade de consumo, que destrói o ambiente de qualidade onde grande parte dos indivíduos alegam querer viver. A grande contradição é que esses indivíduos acabam não se dando conta da relação direta e paradoxal existente entre seu consumo e a destruição do meio ambiente.

A partir da propaganda, os sujeitos seguem consumindo e acreditando que o problema da crise ambiental reside no fato do cidadão comum não fechar a torneira enquanto escova os dentes, sem perceber o escamoteamento da essência

do modo de produção e reprodução de vida no sistema capitalista. Toda essa dinâmica se converte em uma ideologia, uma crença irracional, que ajuda o sistema a continuar funcionando. Essas mensagens publicitárias afetam os sujeitos em diferentes âmbitos, sendo capazes de redesenhar estilos de vida, necessidades, formas de pensar, etc.

Assim, podemos pensar a ideologia como um conjunto de valores sociais produzidos com a finalidade de tornar únicas e autoexplicativas as diversas faces e incongruências do capitalismo. Nara Júnior (2013), em seu artigo *A ideologia do capitalismo nos movimentos sociais brasileiros: os “nós-do-governo”*, aponta que é através das ideologias que os sujeitos podem vivenciar as posições desiguais, a exploração no trabalho, dentre outros, como uma parte da realidade que estão destinados a viver.

Lefebvre (1991) afirma que as ideologias “são as máscaras que blindam os homens da sua vida real” (p.148), ou seja, são uma espécie de ilusão que ajuda os homens a serem capazes de aceitar, muitas vezes sem perceber, as condições de vida às quais são submetidos. Entretanto, é importante ressaltar que essas ilusões não dizem respeito a algo fora da realidade, mas a uma produção social tão intrínseca que é sentida como se fosse natural. Essa naturalidade das ideologias se dá através da crença irracional dos sujeitos nelas e, assim, são reproduzidas e, por fim, efetivadas.

De acordo com Damboriarena (2016), as pessoas vivem e agem a partir de valores ideológicos que reproduzem uma consciência distanciada das necessidades e atitudes reais e naturais dos próprios indivíduos. A autora pontua que “os homens são o que fazem e pensam de acordo com o que fazem” (p.03). Ou seja, a ideologia induz a um pensamento que produz uma verdade, levando os indivíduos a agirem a partir dessa verdade e criando, assim, uma nova realidade.

Caniato e Rodrigues (2012) acrescentam que as ideologias são produtos de um processo histórico e complexo, mas são aprendidas como dados naturais e acabam bloqueando a reflexão crítica, uma vez que a realidade passa a ser vista como natural e acabada em si mesma. Lara Júnior (2014) aponta que essa alienação arranca os sujeitos do contato com seus reais problemas e de sua própria natureza, levando-os, através das produções ideológicas, a colocarem o capital como entidade soberana. Em suas palavras:

O indivíduo alienado é lançado a destinos desumanos e, com isso, passa a tratar seu sofrimento como algo próprio de sua existência, como uma enfermidade de seu corpo, não visualizando nos modos de produção capitalistas as causas de muitos de seus sintomas (LARA JÚNIOR, 2014, p.108).

Marx e Engels (2007) afirmam que a burguesia, ao controlar os meios de produção material, detém igualmente o poder ideológico, impondo suas ideias como dominantes em cada época histórica. Em outras palavras, a classe que possui o domínio sobre os recursos produtivos exerce também o controle sobre a produção intelectual, influenciando o pensamento daqueles que não dispõem desses meios.

O discurso ideológico apresenta aos sujeitos uma fantasia de que é possível que todos possam gozar dos mesmos privilégios. Com isso, os indivíduos passam a se dedicar exclusivamente para conseguirem alcançar esse tão almejado lugar social. A ideologia, endossada pelo marketing e pelas grandes mídias, direciona os indivíduos ao sentimento de que ser é ter, em que só se é validado a partir do que se possui, e não pelo o que se é. Essa dinâmica promove uma incansável competição, assegurando que os sujeitos se mantenham cada vez mais individualistas frente aos demais.

A globalização capitalista gerou múltiplos efeitos sociais em seu processo. Um deles foi o aumento da desigualdade social e a criação do que Karl Marx (2013) conceituou como exército industrial de reserva. O autor aponta que esse último se dá a partir do desemprego estrutural que o capitalismo promove em seu método econômico, pois precisa de uma parte da população sem trabalho e pronta para ser explorada por salários inferiores. Sobre isso, Sousa (2012) argumenta que:

A desigualdade gerada pelo capitalismo - e reforçada ao longo das últimas décadas - não é retórica, mas facilmente detectada na realidade social. O aumento da desigualdade social e espacial e da concentração de renda ocorrem não apenas em países desenvolvidos ou subdesenvolvidos, mas também no interior dos Estados, e mesmo dentro das cidades, onde as camadas mais ricas da população passaram a deter percentualmente ainda mais renda do que as camadas mais pobres; o incremento do desemprego estrutural faz crescer o exército de reserva, pauperizando as relações de trabalho e

causa retrocessos na conquista de direitos pelos trabalhadores; tudo acirrado pela presença cada vez mais intensa dos processos de acumulação capitalista em escala global (SOUSA, 2012, p. 79).

A criação da necessidade de consumo nos indivíduos demanda que novas tecnologias sejam implementadas, reduzindo a relevância da força de trabalho e promovendo um amplo desemprego. O trabalho, função fundamental aos homens, passa a ser escasso ou fragmentado e insalubre, ocasionando uma destruição física e psíquica das pessoas. Se antes a capacidade de lucrar coincidia com a capacidade humana de produzir, nesse momento a capacidade de produzir mais e mais tem relação direta com essa destruição, através do desemprego e de condições análogas à escravidão, utilizados pelo capital como forma de obter mais lucro.

Marx (1983) aponta que as relações humanas passaram a ser mediadas pelo dinheiro, de forma que o burguês é quem tem a posse do capital, enquanto o trabalhador é quem detém a força de trabalho. Assim, quem estas pessoas são para além destas definições deixa de ser importante para a sociedade capitalista como um todo. Para Lessa (2012), essa dinâmica reforça o individualismo e promove um isolamento social dos indivíduos, de forma que a sociedade se transforma em uma luta de “todos contra todos” (p.17). A coletividade, por sua vez, que outrora servia para cooperação, passa a servir para promover uma competição pela concorrência.

O desemprego, a violência crescente, a concorrência cada vez mais vital para a sobrevivência e a vida sendo ameaçada de todas essas maneiras levam os sujeitos a buscarem saídas cada vez mais individuais. Um exemplo disso é a crença de que uma escola cara e de alta qualidade para os filhos minimizaria a possibilidade de que eles fiquem desempregados no futuro, ou de que o pagamento de uma previdência privada garantiria uma velhice confortável mais tarde. Entretanto, nenhuma dessas alternativas traz consigo uma garantia, uma vez que a natureza do problema é de ordem social e coletiva, não individual. Sobre isso, Lessa (2012) aponta que:

O individualismo continuará a encontrar o solo histórico para sua existência, e as pessoas continuarão, em um desespero crescente, como um pião girando sobre si próprias, debatendo-se atabalhoadamente contra tudo e contra todos, na esperança

de conseguirem o impossível: uma vida humanamente digna, “minimamente feliz” nesse, como se diz, “mundinho de meu Deus” (LESSA, 2012, p.67).

A transição histórica do feudalismo para o capitalismo reconfigurou profundamente as estruturas sociais, econômicas e culturais, impondo uma lógica de exploração, individualismo e consumo irrestrito. Com a produção e o consumo subordinados à acumulação de capital, a Revolução Industrial aprofunda a desconexão das relações humanas e do vínculo com a natureza. Nesse cenário, a ideologia capitalista atua para naturalizar desigualdades, fragmentar os laços comunitários e transformar sujeitos em agentes do próprio sistema. Essa dinâmica transcende ao trabalho ou à economia, adentrando profundamente na estrutura da família, principal ferramenta de perpetuação do sistema. Por meio da família, os valores e comportamentos necessários para a manutenção do capitalismo são transmitidos, moldando as subjetividades e garantindo a reprodução ideológica de geração em geração.

#### **4.3.3. A família burguesa**

A consolidação do capitalismo, a partir da dissolução do feudalismo e do fortalecimento do mercantilismo, alterou profundamente as estruturas básicas da existência humana, afetando especialmente a organização familiar. Enquanto as sociedades tribais possuíam dinâmicas mais igualitárias e integradas à natureza, o surgimento do capitalismo e de suas sucessivas revoluções industriais viabilizou a mecanização, a urbanização e a mundialização do mercado, subordinando a produção às demandas do capital e criando novas exigências para o trabalho, a subjetividade e as relações afetivas.

Assim, a família monogâmica e, posteriormente, a família burguesa, emergem como dispositivos de adaptação e perpetuação dessa lógica, oferecendo um ambiente no qual se consolidam hierarquias de gênero, a exploração do trabalho feminino e infantil, a dissociação entre amor e sexualidade, a imposição do moralismo e o distanciamento do sujeito de sua própria natureza. A educação familiar se torna um espaço de transmissão dos valores capitalistas, modelando comportamentos, restringindo a autonomia dos indivíduos e contribuindo para a

legitimação das desigualdades, da destruição ambiental e da própria dominação do capital sobre a vida. Desse modo, a família burguesa se transforma em um dos pilares fundamentais do sistema, assegurando sua continuidade ao naturalizar normas, papéis e afetos estritamente adequados às exigências do capital.

Perosini (2017) argumenta que o trabalho artesanal que marcava os modos laborais na sociedade pré-capitalista foi sendo substituído pelas máquinas industriais, devido ao aumento das demandas e desejo da burguesia de garantir mais lucro. Essa aceleração dos meios de produção levou a mudanças significativas nos modos de vida dos indivíduos, bem como à reorganização do sistema familiar.

Saquete e Paião (2012) afirmam que é importante se debruçar sobre a família pois é no seio familiar que se produzem culturalmente os papéis a serem seguidos pelos sujeitos na sociedade. Dentro das famílias existe uma espécie de pacto social em que cada um desempenha uma função que leva à perpetuação do sistema, que, por sua vez, tem como uma de suas finalidades a formatação dos indivíduos, violentando-os e os distanciando de sua própria natureza. Esses indivíduos distanciados e fragmentados reproduzem a dinâmica de violência que abrange não só a ordem psicológica, como também a física, moral, institucional, comunitária e de gênero.

O autor reforça que os valores do trabalho artesanal que eram passados de pais para filhos foram substituídos pelas fábricas, obrigando um deslocamento dos indivíduos do campo para a cidade em busca de emprego e melhorias de vida. Os trabalhos que outrora eram apoiados nos limites pessoais e da natureza precisaram ser revistos devido às limitações que impunham ao capital. Dessa forma, a estrutura familiar, em que todos os membros participavam ativamente da construção do sustento do sistema, agora é fragmentada, e os sujeitos passam a constituí-lo de forma individual.

Esse novo modelo trabalhista gera uma expectativa nos sujeitos, uma vez que, quanto mais horas de trabalho dentro das fábricas, mais dinheiro recebiam — o que significava menos tempo com os filhos e a família. Lyra et. al. (2010) aponta que “O homem, agora pai, torna-se mais inacessível para os filhos e domina a família como uma figura de autoridade e poder” (p.81), pois as jornadas de trabalho duravam cerca de 12 a 16 horas, os salários eram extremamente

baixos, e para todo e qualquer deslize era aplicada uma multa que diminuía, ainda mais, o dinheiro recebido.

A mulher, que outrora exercia o papel de reprodutora e responsável pelos afazeres domésticos, além de ser extremamente fiel ao seu marido, visto que era considerada sua propriedade, nesse momento, sai de casa e passa a trabalhar como operária nas fábricas. Essa mudança no papel feminino, que antes era de ternura, carinho e obediência dentro de casa, exige que a mulher se torne forte a fim de conseguir desenvolver atividades braçais pesadas em locais insalubres, sendo extremamente explorada em troca de salários ainda menores do que aqueles oferecidos aos homens. Assim, a mulher passa a vivenciar uma dupla jornada de trabalho, visto que, além do extenuante expediente na fábrica, ela permanecia responsável por todas as tarefas domésticas de maneira integral.

As crianças a partir de nove anos, por sua vez, também eram obrigadas a trabalhar, enfrentando longas jornadas de trabalho e sendo expostas a frequentes acidentes com o maquinário, o que afetava sua saúde e desenvolvimento. Os menores passam a ser privados de sua própria infância, que se torna um privilégio reservado apenas à burguesia.

Segundo Perosini (2017), a migração do homem do campo para as cidades provocou um excesso de mão de obra disponível e favoreceu uma maior precarização dos salários oferecidos. Essa dinâmica aumenta o desemprego e a desigualdade, intensificando o medo em relação à perda do emprego e culminando em mais subordinação dos sujeitos diante das regras da fábrica. Marx (2001) afirma que o trabalhador vira uma mercadoria diante da burguesia, ou seja, para sobreviver, os indivíduos precisaram abrir mão de seu tempo e de sua vida para cumprir com os requisitos estabelecidos pelas indústrias.

As relações familiares se transformam em relações monetárias, conforme Marx e Engels (2009) pontuam: “A família proletária não tinha mais tempo para convívio harmonioso, pois a [...] burguesia rasgou o véu de sentimentalismos que envolvia as relações familiares e as reduziu a simples relações monetárias” (p. 57). Dessa forma, os infantes, que outrora, nas sociedades tribais, gozavam de laços comunitários afetuosos em que tinham espaço para se desenvolverem com respeito ao seu próprio tempo e ritmo, agora viram artigos de comércio, precisando competir pela própria sobrevivência.

Lessa (2012) afirma que o desenvolvimento do capitalismo promoveu também um desenvolvimento social enorme, afetando diretamente a dimensão da subjetividade e da afetividade humana. Nas artes, passam a serem expressas novas emoções, e o início da globalização favorece que os indivíduos vejam e ouçam o que nunca tinham antes experimentado, por terem acesso apenas àquilo que era desenvolvido em suas localidades. Posteriormente, no mundo globalizado, passam a experienciar quase que uma única história.

Nesse sentido, o enredo nas artes tinha como conteúdo a ilustração das impossibilidades de experienciar o amor. Lessa (2012) conta que Romeu e Julieta marca a virada da perspectiva amorosa social: é melhor morrer do que não experienciar o amor. É neste momento que o amor sexual individual, do qual Engels (1984) aponta em seu livro *A origem da família, da Propriedade Privada e do Estado*, passa a fazer parte da vida dos sujeitos, que descobrem o valor da experiência afetiva e como o amor pode revolucionar suas vidas, dando um novo sentido às suas existências.

Entretanto, a noção de amor que surge nesse contexto contrasta com os moldes do capitalismo, e o amor sexuado individual de Engels teve que se adaptar à nova forma familiar — a família burguesa. Essa “nova forma”, segundo Lessa (2012), seria uma interpretação moderna da família monogâmica. Entretanto, a tentativa de perpetuar o mesmo modelo familiar frente ao desenvolvimento das forças produtivas cria uma condição favorável para a crise na família, que irrompe mais à frente.

Assim, a mulher continua retida na esfera privada da vida, tendo como função os cuidados com o lar e a mediação das relações dos homens com seus filhos. Porém, com a rapidez do desenvolvimento do capitalismo, essas funções vão ficando cada vez mais difíceis de serem desenvolvidas na prática. Isso acontece quando elas passam a ocupar cada vez mais os espaços industriais e, juntamente com a discussão romântica do amor em voga, há um aumento da infidelidade por parte das mulheres.

Com isso, o Estado passa a intervir de forma mais direta na sexualidade das mulheres, em alguns casos punindo com pena de morte as que ousassem sair do seu papel social de servidão aos homens. A Constituição Napoleônica de 1806 foi a primeira a tornar a sexualidade da mulher uma questão de responsabilidade pública. Ao mesmo tempo em que punia os adultérios femininos, legalizava a

poligamia masculina, tendo como única condição, aos homens, ter cada mulher em uma casa distinta.

O antagonismo da família monogâmica com a crescente necessidade afetiva aumenta a necessidade de repressão aos indivíduos com a produção de controle social através do moralismo. Isso promove a hipocrisia burguesa, que Lessa (2012) chamou de rigidez vitoriana, principalmente no que tangia aos aspectos sexuais. Foi nesse momento histórico também que Freud, no ano de 1915, desenvolveu sua teoria do inconsciente, apontando a cisão entre as necessidades pulsionais da sociedade burguesa com a moral social vigente da época. As mulheres conhecem a histeria e os homens desenvolvem um abismo cada vez maior entre seus aspectos emocionais e racionais. Os sujeitos, cada um à sua forma, vão dissociando o amor da sexualidade. É essa cisão com a sexualidade que será a base da neurose estudada por Wilhelm Reich no início da década de 1920.

Para uma melhor contenção social, principalmente da sexualidade feminina, o moralismo vai ganhando contornos científicos. Os noticiários reportavam informações sobre a impossibilidade das mulheres alcançarem o orgasmo, além de disseminarem a ideia de que seria da natureza masculina possuir uma maior necessidade sexual. As novas teorias científicas afirmavam que as mulheres eram capazes de conter suas necessidades sexuais a partir de uma boa educação (repressora) e de uma disponibilidade espiritual para se manterem fiéis a seus maridos, mesmo que a relação não fosse plenamente satisfatória.

Segundo Lessa (2012), o ponto fundamental de ancoragem da família burguesa é a dissociação entre o amor e o sexo, sendo o primeiro destinado às mulheres e o segundo aos homens. Essa separação é fruto das produções ideológicas que visavam garantir a manutenção dos interesses do capital: o marido precisa fazer sexo para ter herdeiros, e a esposa deveria se manter em seu lugar social de cuidadora. O amor livre presente nas sociedades tribais é totalmente destruído pelos novos moldes sociais, em que nenhuma satisfação é possível para as mulheres decentes, cabendo aos homens — os quais deviam mostrar seu valor através da dominação, inclusive de mulheres — buscar sua satisfação com prostitutas. Assim, a possibilidade de uma relação plenamente satisfatória entre homem e mulher se torna praticamente nula a partir desses parâmetros.

Ser marido e provedor da família se torna um fardo cada vez mais pesado para o universo masculino. Para que possam seguir cumprindo com as suas funções, os homens necessitam se embrutecer e tornarem-se cada vez mais distantes da relação com seus filhos e esposas. Às crianças cabia apenas aprender seus lugares sociais de acordo com seu gênero e, assim, homens, mulheres e crianças colocam suas vidas a serviço dos ditames do capital.

Mais tarde, com as necessidades de se obter mais lucros, irrompe a Primeira Guerra Mundial, causando uma brusca ruptura na família burguesa. O autor afirma que 19 milhões de pessoas foram mortas, e mais do que o dobro de pessoas ficaram aleijadas ou com algum comprometimento mental. Os homens representavam a maioria desses números, deixando de cumprir seu papel de provedores e deixando suas mulheres e filhos desamparados. Dessa forma, ao final da guerra, as mulheres se viram obrigadas a chefiar as famílias, o que deu rumo a uma nova possibilidade de atuação social feminina.

Wilson (1977) defende que o aumento do número de mulheres intelectualizadas, que não cabiam mais nos papéis de esposas ou prostitutas, fez com que o papel masculino de provedor se tornasse ultrapassado. Porém, mais tarde, houve um retrocesso nesse processo, e uma série de sucessões sociais capitalistas favoreceram o reforço das ideologias opressoras burguesas em nome do “Estado de Bem”. Dessa maneira, pode-se dizer que, mais uma vez, a propriedade privada, juntamente com a noção de capital, não mediram esforços para manter homens e mulheres em seus devidos lugares: a serviço deles.

Mészáros (2011) confirma que a família nuclear, formada por indivíduos fragmentados e distanciados dos seus próprios desejos, é o espaço em que o capitalismo se estrutura, pois ela é responsável por perpetuar e internalizar os sistemas de valores sociais. Esses valores morais e sociais contêm, em sua base, uma dinâmica sob a qual não se permite contestar a autoridade do capital, determinando o que deve ser considerado aceitável, bom, mau, etc. O sujeito, buscando se sentir pertencente à comunidade, performa dentro desses parâmetros, reproduzindo as hierarquias, violências físicas e simbólicas as quais experimenta na sociedade e espelha em seu seio familiar.

Segundo Macedo (2023), dentro da lógica capitalista, os indivíduos são vistos como um investimento, sendo valorizado o sujeito que está em sua idade produtiva por ele ser capaz de gerar maior crescimento econômico. As crianças,

no momento que antecede a “idade de glória”, são educadas para poderem trabalhar, e os idosos, desprovidos de serventia dentro do sistema, são considerados um peso e uma despesa.

A vida em comunidade, outrora marcada pela cooperação, interdependência e sintonia das necessidades individuais e coletivas, torna-se uma experiência cada vez mais remota para os indivíduos. A “minha família” e a “sua família”, que outrora eram de igual importância para toda a comunidade, passam a estar cada vez mais desconectadas, fragmentando laços afetivos. A educação repassada para as crianças ganha mais um contorno: além de performar seus papéis de gênero, elas agora precisam também trabalhar e produzir com qualidade, moldando subjetividades adaptadas às demandas do sistema econômico.

Assim, é possível observar como o desenvolvimento da lógica da propriedade privada, em articulação com o patriarcado e a ascensão do capitalismo, gerou transformações estruturantes na sociedade. Essas mudanças não apenas alteraram a relação dos seres humanos com o mundo ao seu redor, mas também afetaram de maneira intrínseca suas formas de ser e de se relacionar.

Reich (1968) escreve que a moralidade repressiva opera como um instrumento sustentando a ordem econômica. Aponta que a consolidação da propriedade privada acaba por exigir o controle rigoroso da sexualidade e da reprodução, a fim de garantir a legitimidade dos herdeiros e a sucessão do patrimônio. Essa dinâmica coloca a família nuclear burguesa como a instituição central onde se aprende e reproduz a submissão cumprindo exigências do sistema socioeconômico dominante.

Reich (1968) escreve que o sistema capitalista, através do moralismo, vai exigindo que o sujeito suprima suas pulsões nas dimensões psíquicas e biológicas para cumprir com seu dever de trabalho e produção de riqueza, impactando na realização afetiva e sexual, fundamental, em sua compreensão para a capacidade crítica do indivíduo e sua saúde. A desconexão com as dimensões biológicas e afetivas inaugura uma organização social baseada no controle, na produtividade e no individualismo, afastando os indivíduos de suas necessidades essenciais e inserindo-os em uma lógica voltada à manutenção do sistema. Essa dinâmica se manifesta de forma contundente na esfera familiar, que passa a refletir e reproduzir valores capitalistas e patriarcais, convertendo-se em um espaço onde

as relações afetivas são progressivamente substituídas por dinâmicas utilitárias e mercantilizadas. O desenvolvimento histórico do capitalismo, em sua busca permanente por ampliação e domínio, tornou necessário aprimorar suas técnicas de social, utilizando ferramentas cada vez mais sofisticadas para moldar subjetividades consolidando sua hegemonia conforme veremos no próximo capítulo.

## 5. Sociedades Atuais

*“The future of the human race depends on your thoughts and actions. But your teachers and masters don't tell you how you really think and what you really are; no one dares to confront you with the one truth that might make you the unswerving master of your fate. You are "free" in only one respect: free from the self-criticism that might help you to govern your own life.”*

(Wilhelm Reich, s.d.)

Este capítulo explora o desenvolvimento do capitalismo neoliberal, marca predominante da contemporaneidade. A análise tem como ponto de partida o liberalismo econômico, base ideológica que preconiza a liberdade de mercado como princípio organizador da sociedade, seguido pela evolução do Estado de Bem-Estar Social, criado, por sua vez, como uma tentativa de mitigar as desigualdades e contradições inerentes ao sistema capitalista.

A partir desse contexto histórico, é introduzido o neoliberalismo, que redefine as relações sociais e econômicas ao priorizar a financeirização e a digitalização da vida como uma das suas principais ferramentas de perpetuação. Essas dinâmicas não apenas aprofundam a lógica de mercantilização de todas as esferas da existência, mas também impactam de maneira significativa a família contemporânea, transformando suas relações internas e formas de organização para se adequar às exigências de um sistema que prioriza o lucro e o individualismo em detrimento dos laços afetivos e coletivos.

### 5.1. Liberalismo

O liberalismo emergiu historicamente como reação ao poder absoluto dos monarcas, apresentando-se como um conjunto de ideias pautadas no direito natural, no contrato social entre “homens igualmente livres” e na limitação estatal. Ao colocar em xeque o Estado Absoluto e defender a primazia da propriedade privada, o pensamento liberal forjou um ideário de liberdade e igualdade que, na prática, ignorava a existência de classes sociais, submetia grupos não-brancos à condição de mercadorias e legitimava relações de escravismo, colonização e exploração.

Embora as teorias de Locke, Montesquieu e Rousseau buscassem frear o poder irrestrito dos monarcas e inaugurar uma nova ciência política baseada em consentimento, a nascente burguesia se apropria desses princípios para consolidar a soberania de uma elite econômica e racionalizar o poder em forma constitucional. Assim, o liberalismo, a despeito de se apresentar como antítese ao absolutismo, erigiu suas normas e leis sob o crivo dos interesses burgueses, convertendo a promessa de liberdade em mecanismos de controle social e assegurando a expansão do capitalismo como um fenômeno global, hierarquizado e excludente.

Em seu artigo *Os fundamentos do liberalismo clássico*, Silva (2011) afirma que, no mundo antigo, cabia à democracia a distribuição de poder entre toda sociedade civil e política, enquanto no mundo moderno — e contemporâneo —, ela passa a dizer respeito à limitação e a distribuição de poder concentrada nas mãos de uma determinada classe social. O pensamento liberal se pauta no direito natural, em que o Estado nasce de um contrato social entre homens igualmente livres, com a intenção de garantir seus direitos e se autopreservarem.

As ideias liberais nascem a partir da decomposição política e econômica do Estado Absolutista que teve seu início com a Carta Magna, em 1215, culminando na Revolução Gloriosa, na Inglaterra, na Revolução Americana, em 1776, e na Revolução Francesa, em 1789. Essas concepções rompem com os princípios políticos organicistas que acreditavam que o Estado é independente e anterior aos indivíduos, conceito defendido por John Locke (2002), para fundar uma ciência política baseada em relações consensuais entre os indivíduos.

Para melhor compreender o liberalismo, faz-se necessário o entendimento do que foi o Estado Absoluto. Sobre isso, Bobbio (1997) explica que o Estado Absoluto emergiu com o fim da sociedade medieval, que apresentava um forte caráter pluralista. Nesse contexto, o direito não provinha de uma fonte única, mas de diversas origens jurídicas, como o costume, a legislação da autoridade suprema, a tradição doutrinária e a atividade jurisprudencial dos tribunais. Além disso, coexistiam múltiplos ordenamentos jurídicos tanto acima (como a Igreja e o Império) quanto abaixo do regnum (feudos, comunas e corporações). Por não haver um poder único e centralizado, tampouco um critério jurídico unificado, os limites ao exercício da autoridade derivavam justamente do equilíbrio e da tensão mútuos entre os diversos poderes existentes na sociedade medieval.

De acordo com o autor, essas pluralidades obrigaram as monarquias absolutistas a travarem alguns conflitos, como a quebra da universalidade da Igreja, consolidando as Igrejas Nacionais, e contra a supremacia dos Impérios, formando os Estados Nacionais. Esses movimentos tinham como função dissolver qualquer poder que pudesse ameaçar a soberania do Estado que tinha acabado de nascer. Dessa forma, o poder do monarca estava acima de qualquer outra instituição, não havendo nem mesmo uma Constituição ou parlamento que pudesse limitar ou contrabalanceá-lo.

Silva (2011) afirma que o nascimento do Estado liberal-burguês tem sua raiz nas revoluções burguesas, com o intuito de limitar o poder dos monarcas frente aos membros da sociedade. Bobbio (1997) argumenta que nesse contexto surgiram três vias para digladiar com o absolutismo: a primeira, dos teóricos do direito natural; a segunda, dos teóricos da separação dos poderes; e a terceira, dos teóricos que defendiam a participação popular.

Na primeira via, em que se encontra o teórico John Locke, defende-se que os direitos naturais de propriedade privada, liberdade e a própria vida preexistem em relação ao Estado, ou seja, caberia ao Estado apenas reconhecer esses direitos e garanti-los. É dessa concepção que nasce o Estado liberal-burguês clássico, com desejo de intervenção estatal mínima.

Na segunda via encontra-se Montesquieu, defendendo que não são os direitos naturais que iriam privar o Estado, mas elementos endógenos. A solução encontrada nesta via foi a divisão política em três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, que seriam independentes uns dos outros e detinham a função de se contrabalancear reciprocamente. Assim nasce o Estado liberal-burguês constitucional.

Na terceira via, na qual encontra-se Rousseau, a defesa aponta que os limites de poder não se encontram no direito natural ou na divisão dos poderes, mas em uma soberania popular, ou seja, uma maior participação de todos os sujeitos no exercício de poder. Nesse contexto, entende-se que o indivíduo seria titular do poder, de forma que, caso o sujeito cometa qualquer abuso contra a lei, estaria cometendo-o contra si mesmo. Dessa forma, o controle de poder partiria de um aspecto moral.

O liberalismo político clássico teve suas ideias pautadas em John Locke (2002). O filósofo acreditava que na *infância dos governos* não existiam muitas

peças a se governar, portanto não havia necessidade de muitas leis, somente alguns princípios que os governos absolutistas faziam cumprir. Entretanto, o autor afirmava que Deus concedeu uma natureza abundante para ser transformada em propriedade privada através do trabalho e, juntamente com o crescimento populacional, isso exigiria novas leis sociais para cercear o poder dos monarcas, uma vez que eles tinham deixado seus interesses pessoais se sobreporem aos interesses da comunidade.

Para Locke (2002), no momento em que o governante deixa de cumprir suas funções em prol da sociedade, usando seu poder de forma irrestrita, seu poder se torna ilegítimo, e portanto, a sociedade pode destituí-lo de maneira legítima. Silva (2011) ressalta que, ao contrário do que possa se pensar, não havia em curso uma revolução, uma vez que os contratantes estavam em guerra apenas contra o monarca, sem questionar o Estado civil em si. Além disso, o autor aponta uma limitação na formulação dos teóricos mencionados neste texto, pois nenhum deles considera a concepção de classe social. O “povo”, a que todos se referem em suas formulações, era seletivo, dizendo respeito apenas à classe nascente dos novos modos de produção, ou seja, a burguesia.

Em seu livro *Contra-história do liberalismo*, Losurdo (2006) se aprofunda nessas incongruências do discurso liberal e com a materialidade desses mesmos discursos, concluindo que os pedidos de liberdade, aclamados pelos filósofos, são apenas jargões ideológicos que não representam a realidade da sociedade no geral. O autor expõe que as práticas que inauguram essa lógica política e econômica são pautadas na dominação e no escravismo, situações bem opostas à de liberdade. Em suas palavras, “A liberdade do homem livre é a causa da grande opressão dos escravos” (p.20).

Losurdo argumenta, ainda, que a burguesia nesse momento se sentia muito escravizada pela monarquia, e é desse sentimento que nasce o discurso de liberdade para todos. Entretanto, os mesmos defensores da liberdade eram os maiores detentores de escravos, ou seja, na lógica liberal, só se considerava a escravidão aquilo que estava ligado ao cerceamento da burguesia às suas propriedades. O autor expõe que esses liberais sequer compreendiam a subjugação dos negros como um problema a ser solucionado. Enquanto alguns até acreditavam que o trabalho escravo era um meio para a civilização dos povos não-brancos, através do valor do trabalho (colonialismo), outros não faziam

ressalva alguma a esse respeito, considerando essa uma condição natural desses povos.

O liberalismo vai se consolidar como uma doutrina em que os discursos se aplicam apenas para uma determinada camada da população, uma vez que os não-brancos não eram vistos como agentes sociais, mas como mercadorias. Assim, o direito à propriedade privada proposto por Locke se refere também ao direito de usufruir livremente de pessoas e seus trabalhos.

Influenciado pelas ideias de John Locke, Adam Smith (1776), um dos economistas políticos mais influentes do liberalismo, entende que o Estado deveria ter participação mínima na economia. Peres e Castanha (2006) explicam que as proposições do economista para um liberalismo econômico consideram que a concorrência por si só seria capaz de garantir o bem-estar social, o que significa que a economia seria autorregulatória, não necessitando de nenhuma intervenção para que tivesse uma perfeita harmonia entre o público e o privado.

Além da compreensão da liberdade ser apenas para uma classe específica da população, o liberalismo trouxe uma forma de governo constitucional, em que só é possível fazer aquilo que a lei permite. Isso significa, segundo Patzdorf (2022), que a obediência ao rei apenas foi deslocada para a obediência às normas, leis e palavras. Enquanto, nas sociedades tribais, a liberdade se pautava na ausência de leis, a liberdade agora torna-se civil, circunscrita e cerceada pelas burocracias formuladas pela classe dominante.

O liberalismo econômico consolida a liberdade de mercado como princípio central e, simultaneamente, gera desigualdades estruturais que precarizam diversas esferas da vida humana. Apesar de sua promessa de prosperidade baseada na autonomia individual e na competição, essa dinâmica expõe as fragilidades do sistema ao deixar uma ampla parcela da população em situação de vulnerabilidade. Como resposta a essas contradições, surge o Estado de Bem-Estar Social, que será abordado no próximo tópico. Esse modelo buscou amenizar os impactos negativos do liberalismo, oferecendo políticas de proteção social e redistribuição de recursos, ao mesmo tempo em que tentou manter a estrutura capitalista, revelando um esforço de conciliação entre eficiência econômica e justiça social.

## 5.2. Estado de Bem-Estar Social

A consolidação do capitalismo e do liberalismo, forjados a partir do desmantelamento do feudalismo, do absolutismo e da expansão burguesa, não apenas transformou profundamente as bases sociais, econômicas e políticas da sociedade, como também evidenciou as tensões e desigualdades intrínsecas a esse modelo. Nesse contexto, as reivindicações dos trabalhadores, a necessidade de conferir estabilidade ao mercado e a busca por legitimação do poder estatal impulsionaram o surgimento e o desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social, ou *Welfare State*.

Inspirado por concepções liberais de garantia de direitos, e influenciado pelo excedente econômico e pelo grau de amadurecimento do capitalismo, o *Welfare State* desponta como uma resposta às mazelas sociais resultantes dos processos de produção, urbanização e industrialização. Diversas correntes interpretam as origens e lógicas do *Welfare State* — desde marxistas que o consideram uma exigência funcional do capital, até abordagens que destacam a crescente pressão popular por segurança social —, mas há consenso quanto ao seu caráter híbrido: ele se configura uma forma de regular e amenizar os efeitos do mercado, assegurando direitos e serviços básicos, ao mesmo tempo em que reforça a dinâmica capitalista e reproduz desigualdades.

Assim, o Estado de Bem-Estar Social emerge como uma solução institucionalizada para mitigar o impacto das relações de classe, criando políticas públicas, serviços e benefícios que, embora promovam coesão social e assegurem um patamar mínimo de bem-estar, seguem condicionados aos interesses e arranjos políticos que sustentam a própria estrutura do capital.

Em seu texto *Estado de Bem-estar Social - origens e desenvolvimento*, Nogueira (2001) explica que a expressão inglesa *Welfare State* foi desenvolvida na década de 1940. Entretanto, a autora alega que há menções à política de bem-estar social já no início do século XX. O documento que marca os princípios norteadores desse tipo de Estado foi o Plano Beveridge, destacando-o como um sistema que abrange todo o conjunto populacional, com prestações de serviços uniformes, independentemente dos rendimentos dos interessados, e unificado em um serviço público único.

Segundo Rosanvallon (1984), foi na Alemanha que surgiram as primeiras políticas sociais como fruto do crescimento do partido social-democrata. Esse novo movimento preocupava o grupo detentor de poder da época, e houve uma série de repressões dessa camada populacional. No entanto, o movimento foi compensado com algumas coberturas de proteção contra riscos do trabalho e de sobrevivência, como o seguro-doença, a proteção contra acidentes e o seguro velhice-invalididez.

Nogueira (2001) pontua que são diversas as interpretações a respeito da lógica de desenvolvimento e criação do *Welfare State*. Há inúmeras divergências entre os autores que se debruçam sobre esse tema, porém há um consenso de que a necessidade de criação desses programas sociais só foi pensada devido ao excedente econômico e ao grau de desenvolvimento generalizado do capitalismo.

De acordo com Vianna (1998), a necessidade de proteção pública nasce como uma tentativa de minimizar as mazelas que as formas de produção e reprodução da força de trabalho criam. Essas circunstâncias demandam a criação urgente de sistemas nacionais públicos ou estatalmente regulados para prover mais garantias em setores primordiais da vida dos indivíduos, como saúde, educação, previdência social, etc.

Paralelamente, alguns autores marxistas entendem a criação do Estado de Bem-Estar Social como uma exigência própria do sistema capitalista e as crises que o modelo econômico gera. Oliveira (1988) alega que esses autores acreditam que o fundo público financiaria a produção e a reprodução da força de trabalho para o sistema, uma vez que o capitalismo torna necessária a criação de um novo padrão de regulação social.

Mota (2000), por sua vez, corrobora com essa compreensão da dimensão econômica da criação do *Welfare State*, ressaltando a correlação dele com os princípios e valores da sociedade salarial. O autor argumenta que a nova ordem socioeconômica, ao se articular com os princípios e valores da sociedade salarial, associa-se a um processo de reprodução ampliada do capitalismo, caracterizado por um mercado de trabalho e de consumo em expansão. Esse contexto envolve a tendência ao pleno emprego, com forte mobilidade socioprofissional e salarial, bem como ampliação e diversificação do consumo de bens e serviços. Além disso, há o incremento de direitos à segurança e ao bem-estar sociais, assegurados por leis, pacto entre atores sociais e políticos, e uma cultura voltada à equidade e

justiça. Esse ambiente propicia, ainda, a democratização do processo eleitoral-partidário, que, por meio do sufrágio universal e da regra da maioria, consolida e legitima as estratégias dirigenciais.

Segundo O'Connor (1977), o Estado com influências capitalistas tenta desempenhar duas funções básicas e paradoxais que podem ser observadas a partir de uma análise dos gastos públicos. Enquanto a primeira é manter um processo contínuo de acumulação de capital, a segunda visa garantir direitos e legitimidade de uma vida com qualidade a todos os cidadãos. Dessa maneira, os gastos estatais circulam entre o investimento, o consumo social (capital social) e as despesas sociais necessárias para manutenção da legitimação do mesmo, além de propagar uma harmonia social que culmina em maior possibilidade de consumo dos indivíduos.

Já Offe (1894) aponta outra perspectiva da criação do *Welfare State*, ainda dentro da mesma tendência dos últimos autores, sinalizando a necessidade de convencer a população camponesa de que valia a pena viver nas cidades, uma vez que o assalariamento apresentava compensações, enquanto o trabalho no campo, não. Arretche (1995), em consonância com o Offe, reforça esse ponto de vista ao considerar que o *Welfare State* não resultaria de opções políticas deliberadas, mas constituiria um desdobramento inevitável das dinâmicas evolutivas das sociedades industrializadas. Nesse sentido, haveria pouca margem para escolhas, já que as condições econômicas e sociais determinariam o surgimento dos programas sociais, deixando ao campo político alternativas limitadas.

Para Rosanvallon (1984), o Estado de Bem-Estar Social é “um aprofundamento e uma extensão do Estado protetor clássico” (p.18), que teve seu início entre os séculos XV e XVIII. Esse último pode ser definido como um Estado-Protetor das prerrogativas civis individuais, e foi estabelecido através de um pacto não só entre os indivíduos e a monarquia, como também entre os próprios indivíduos em si. Esse acordo tinha por objetivo garantir os direitos civis para a produção da segurança necessária para o desenvolvimento dos Estados-Nações. A autora alega, ainda, que o Estado-Nação moderno, cujo arcabouço teórico se fundamenta nas obras de Hobbes, Locke e Rousseau, consolida-se ao cumprir a função de proteger os sujeitos, garantindo-lhes seus direitos à vida e à liberdade. Como foi visto anteriormente e confirmado por Coutinho (1997), esse

contrato social partiu da necessidade da burguesia de garantir a posse de suas propriedades privadas.

Com o liberalismo se consolidando como a nova ordem sociopolítica, a industrialização e as forças produtivas foram ganhando mais força e os assalariados formaram uma nova classe, que Rosanvallon (1984) chama de classe trabalhadora não proprietária. Esses trabalhadores lutaram para a ampliação e garantia dos seus direitos, culminando na necessidade de uma mudança no Estado-Protetor clássico. Sobre a lógica dessa mudança, a autora afirma que:

Se o verdadeiro cidadão só pode ser proprietário, é necessário tornar “quase proprietários” todos os cidadãos que não o sejam, isto é, instituir mecanismos sociais que lhes forneçam um equivalente de segurança que a sociedade garante (ROSANVALLON, 1984, p.20).

A autora acrescenta que as mudanças para o *Welfare State* foram lentas, considerando que o Estado — representado aqui através da Igreja —, historicamente, tinha como função o controle sobre a classe trabalhadora. As mazelas sociais como a pobreza e a miséria eram entendidas como uma “frouxidão moral” do sujeito, cabendo à Igreja o cuidado com esses sujeitos. Ela argumenta que:

O Estado Providência [também conhecido como Estado de Bem-Estar Social] exprime a ideia de substituir a incerteza da proteção religiosa pela certeza da providência estatal. Nesse sentido, é o Estado que põe termo à sua secularização, transferindo para suas prerrogativas os benefícios aleatórios que só o poder divino podia dispensar. Assume a tarefa de resgatar *hic et nunc* as desigualdades “naturais” ou os infortúnios da sorte. [...] Aos acasos da caridade e da providência sucedem-se as regularidades do Estado (ROSANVALLON, 1984, p.21).

Assim, não há uma definição absoluta a respeito das razões que fazem com que o Estado passe a se ocupar das políticas sociais. É importante salientar que a maneira como ele irá governar e para onde tenderá sua atuação, seja construindo mais políticas públicas ou incentivando o capitalismo, é influenciada pelos atores que nele operam através dos partidos políticos. Sobre isso, Vianna (1998) conclui

que a criação de uma esfera pública inclusiva, capaz de legitimar um conjunto de obrigações e direitos formais essenciais para sustentar um mínimo de solidariedade social, não assegura, por si só, a equidade. O papel ativo na construção de uma sociedade mais justa não caberia apenas ao ideal rousseauiano, mas principalmente às partes organizadas do corpo social, como partidos políticos e sindicatos. Embora o estabelecimento de um espaço público comum e a representação da diversidade social não eliminem os conflitos inerentes às sociedades de classe, esses elementos contribuíram para encaminhar as tensões de modo menos prejudicial àqueles situados em posições mais vulneráveis.

Em suma, o advento do Estado de Bem-Estar Social não pode ser compreendido apenas à luz de uma única lógica ou motivação, pelo contrário; sua consolidação resulta de um entrelaçamento complexo entre pressões econômicas, tensões sociais, transformações políticas e concepções ideológicas em disputa. Tanto as perspectivas marxistas, que o veem como exigência funcional do capital, quanto as abordagens que destacam o excedente econômico e a maturidade do capitalismo, convergem na constatação de que as políticas sociais emergem como tentativas de legitimação e manutenção da ordem vigente, ao mesmo tempo em que respondem às reivindicações crescentes da classe trabalhadora.

Nesse cenário, o *Welfare State* cumpre a paradoxal função de amenizar as desigualdades sociais e assegurar um mínimo de proteção, sem romper, contudo, com as dinâmicas capitalistas que o sustentam. Diante da pluralidade de interpretações e condicionantes, pode-se afirmar que o Estado de Bem-Estar Social se configura como um arranjo institucional híbrido e historicamente contingente, cuja capacidade de promover efetivamente equidade e justiça social dependerá das correlações de forças políticas, das mobilizações populares e da permanência ou transformação das estruturas econômicas em que está inserido.

Ao tentar mitigar os impactos negativos do liberalismo econômico por meio de políticas de proteção e redistribuição, o Estado de Bem-Estar Social marcou um esforço significativo para equilibrar eficiência econômica e justiça social. No entanto, esse modelo, embora inovador à sua época, também enfrentou críticas e resistências, principalmente de setores que viam nele uma ameaça à liberdade de mercado e à autonomia empresarial. É nesse contexto que começam a emergir as bases históricas do neoliberalismo.

Assim, é fundamental examinar como o neoliberalismo, regime predominante na contemporaneidade, transformou profundamente as dinâmicas sociais e econômicas ao promover a financeirização, reforçar a individualização e remodelar as relações entre o Estado, o mercado e a sociedade.

### 5.3. Neoliberalismo

Ao longo da formação do mundo moderno, acompanhou-se a transição do feudalismo ao capitalismo, a consolidação do liberalismo e a emergência do Estado de Bem-Estar Social, até chegar ao contexto contemporâneo, no qual o neoliberalismo se impõe como regime dominante. Essa nova racionalidade, cujas raízes históricas remontam à reação contra o *Welfare State* e se nutrem das premissas do liberalismo clássico, projeta a concorrência como norma de conduta, a empresa como modelo de subjetivação e o mercado como instância reguladora central.

Ao mesmo tempo em que rompe com o antigo poder absoluto dos monarcas e as tutelas estatais mais robustas, o neoliberalismo redefine o papel do indivíduo, agora convertido em “empreendedor de si mesmo”, responsável por seu próprio sucesso ou fracasso, enquanto a dimensão pública é mercantilizada e subordinada à lógica da acumulação de capital. Essa ideologia penetra o cotidiano, naturaliza desigualdades e precariza o trabalho e a vida, dissolvendo antigos laços de solidariedade social ao mesmo tempo em que promete dignidade, liberdade e prosperidade. O resultado disso é um cenário de autoexploração, intensificação de patologias psíquicas e captura dos desejos e afetos, em que a subjetividade e o corpo dos indivíduos se tornam nichos rentáveis de investimento e controle. É nesse cenário, marcado pela financeirização da economia, pela expansão do mercado a todos os domínios da existência e pela inculcação de um *ethos* competitivo e individualista, que o neoliberalismo consolida seu estatuto enquanto regime global de produção social, política e cultural, reconfigurando inteiramente o sentido da liberdade, da cidadania e da própria vida.

Harvey (2005) considera o neoliberalismo como uma teoria de práticas político-econômicas que propõe a garantia do bem-estar dos indivíduos a partir da liberação das capacidades empreendedoras individuais, ancoradas em uma

estrutura institucional que garante sólidos direitos à propriedade privada, livre mercado e comércios. Esse modelo econômico, segundo Damboriarena (2016), teve suas bases formadas após a Segunda Guerra Mundial como uma reação em contraposição ao Estado de Bem-Estar Social, baseando-se no texto de Friedrich Hayek (1944) *O caminho da servidão*. À época, Hayek convida a todos que compartilham de suas ideias para uma reunião em *Mont Pèlerin*, na Suíça, inaugurando o que veio a se tornar a Sociedade *Mont Pèlerin*.

Segundo Damboriarena (2016), o objetivo dessa sociedade era combater o keynesianismo dominante na Europa e montar as bases para um capitalismo mais livre de regras. Isso se deu pois acreditavam que a política igualitária promovida pelo Estado destruía a liberdade dos cidadãos, e a força da concorrência era considerada fundamental para a “prosperidade coletiva”, uma vez que encontravam na desigualdade um valor positivo. Alegavam que, ao pagar melhores salários e direitos trabalhistas, prejudicavam a acumulação capitalista e o lucro das empresas. Assim, desencadearam-se processos inflacionários que culminariam em uma crise econômica generalizada. Essa doutrina se tornou global com a articulação do Consenso de Washington, em 1989, que formulou um conjunto de dez medidas econômicas para contenção da crise e acabou representando um marco nas orientações políticas mundiais.

Harvey (2013) argumenta que esse projeto, elaborado principalmente por empresários, atacava toda e qualquer solidariedade social que prejudicasse a livre competição, alegando a necessidade de promover a privatização de empresas públicas, a redução de impostos para alguns setores e a promoção do empreendedorismo, a fim de estimular um ambiente favorável aos negócios com um alto fluxo de investimentos.

Para o autor, a força neoliberal decorre da capacidade de propor um aparato conceitual sedutor. A partir de um mercado e comércio livre, afirmava-se que a dignidade e a liberdade individual estariam garantidas. Com o foco no individualismo, o neoliberalismo se tornou uma poderosa influência sobre os modos de pensamento dos sujeitos, modificando as formas com que compreendiam e viviam a vida em sociedade. Nas palavras de Harvey (2013), “O efeito disso em muitas partes do mundo foi vê-lo cada vez mais como uma maneira necessária e até completamente natural de regular a ordem social” (p.50).

De acordo com Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo não se configurava apenas como uma ideologia ou política econômica, mas sobretudo como uma racionalidade que orienta e organiza não apenas a atuação dos governantes, mas também a conduta dos governados. Dessa forma, a racionalidade neoliberal se caracteriza pela generalização da concorrência como norma comportamental, e pela empresa como modelo de formação da subjetividade.

Logo, o que importa nesse novo ideário é não impor restrições à acumulação do capital, e a criação de mercados em âmbitos da vida em que nunca houve lógicas mercadológicas, como na saúde, na educação, entre outros. Harvey (2013) afirma que “aceitar o regime neoliberal equivale a aceitar que a única alternativa é viver sob um regime de interminável acumulação do capital e crescimento econômico, quaisquer que sejam as consequências sociais, ecológicas ou políticas” (p. 195).

Lefebvre (1991), em seu livro *Critique of everyday*, que tem por objetivo uma análise do cotidiano, descreve uma mudança decorrente do neoliberalismo — ainda que não tenha acompanhado todo o seu desenvolvimento. O autor defende que o cotidiano, espaço-tempo abandonado, dotado de certa escassez, mas livre para as iniciativas sociais, perde com o neoliberalismo seu caráter trágico para o de uma crença na satisfação, na liberdade e na transparência que o novo modelo pregava. Além disso, ocorreu uma transformação na capacidade criadora dos indivíduos, substituindo “uma passividade contemplativa, por um consumo devorador de signos, de espetáculo, de produtos” (p.132).

Para o autor, o problema do cotidiano mudou: a escassez deu lugar a um excesso de informação, fazendo com que todos sintam que sabem o que acontece e o que deve ser feito. No entanto, esse conhecimento não é produzido pelos próprios sujeitos, pois eles o assimilam de forma automatizada e, conseqüentemente, reproduzem-no de forma acrítica. O cotidiano, espaço em que estes acontecimentos ocorrem, deixa de ser rico em subjetividade e passa a ser objeto da organização social. Longe da subjetividade que o enriquece, o cotidiano fica marcado pela repetição, pela miséria e pelo desencanto. Sobre isso, Lefebvre (1991) diz que “o sentido da vida é a vida desprovida de sentido, sem história” (p.133), deixando como alternativa apenas negar a realidade ou replicar os padrões de acúmulo e individualismo presentes no neoliberalismo.

O cotidiano, segundo o autor, fica marcado pela prevalência da quantidade ao invés da qualidade, pela substituição dos processos subjetivos pela linearidade, pela desvalorização da capacidade criativa diante do trabalho, pelo mito da transparência e pela ideologia de estar vivendo o fim da ideologia. Para ele, esta dinâmica “(...) conseguiu-se afastar e até apagar a consciência da alienação, acrescentando alienações novas às antigas” (p.64). Nesse momento, a nova alienação diz respeito ao fato de o indivíduo ser totalmente responsável pelas incongruências do capitalismo, ou seja, passa-se a acreditar que, caso o sujeito não tenha tido sucesso em sua vida, simplesmente ele não se esforçou o suficiente.

Dentro da lógica neoliberal, o cotidiano funcional corresponde àquele voltado para o mercado e para a acumulação de capital, o que significa adentrar de forma mais precisa a subjetividade humana, os princípios do individualismo e competição em todas as atividades e relações dos sujeitos. Um exemplo dessa lógica atualmente é a ideia do “ócio produtivo”, onde o paradoxo do termo já se encontra na própria semântica. Agora, até os momentos de descanso precisam estar mediados pela lógica da produção. Lefebvre (1991) aponta uma tendência geral dos indivíduos em administrar a própria vida como se fosse uma empresa, ou seja, a empresa sai de uma unidade econômica para se tornar um modelo de gestão e organização social.

Puello-Socarrás (2008) alega que, entre os anos de 1980 e 1990, o mundo dos negócios adentrou a esfera pública em defesa de instituições eficientes e flexíveis, para que o capitalismo contemporâneo pudesse melhor se desenvolver. Isso culminou em reformas nos aparelhos do Estado e desvinculou o que era público da esfera estatal, criando um espaço público-privado, uma terceira via que supera as polaridades entre o capitalismo e o Estado, e que atuaria com dimensões compatíveis e complementares entre os polos.

Essa nova concepção de governo é orientada para resultados e entende os cidadãos como clientes, isto é, como os únicos responsáveis pelo seu próprio bem-estar. Assim, a iniciativa individual assume toda a responsabilidade da sua própria vida e o mercado passa a ser sua fonte de direitos. Nas palavras de Puello-Socarrás (2008), “A dimensão pública passa a ser desestatizada, mercantilizada e coordenada pelo mercado, que irá ditar os padrões das organizações e as regras de funcionamento social com a subsunção do Estado” (p.114).

De acordo com o autor, um dos conceitos mais marcantes dessa mudança na forma de ver o indivíduo foi o enfoque *homo economicus* (homem econômico), princípio antropológico da corrente anglo-americana, para *homo redemptoris* (homem empreendedor), da corrente austríaca. Enquanto o homem econômico foi uma categoria que interpretava os sujeitos como agentes econômicos, racionais e controladores, em um cenário de concorrência perfeita, o homem empreendedor é o empresário de si mesmo, dono de seu próprio capital, que assume todos os riscos, explora possibilidades de inovação e não é trabalhador pois não depende da sua força de trabalho.

A noção do sujeito como empreendedor de si mesmo oculta o conflito histórico entre o capital e o trabalho devido ao fato de o contrato de trabalho ser internalizado no trabalhador, transformando, assim, o risco suscitado pela insegurança social em um espaço onde existem “muitas oportunidades” disponíveis para quem for capaz de empreender. Nesse sentido, a estrutura de exploração e opressão presentes no sistema capitalista fica mascarada, e é entendida, no imaginário ideológico social, como um processo individual — tudo isso sob um discurso de sucesso, liberdade e autonomia.

Sobre os impactos sociais da nova perspectiva do homem empreendedor, Damboriarena (2016) argumenta que a adoção da perspectiva do homem empreendedor favorece a desregulamentação do mercado de trabalho, o enfraquecimento do poder político e da capacidade de negociação da classe trabalhadora, bem como a diminuição relativa dos assalariados em contraste com o aumento da informalidade. Ademais, tal dinâmica fragmenta ainda mais os trabalhadores, tornando-os mais vulneráveis, heterogêneos e com menor poder de barganha. Ao mesmo tempo, a lógica empreendedora, ao enfatizar o risco e a incerteza inerentes ao mercado, compromete também a estabilidade dos assalariados e enfraquece seus direitos sociais.

Patzdorf (2022) afirma que o crescente avanço do neoliberalismo e a inevitável precarização do trabalho e da vida alcançaram, atualmente, a classe média branca. Assim, foi a primeira vez que o homem branco sentiu na pele a vulnerabilidade e a violência que outros povos sofrem desde o início do capitalismo. Sobre isso, Mbembe (2018) acrescenta que, pela primeira vez na história, o termo *negro* não se limita apenas à condição anteriormente imposta aos povos de origem africana no período inicial do capitalismo, marcada por

predações, destruição da autodeterminação e comprometimento do futuro e do tempo. Tais condições, agora fungíveis e passíveis de dissolução, teriam sido institucionalizadas como um padrão de vida que se generalizou globalmente, processo que o autor denomina devir-negro do mundo.

De acordo com Patzdorf (2022), as lideranças políticas autoritárias em seus partidos souberam como transformar o recente ressentimento dos indivíduos da classe média branca, dos homens e da religião — totalmente destronados pelo neoliberalismo — em ódio pelas conquistas de políticas sociais. Essas lideranças passam a colocar a responsabilidade das crises generalizadas nas políticas sociais do Estado. Com isso, observa-se o retorno de discursos como “a culpa é do comunismo”, “orgulho hétero” e “racismo reverso” que borbulham entre os indivíduos de uma forma bem calculada pela ideologia.

Assim, não é possível compreender o sujeito e suas formas atuais de vida sem pensar a respeito das injunções técnicas, políticas e subjetivas que foram construídas ao longo das fases do capitalismo. Preciado (2018) sustenta que não se deve considerar os regimes de produção de corpos e subjetividades sexuais como simples períodos históricos isolados. Assim, o regime disciplinar, associado à industrialização, não eliminaria por completo as técnicas da soberania necropolítica, oriundas da colonização, enquanto o regime farmacopornográfico, vinculado à financeirização, não apagaria totalmente as dinâmicas disciplinares de caráter biopolítico. Dessa forma, três lógicas distintas e conflitantes de poder operam simultaneamente sobre o corpo, configurando o sujeito contemporâneo e dando forma àquilo que o autor denomina “ficção somática”.

Os processos de desencantamento na passagem das sociedades tribais para as patriarcais, o disciplinamento promovido pela industrialização — garantido inicialmente pela monarquia e depois pelos aspectos burocráticos (democracia) —, somados com os mecanismos de controle extrínsecos como a raça e o gênero, foram transformando os sujeitos em corpos passíveis de serem controlados. Nesse contexto neoliberal, os controles se voltam para os aspectos imateriais, como o desejo e a subjetividade. Essa dinâmica foi sendo facilitada e favorecida pela digitalização do mundo.

Patzdorf (2022) fundamenta que, ao contrário do que pensa o senso comum, o Estado não é um entrave para o desenvolvimento neoliberal. Na realidade, é o próprio Estado que muitas vezes assume o pagamento das dívidas

contraídas pelas grandes empresas. Esse pagamento é realizado como uma forma de reorganizar o mercado, para que os próprios criadores da crise possam continuar atuando da mesma maneira e explorando o trabalho. Aqui, quando se menciona a força de trabalho, não se trata mais apenas da força braçal necessariamente, mas também da força cognitiva, do tempo, dos afetos e da subjetividade.

O autor afirma que, no neoliberalismo, houve a compreensão de que a comercialização de mercadorias se tornou menos rentável, o que significa que o investimento será feito no próprio dinheiro a partir de aplicações, linhas de crédito, seguros, ações, etc. Nesse momento, houve uma desmaterialização do capital, dado que as finanças constituem um grau abstrato do setor econômico. Bernardino-Costa *et. al.* (2019) explicam que, na era da industrialização, era necessária a produção de bens úteis para a valorização do capital; porém, na era do semiocapital, a acumulação não passa mais pela produção. Isto é, o capital é acumulado pela extração de valor por meio da circulação de dinheiro, da digitalização da vida e da inteligência.

Segundo Patzdorf (2022), ao substituir a fábrica pela empresa, o material pelo imaterial, o empregado pelo empreendedor de si mesmo, e o princípio da utilidade pelo da rentabilidade, o capital financeirizado modifica também o sujeito da obediência para o sujeito da performance de desempenho. O neoliberalismo descobre, então, que é possível monetizar o aspecto subjetivo dos indivíduos, os desejos e os sonhos, mostrando-se cada vez mais eficaz do que vigiar e punir. Segundo o autor:

O paradigma do corpo-máquina, demasiadamente mecânico e apático para descrever os desejos compulsivos que agitam o sujeito neoliberal, é substituído por uma espécie de zumbi hiperativo que tudo devora sem qualquer avaliação dos efeitos de suas ações sobre sua vitalidade e seu entorno (PATZDORF, 2022, p.80).

Ainda sobre a atuação do neoliberalismo na subjetividade dos indivíduos, Dardot e Laval (2016) afirmam que as novas práticas de fabricação e gestão do sujeito neoliberal visavam fazer com que o indivíduo trabalhasse para a empresa como se o fizesse em proveito próprio, eliminando qualquer percepção de alienação ou distância entre o trabalhador e a organização empregadora. O

indivíduo é conduzido a agir buscando continuamente a eficácia e a intensificação do esforço, como se essa conduta resultasse de um impulso interno e incontornável, um desejo imperativo ao qual não se poderia oferecer resistência.

Assim, os sujeitos sentem suas escolhas e ações a partir de uma manifestação pessoal, e acreditam estar honrando seus próprios desejos. Entretanto, a realidade dos fatos mostra que os desejos são uma orquestra previamente ensaiada e tão bem articulada que soa intrínseca. Como exemplo pode-se citar o desejo de comer determinado *fast food*, comprar certo estilo de roupa produzido por mão de obra análoga à escravidão, consumir os produtos das maiores empresas poluidoras do meio ambiente em que se vive, ou o vício na tecnologia, como as redes sociais e a pornografia, etc.

Patzdorf (2022) reforça essa ideia ao argumentar que o neoliberalismo induz o indivíduo a perceber seu desejo como sendo de autoria própria, o que produz a sensação de maior liberdade ao satisfazer uma vontade supostamente interna. Entretanto, essa aparente liberdade constitui a principal armadilha do sistema pois, ao buscar exercê-la, o sujeito se envolve em um processo de autoexploração que prescinde de qualquer figura opressora externa. Dessa forma, é possível dizer que, no momento em que os indivíduos sentem estar operando seu desejo, eles estão ajudando o motor do próprio capital circular e se perpetuar. Patzdorf (2022) afirma que, no século XXI, as mercadorias capitalistas são os afetos e desejos humanos, o que o autor denomina biocapitalismo.

Rolnik (2018) aponta que a maneira como os sujeitos se mantêm cegos dentro dessa dinâmica acontece através da crença religiosa de que existe um paraíso capitalista ao qual todos podem alcançar. Essa crença produz um sentimento de culpa e de responsabilização que alimenta internamente os sujeitos para que realizem todos esses ditames. Através disso, o autor sustenta que os indivíduos se colocam em servidão voluntária, não necessitando de repressão ou violência explícita.

Han (2018) conclui que é dessa autoexploração generalizada que é produzida uma sensação de esgotamento constante, sentida pela maioria dos indivíduos do século XXI. Enquanto um corpo cansado fisicamente pode deitar e descansar, um corpo esgotado, por sua vez, não mais dispõe dessa possibilidade. Na sociedade do cansaço que vive-se atualmente, o descanso não se trata apenas de relaxar a musculatura, pois, há pelo menos cinco séculos, existem instituições

que constantemente operam na produção subjetiva desse cansaço. Sobre isso, Han (2018) afirma que:

Quem fracassa na sociedade neoliberal de desempenho, em vez de questionar a sociedade ou o sistema, considera a si mesmo como responsável e se envergonha por isso. Aí está a inteligência peculiar do regime neoliberal: não permite que emerja qualquer resistência ao sistema. No regime de exploração imposta por outros [o rei ou o patrão], ao contrário, é possível que os explorados se solidarizem e juntos se ergam contra o explorador. [...] Já no regime neoliberal de autoexploração, a agressão é dirigida contra nós mesmos. Ela não transforma os explorados em revolucionários, mas sim em depressivos (HAN, 2018, p.16).

Em uma esfera individual, pode-se observar os reflexos dessas dinâmicas através do Manual Diagnóstico Estatístico de Transtorno Mentais (DSM). Gomes de Matos *et. al.* (2005) explicam que o DSM é um sistema de classificação dos transtornos mentais que é periodicamente revisado e atualizado com a finalidade de padronizar as nomenclaturas das psicopatologias. Mayers e Horwitz (2005) comparam a terceira edição do manual, que apresentava 262 diagnósticos, com a mais atual publicada em 2013, em que constam 300 diagnósticos, chamando a atenção para o relevante acréscimo de conteúdo atualizado. As novas patologias giram em torno de “transtorno neurocognitivo leve”, “transtorno da compulsão alimentar periódica”, “transtorno disruptivo de regulação do humor”, dentre outros.

Freitas e Amarante (2012) acrescentam que essas novas classificações, ou mesmo as antigas, conhecidas como depressão ou Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), podem ser apontadas como uma tentativa de patologizar comportamentos que não se adequam à lógica de produção e desempenho esperada pelo neoliberalismo. O questionamento de Dunker (2016) se faz extremamente necessário para refletir criticamente a respeito de tais situações: “o que fazer com os excluídos senão atribuir-lhes uma dificuldade ‘individual’? (p.156).

Como um dos aspectos do neoliberalismo é caracterizado pela criação exponencial de mercado, Soalheiro e Mota (2014) apontam para uma crescente no uso de medicamentos pelos indivíduos, nomeando esse movimento de

“mercantilização do sofrimento” ou “medicalização das subjetividades”. Os autores entendem que há, nessa dinâmica, um excesso de diagnóstico, de tratamentos e de prevenções de condições que poderiam ser consideradas pertinentes e próprias da existência do sujeito, se avaliados levando em conta seu momento e sua qualidade de vida. Essa lógica adentra a família contemporânea, e a ideologia usa esse espaço de construção de subjetividade a seu favor.

A transição do feudalismo ao capitalismo, passando pela consolidação do liberalismo e culminando no neoliberalismo, reconfigurou profundamente a sociedade, modificando as formas de trabalho, consumo e organização social. O neoliberalismo, com sua lógica de competição, individualismo e mercantilização da vida, desloca a responsabilidade coletiva para o indivíduo. Esse modelo fragmenta as solidariedades sociais, naturaliza desigualdades e comercializa até mesmo os desejos e afetos. Assim, observa-se como ele se tornou uma força dominante nas sociedades contemporâneas, promovendo a ideia de que o bem-estar individual depende da liberação das capacidades empreendedoras dos sujeitos, sustentadas por estruturas institucionais que assegurem direitos à propriedade privada, ao livre mercado e ao comércio. Com foco no individualismo, o neoliberalismo não apenas reconfigurou a economia, mas transformou as formas de pensar e viver, moldando uma percepção amplamente aceita.

No próximo tópico, essa perspectiva é ampliada ao explorar a financeirização da vida, um desdobramento direto do neoliberalismo, que intensifica a dependência das relações humanas e sociais sobre as dinâmicas financeiras, reforçando o individualismo e a mercantilização das interações no cotidiano.

### **5.3.1. Financeirização**

A consolidação do capitalismo neoliberal e sua lógica financeirizada se infiltram na esfera mais íntima dos sujeitos, transformando relações familiares, desejos, valores e identidades. Ao longo dos séculos, observamos a família e o indivíduo sendo compelidos a comportar-se segundo princípios de mercado,

internalizando a competitividade, a individualização e a busca incessante por lucros.

A financeirização, caracterizada pelo poder crescente do setor financeiro, cria um ambiente em que o risco e o endividamento se tornam práticas cotidianas, principalmente para as classes médias e populares. A expansão do crédito fácil, a transformação da poupança em investimento especulativo e o incentivo ao consumo desenfreado produzem um cenário no qual as dívidas são renovadas ao invés de quitadas, colonizando a subjetividade pelas normas do mercado financeiro e atribuindo ao indivíduo a obrigação de lidar com seus insucessos, o que reforça a ideia de que a felicidade, o sucesso e o bem-estar dependem de uma boa gestão pessoal dos recursos individualmente, sem apoio social.

Fine (2021) chama atenção ao fato de que a principal forma de agenciamento da reprodução econômica e social, dentro do neoliberalismo, está pautada no poder insidioso e vertiginoso das finanças. Essa noção se traduz no conceito acadêmico de financeirização, em que a importância do setor financeiro cresce imensamente dentro da economia global, envolvendo a expansão de atividades financeiras, como o mercado de ações e intermediação de crédito, que passam a ter uma influência significativa não só na lógica empresarial, como também na vida cotidiana das pessoas. Nesse sentido, é importante diferenciar a ciência econômica da financeira.

De acordo com Mankiw (2014), enquanto a economia tem a intenção de abarcar questões sociais considerando o bem-estar e o capital, ou seja, abrangendo uma visão mais ampla sobre a alocação de recursos, as finanças se atêm à gestão do dinheiro e dos investimentos, seguindo a lógica de retorno em que se realiza o investimento para acumular cada vez mais capital. Nas finanças, o objetivo é obter retorno o mais rápido possível, sem considerar os efeitos amplos ou a longo prazo.

O pensamento que embasa essa mudança de foco se sustenta no fato de que o mercado funciona melhor como um agente social do que o Estado, embora esse discurso tenha sido provado errôneo com a Crise Financeira Global de 2008. Mankiw (2014) explica que, de maneira sucinta, a Crise Financeira Global de 2008 aconteceu nos EUA quando os bancos começaram a oferecer mais crédito voltado para a compra de imóveis para a população sem tantas análises de crédito, com a premissa de atrair mais consumidores. Isso acarretou na valorização dos imóveis devido à alta procura, fazendo com que a taxa de juros aumentasse. O

resultado dessa dinâmica foi a dificuldade generalizada da população em realizar o pagamento dos empréstimos, deixando os bancos descapitalizados. O Estado americano se recusou a aplicar dinheiro público nos bancos privados, deixando as bolsas ao redor do mundo em colapso, pois investidores de todo mundo retiraram suas aplicações, diminuindo a liquidez do mercado.

Com essa imensa situação de crise, o governo norte-americano decide injetar recursos públicos a fim de salvar as empresas privadas, provando a ineficácia da lógica de que o mercado poderia substituir o Estado. Em 2008, o então presidente dos EUA George W. Bush, afirmou em uma entrevista<sup>1</sup> que acreditava muito na livre iniciativa, e que seu instinto natural era de se opor à intervenção do governo, uma vez que as empresas que tomam más decisões deveriam arcar com as consequências e sair do mercado. O ex-presidente afirma que, em circunstâncias normais, deixaria que os acontecimentos seguissem esse curso; no entanto, destacou que o que se instaurou no país não eram circunstâncias normais, pois o mercado parou de funcionar corretamente e houve uma perda generalizada na confiança do país. Isso ocasionou um enorme risco para grandes setores da economia, e o final dessa dinâmica resultou nos bancos — responsáveis pela crise — mantendo lucros exponenciais, enquanto os prejuízos foram socializados para a população.

A financeirização é um processo de transformação do capitalismo contemporâneo, em que há uma predominância da lógica do mercado financeiro na vida cotidiana. Lapavitsas (2011) aponta três elementos fundamentais para o processo de financeirização: as empresas passaram a apresentar capacidades financeiras próprias por meio do mercado de capitais, fortalecendo-se nas últimas décadas nos países centrais; as companhias passaram a acumular riquezas com dinheiro imaterial, aumentando o escopo das agências bancárias e tornando-os intermediários financeiros muito mais complexos; e, por fim, a entrada das famílias no circuito financeiro por meio do endividamentos e aquisição de ativos em massa.

Para além dos aspectos econômicos, as dinâmicas das finanças também entram na lógica e no corpo social. Martin (2002) afirma que a financeirização se

---

<sup>1</sup> FREITAS, B. A. Crise financeira de 2008: você sabe o que aconteceu?. Disponível em: <https://www.politize.com.br/crise-financeira-de-2008/>. Acesso em: 14 dez. de 2024.

expressa a nível pessoal com a expansão de novas modalidades de crédito e de endividamento pessoal. Isso se dá quando as pessoas passam a aceitar riscos que, até então, estavam circunscritos ao mercado financeiro. Na interpretação do autor, “pessoas sem capital significativo são levadas a pensar como capitalistas” (p.12).

Van der Zwan (2014) alega que as pesquisas no campo das corporações passaram a focar nos aspectos da vida cotidiana dos sujeitos, com o objetivo de aproximar cada vez mais esses dois aspectos. Esses estudos têm o objetivo de integrar famílias de baixa renda e classes médias ao mercado financeiro por meio da participação em planos de pensão, hipotecas residenciais e outros produtos financeiros altamente comercializados. Assim, a professora de Políticas Públicas afirma que as finanças vão se tornando uma forma descentralizada de poder, visto que as interações dos indivíduos com as novas tecnologias e sistemas de conhecimento financeiro não param de ser fomentadas e, portanto, de crescer.

A autora acrescenta que, ao interagir com os serviços financeiros popularizados, os sujeitos passam a internalizar seus parâmetros, uma vez que a governamentalidade fica também financeirizada. Sobre o conceito de governamentalidade, Foucault (2019) argumenta que seria composto pelas atividades dos indivíduos, sejam eles representantes no governo ou não, tendo como finalidade influenciar a conduta de outros homens. Dessa forma, os indivíduos passam a conduzir a si mesmos dentro de uma lógica financeirizada, reproduzindo em suas vidas o que ocorre neste domínio.

Harvey (2012) cita como exemplo dessa lógica, adentrando as classes baixas e médias, o afrouxamento das restrições de crédito com juros baixos sob as hipotecas nos EUA. O autor argumenta que toda a população foi capturada por esse movimento do mercado financeiro, em que o pensamento reproduzido passou a ser o de acreditar que, se os super-ricos podiam comprar casas e fazê-las de investimento, por que o trabalhador não poderia fazer o mesmo? O resultado foi a bolha imobiliária de 2008 mencionada anteriormente.

Bauman (2010) entende esse movimento social como uma passagem da sociedade de produtores, em que era necessário produzir bens para lucrar com eles, para uma sociedade de consumidores, em que o lucro se dá a partir do desejo dos indivíduos. O alargamento das formas contemporâneas de crédito e o endividamento pessoal em massa se tornaram muito lucrativos para os grandes empresários que estavam por trás desse processo. Assim, o sujeito que paga suas

contas em dia e não se utiliza dos recursos das finanças oferecidos pelo mercado se torna pouco útil ao sistema. O autor explica que “o devedor ideal é aquele que jamais paga integralmente suas dívidas” (p.30).

Ainda sobre esse tema, Bauman (2010) acrescenta que denomina essa dinâmica como vida a crédito, e observa que, na lógica financeirizada, não é necessária a preocupação de pagar as dívidas, pois, ao contrário dos antigos emprestadores que exigiam o seu dinheiro de volta rapidamente, ordenando prazos fixos e não renováveis, os credores modernos não desejam receber seu dinheiro de volta. Ao invés disso, os últimos oferecem ainda mais crédito para quitar a dívida anterior e ainda proporcionar algum dinheiro extra, ou seja, ofertando uma nova dívida para financiar as novas alegrias.

Na sociedade de consumidores, o capitalismo é parasitário e cria uma promessa de que o indivíduo pode administrar sua satisfação com um cartão de crédito que poderá ser pago posteriormente, ele mexe com o desejo e cria e sacia vontades, aumentando exponencialmente o número de empréstimos concedidos pelos bancos e outras instituições financeiras. No Brasil atual, o endividamento já atinge 76,6% das famílias<sup>2</sup>, um número realmente assustador quando se pensa nos efeitos devastadores dessa dinâmica — 83% dos endividados sofre de insônia, 74% tem dificuldade para se concentrar e 51% tem vergonha de si mesmo<sup>3</sup>.

A financeirização da vida constitui uma lógica que transforma profundamente as relações humanas, subordinando diversas dimensões da existência às dinâmicas do mercado financeiro. Essa racionalidade não apenas molda os comportamentos individuais e coletivos, mas redefine setores fundamentais da sociedade, incluindo o acesso a bens e a serviços essenciais.

No próximo tópico, explora-se como a financeirização atua especificamente no setor da educação, revelando a forma com que essa lógica, ao mercantilizar os serviços, impacta diretamente o acesso, a qualidade e a equidade nesse campo, além de deixar os sujeitos cada vez mais subordinados ao sistema.

---

<sup>2</sup> AGENCIA BRASIL. Endividamento atinge 76,6% das famílias brasileiras, mostra CNC. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-12/endividamento-atinge-766das-familias-brasileiras-mostra-cnc>. Acesso em: 17 nov. 2024.

<sup>3</sup> VEJA. Pesquisa mostra impactos do endividamento na saúde mental do brasileiro. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/pesquisa-mostra-impactos-do-endividamento-na-saude-mental-dobrasileiro>. Acesso em: 17 nov. 2024.

Esse tema é especialmente relevante porque, além de ajudar a pensar criticamente sobre como essa lógica opera no dia a dia, o setor da educação, após a família, é um dos principais espaços de formação de indivíduos.

Ao consolidar a lógica neoliberal desde a infância dos indivíduos, a financeirização molda valores, atitudes e comportamentos que perpetuam esse sistema. Essa análise permitirá compreender com maior profundidade os mecanismos pelos quais a financeirização opera, oferecendo, por meio do exemplo apresentado, uma base para observar e pensar criticamente sobre sua atuação em diversas outras áreas da vida.

### **5.3.2. A lógica da financeirização no setor da educação**

Segundo Blandy e Dowbor (2022), observa-se, no capitalismo financeirizado, uma crescente dissociação entre o setor financeiro e o financiamento de atividades produtivas. Os fluxos financeiros ultrapassam significativamente as reais demandas da economia, evidenciando a prevalência de movimentos especulativos. Dessa forma, o setor financeiro cria uma lógica própria em que as finanças se tornam uma força econômica e social supostamente autônoma. Entretanto, tal autonomia reflete o fetichismo do dinheiro descrito por Marx (1887), que disserta sobre a necessidade do capitalismo de cada vez mais acumular riquezas, sem que exista algum processo produtivo em curso.

Dowbor (2017) defende que essa forma imaterial, desumana e capitalista de apropriação da riqueza, conhecida como financeirização, promove a transferência de investimentos de recursos voltados ao fomento econômico para ganhos improdutivos, alcançados por meio de aplicações financeiras. Em outras palavras, o mercado financeiro, ao oferecer retornos superiores às atividades produtivas, transforma-se em um sistema especulativo sustentado pela desregulação internacional e operado por bancos e grandes corporações. Como consequência da redução da produtividade, observa-se uma precarização do trabalho, reduzindo, com isso, o poder de barganha dos trabalhadores e ampliando as desigualdades.

Um outro aspecto crucial da nova dinâmica capitalista, segundo Aglietta e Rebérioux (2005), é a disseminação da lógica de maximização do valor

acionário, através da qual empresas de capital aberto medem seu desempenho principalmente pelo preço de suas ações nas bolsas de valores, com o objetivo de gerar valor para os acionistas. Assim, as ações são continuamente avaliadas não com base no histórico das empresas, mas em seus resultados imediatos, o que pode entrar em conflito com interesses de longo prazo, uma vez que alguns investimentos necessários só apresentam suas consequências ao longo do tempo. Ainda segundo as autoras, um segundo ponto relevante é que, nesse contexto, cada etapa do processo e do setor interno deve ser lucrativa individualmente, aumentando ainda mais a pressão para uma redução de custos.

Sobre o setor da educação, Corbucci, Kubota e Meira (2016) argumentam que, no Brasil, assim como em outras partes do mundo, a busca por níveis mais altos de escolaridade tem crescido continuamente ao longo das últimas cinco décadas. Contudo, essa crescente demanda se encontra em descompasso com a redução do financiamento estatal e a limitada abertura de novas vagas de trabalho pelo setor público. Nesse cenário, a iniciativa privada vê uma oportunidade para transformar instituições de ensino e seus processos de produção de conhecimento em um mercado lucrativo.

A expansão do ensino superior no Brasil resultou em um aumento expressivo do número de estudantes matriculados, contribuindo para a democratização do acesso à educação. No entanto, foi a combinação de capital internacional com financiamento público, especialmente entre 2004 e 2015, que possibilitou a formação de grandes conglomerados educacionais. Esses grupos, que hoje concentram a maior parte das matrículas no segmento, alteraram os critérios, os padrões e as práticas do setor privado.

Esse movimento de financeirização também alcança o nível básico de ensino, impactando, inclusive, o sistema público, que concentra 81% das matrículas nessa etapa, segundo dados de 2019 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Essa realidade entra em conflito com a necessidade constante de expansão das *holdings* e de seus fundos de investimento, gerando uma disputa pelos alunos do sistema público. Paralelamente, empresas privadas desenvolvem um mercado de serviços voltado para todo o ensino básico, atendendo tanto o setor privado quanto o público.

Sguissardi (2015), ao analisar a trajetória de decisões e políticas públicas no Brasil, alega que a influência dos acordos do Acordo Geral sobre Comércio

de Serviços (GATS) e das recomendações do Banco Mundial resultou em um quase desmonte do setor federal da Educação Superior. De acordo com o autor, documentos do Banco Mundial de 1986, 1994 e 1998 sugeriam que os investimentos em educação básica apresentavam retornos superiores, tanto privados quanto sociais, em comparação ao ensino superior. Esses documentos sugerem, ainda, que o fundo público estaria excessivamente direcionado ao ensino superior — que inclui a pesquisa como uma de suas atividades principais — e propunha que este estaria mais próximo de um bem privado do que público. Nesse sentido, sugestiona-se que a formação acadêmica poderia ser melhor subordinada às forças de mercado, resultando não só na precarização do serviço, como também em uma imparcialidade em suas produções.

De acordo com Blandy e Dowbor (2022), a partir desses documentos, foram criadas condições para um ciclo de crescimento no ensino superior privado no Brasil. Entre 1999 e 2010, o número de matrículas nesse segmento aumentou 130%. No mesmo período, as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas registraram um crescimento de 75,7% no total de matrículas, enquanto as privadas apresentaram uma expansão de 159%. Lavinias e Gentil (2018) complementam esses dados, associando o aumento das matrículas no ensino superior privado à substituição do modelo de isenção fiscal por programas de financiamento governamental, como o Programa Universidade Para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), a partir de 2005.

Blandy e Dowbor (2022) sustentam que a educação, no contexto de um capitalismo financeirizado, transforma os estudantes — especialmente os do ensino superior — em uma dupla fonte de valorização do capital. Os estudantes geram rendimentos tanto pelo pagamento de mensalidades quanto pelos juros sobre o crédito estudantil. Nesse cenário, o capital fictício, definido pela antecipação de rendas futuras, ganha destaque. Dessa forma, o estudante passa a ser considerado um futuro profissional cuja renda futura é capturada antecipadamente pelas instituições financeiras que lhe oferecem crédito.

Em essência, o crédito estudantil funciona como um mecanismo de apropriação de uma parcela do rendimento futuro do estudante, vinculado ao trabalho que ele ainda não realizou. Assim, uma parte de suas horas de trabalho futuras já está comprometida com os detentores do capital financeiro. Nos Estados

Unidos, esse modelo de crédito estudantil já está amplamente difundido, e no Brasil, segue uma trajetória semelhante, com tendência à ampliação.

Segundo Sguissardi (2015), em 2007, a entrada de empresas como Kroton, Anhanguera, Estácio e Sistema de Ensino Brasileiro (SEB) no mercado de ações, impulsionou um processo acelerado de aquisição de instituições menores, resultando na formação de grandes grupos empresariais ou redes educacionais. Essa transformação reduziu a diversidade de organizações locais, muitas das quais tinham histórias únicas vinculadas a famílias, grupos culturais ou empresariais.

Oliveira (2009) aponta que, nesse processo de transformação de centros universitários em grandes *holdings*, os fundos de *private equity* e de investidores internacionais desempenham um papel central como parceiros estratégicos. Carvalho (2013) complementa destacando que, no modelo de empresa educacional financeirizada, a gestão está comprometida com os interesses dos acionistas, priorizando a maximização do valor acionário no mercado de capitais acima do lucro organizacional. Esse modelo promove uma cultura de lucro baseada em formas não orgânicas de crescimento, como aquisições e entrada em novos mercados, ampliando o acesso ao ensino superior, mas alinhado a interesses financeiros que moldam o público atendido, a formação oferecida e as mudanças na comunidade acadêmica.

Eaton, Howell e Yanellis (2020) destacam que, em setores fortemente subsidiados pelo governo e com qualidade educacional pouco transparente, os interesses financeiros frequentemente se sobrepõem às finalidades educacionais. Assim, o valor para os acionistas é obtido às custas dos estudantes, uma vez que tendem a investir em expansões físicas, priorizando a captação de novos alunos, em detrimento da qualidade do ensino ofertado.

Bielschowsky (2020) afirma que, dentro dessa lógica, é possível identificar dados que apontam graves problemas, como o crescimento exponencial da modalidade de Educação a Distância (EaD), o baixo desempenho dos alunos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), as elevadas taxas de evasão e a alta proporção de alunos por professor.

Além disso, os professores no Brasil, para garantir um bom salário, frequentemente precisam lecionar em várias escolas, o que os leva à necessidade de fazer uso de sistemas de ensino que facilitem sua gestão de tempo pessoal. Esses sistemas, embora cresçam em relevância, especialmente durante a

pandemia, levantam preocupações, como a padronização excessiva, uma baixa autonomia docente e o controle de grandes grupos educacionais sobre os valores, ideias, escolhas curriculares e avaliações de desempenho dos alunos.

A necessidade de reduzir custos sem nenhuma preocupação com qualidade ou resultados a médio e longo prazo culmina na precarização das relações de trabalho, como aponta Aglietta (2016). Essa dinâmica impacta profundamente a realidade dos trabalhadores da educação, uma vez que a financeirização busca alcançar uma "liquidez total" que inclui até mesmo o trabalho humano. Essa lógica se reflete diretamente nas modalidades de contrato de trabalho e nas condições de vida dos trabalhadores. Estudos apontam uma crescente flexibilização e temporariedade nos contratos da área educacional, em consonância com a tendência geral do mercado de trabalho. Sguissardi (2015) revela que apenas 24% dos docentes em instituições privadas de ensino superior trabalham em regime de tempo integral, 34%, em tempo parcial, e 41% atuam como horistas.

A partir de 2015, o movimento expansivo no ensino superior revelou limitações devido às restrições impostas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) contra a excessiva oligopolização, pelo esgotamento das oportunidades de aquisição, pelo enfraquecimento do crescimento econômico e pela redução dos subsídios governamentais. Nesse contexto, grandes conglomerados educacionais e novos atores do mercado passaram a direcionar seu foco para o ensino básico.

O interesse de investidores no ensino básico revela padrões semelhantes aos observados na educação superior, como a formação de parcerias entre fundos de investimentos internacionais e grupos locais, a intensificação de aquisições e as mudanças estruturais nas organizações escolares, agora geridas diretamente por executivos desses fundos. Segundo informações do INEP 2019, o ensino básico apresenta particularidades significativas. Por ser obrigatório, ele apresenta uma mudança na relação público-privado comparado ao ensino superior, uma vez que é predominantemente público (83%). Blandy e Dowbor (2022) afirmam que, embora o segmento privado seja minoritário, ele vem crescendo de forma gradual e constante.

A primeira onda de investimentos privados no ensino básico teve início na década de 1990, de acordo com Gois (2002), quando cursinhos pré-vestibulares

começaram a ampliar sua atuação, comercializando material didático para outras escolas. Nesse período, tornou-se essencial uma adaptação às novas demandas tecnológicas e informacionais, atualizando livros didáticos e oferecendo acesso a ferramentas virtuais. Esse cenário impulsionou a associação de escolas privadas com esses grupos, por meio de sistemas de participação ou franquias, envolvendo investimentos, aquisição de serviços e uso de marcas.

A nova abordagem financeirizada acaba exigindo uma estratégia de crescimento robusta e contínua, baseada em aquisições ou na venda de organizações que promovam investimentos. Diferentemente do crescimento orgânico tradicional da maioria das escolas, essa expansão provoca mudanças na gestão. Os grandes grupos educacionais adotam um modelo de gestão centralizada, possibilitando escala e controle nas operações, culminando em gestores ligados diretamente aos fundos de investimento a assumirem a responsabilidade por áreas como estratégia, finanças, gestão de informações, gestão de pessoas, comunicação e marketing das instituições.

Segundo Eaton, Howell e Yanellis (2020), as mudanças associadas a aquisições, alterações no corpo docente e nas práticas educacionais frequentemente resultam em quedas na qualidade do ensino, gerando impactos negativos nos resultados escolares agora no ensino básico. Cohen (2020) sintetiza bem todo esse contexto ao argumentar que o processo de financeirização vai além da expansão da oferta privada de vagas e de sua atratividade para as famílias — ele altera a finalidade das organizações escolares, padroniza culturas locais, redefine valores, modifica relações de trabalho e transforma a interação com as famílias.

No contexto da financeirização, a criação e expansão de marcas configuram estratégias de crescimento que transformam escolas em produtos voltados para aspirações de públicos específicos, afastando-se da ideia de educação como um bem público acessível a todos. Esse modelo segmenta a educação, separando alunos por renda e aspirações, o que reduz a diversidade e amplia a distância entre diferentes classes sociais.

Dessa forma, observa-se que a financeirização, enquanto fenômeno central do capitalismo contemporâneo, não só transforma a lógica do setor financeiro, como também impacta profundamente áreas como a educação,

promovendo uma mercantilização do ensino que prioriza o retorno financeiro em detrimento de objetivos sociais.

Mais do que apenas compreender os impactos econômicos dessa lógica, é crucial analisar como ela molda comportamentos, valores e percepções desde a formação básica, contribuindo para a consolidação de uma sociedade cada vez mais pautada por lógicas neoliberais e de consumo. Faz-se necessário aprofundar conceitos que permitirão compreender como as práticas econômicas contemporâneas vão além da financeirização, influenciando a maneira como indivíduos se reconhecem e se relacionam com o mundo, consolidando uma identidade social cada vez mais moldada por seus ditames.

### **5.3.3. Mercantilização, fetichismo e a sociedade do hiperconsumo**

Enquanto a financeirização se refere ao aumento da importância e da influência do setor financeiro na economia, a mercantilização é o meio pelo qual o setor financeiro atua, uma vez que esse processo transforma todos os âmbitos da vida dos indivíduos em produtos a serem consumidos no mercado.

Marx (1996) defende que a fetichização transforma o valor dos bens — que antes eram baseados no modo de produção e em seu valor intrínseco — em valor de mercado, atrelando-se a uma manipulação e especulação de seu preço. Juntas, a mercantilização e a fetichização ditam a forma como se age e interage no mundo contemporâneo e uns com os outros.

De acordo com Barros (2023), o fetichismo não se limita a uma representação distorcida da realidade, mas constitui uma inversão da própria realidade. O autor destaca que o fetichismo de mercadoria, conforme a interpretação de Marx, revela como o capital se tornou um “novo Deus”, fundamentando as bases e movimentando a sociedade dominada pela mercadoria. Esse processo dá a impressão de que os produtos do trabalho humano se tornaram autônomos em relação aos seus produtores, agindo por meio de forças invisíveis do capital e do mercado, de forma a organizar a subjetividade dos indivíduos.

Miller (2007) alega que o consumo é uma atividade essencial para a vida humana, que faz uso de um bem ou serviço para chegar à satisfação de uma ou mais necessidades. Dessa forma, o consumo sempre fez parte da vida dos

indivíduos, mas na sociedade capitalista, ele atingiu o ápice de importância. Com o capitalismo, o consumo passou a ter contornos materiais e simbólicos em que bens materiais adquirem uma simbologia que transcende seu valor de uso. Dessa forma, um carro, por exemplo, passa a não ser somente um veículo para transportar pessoas e objetos, mas um símbolo que determina certo valor, representando e materializando uma qualidade para o sujeito que o consome e/ou adquire.

A publicidade passa a atuar na construção de significados e desejos para os sujeitos, criando associações positivas e grandiosas que influenciam não só a cognição como também a emoção. A propaganda toca fundo na alma do sujeito, através de narrativas em que o dinheiro e a posse de bens são supervalorizados, gerando os valores desejáveis. Rocha (2006) defende que esse processo transforma não só a cultura como as dinâmicas sociais.

Segundo Lipovetsky (2007), a sociedade contemporânea se caracteriza como uma sociedade do hiperconsumo, em que o consumidor e os gastos familiares desempenham um papel central no crescimento econômico. O filósofo explica que, com o triunfo do capitalismo globalizado, atores como os assalariados, sindicatos e Estado perderam a força e estão sendo substituídos pelo domínio do mercado financeiro e de consumo. Essa nova economia mundial passa a não ser definida apenas pela primazia da lógica financeira, mas também está essencialmente ligada a uma economia do comprador.

O filósofo alega, ainda, que ocorre uma democratização do consumo em que se compra o que gera prazer, e não mais o que é necessário. Além disso, o ato de consumir deixou de ser um privilégio somente das camadas mais altas da sociedade com a liberação de crédito. Dessa forma, criou-se uma cultura cotidiana de consumo dominada pela felicidade privada. Ou seja, por toda a parte, pode-se encontrar menções diretas ou indiretas sobre as alegrias do consumo, do lazer e da experiência, tudo isso em nome de uma promessa de felicidade. Cada vez mais observa-se que o desejo de viver melhor e aproveitar a vida se torna imperativo para os indivíduos, como um direito das massas. Isto é, desejo de consumir os prazeres do instante, viver para si mesmo, aproveitar o momento (*fun morality*) é cada vez mais alargado dentro dos sentimentos da sociedade, e a liberdade vem sendo cada vez mais atrelada ao consumo, enquanto os limites e as renúncias são vistos com repulsa.

Lipovetsky (2007) argumenta que vivemos em um momento de felicidade privada, na qual as pessoas estão frequentemente conectadas a seus fones de ouvido, escolhendo suas próprias músicas em seus *smartphones*. O autor observa que o multiequipamento e os novos dispositivos eletrônicos têm intensificado a individualização dos ritmos de vida, promovendo um hiperindividualismo de consumo marcado por atividades dessincronizadas, práticas domésticas diversificadas e usos personalizados do espaço, do tempo e das coisas. Segundo o autor, essa dinâmica pode ser sintetizada pelo lema da sociedade do hiperconsumo: “cada um com seus objetos, cada um com seu uso, cada um com seu ritmo de vida” (p.105).

O excesso de individualismo e a grande ênfase na *fun morality* acarretou em um forte aumento das despesas dos indivíduos com lazer, na tendência ao *gosto* por mudanças, na expansão de compras baseadas no impulso, no crescimento exponencial de endividamento das famílias e na redução alarmante do número de pessoas que conseguem acumular algum tipo de poupança.

De acordo com Lipovetsky (2007), além desse ritmo de vida individualizado, aumentam os espaços e as ofertas de consumo. Isso porque, se antes era necessário ir até um grande centro comercial para consumir, atualmente, o comércio vem até o público. Um exemplo dessa invasão hipermercantil em espaços que outrora eram monofuncionais pode ser observado no aumento de comércio em espaços como aeroportos, estações de trem ou metrô. Em países como o Japão, as estações de transporte público se assemelham cada vez mais a *shopping centers*. Dessa forma, observa-se que espaços que antes eram livres e voltados para a socialização, hoje constituem espaços de comércio individualizado e individualizante.

Os espaços-tempo, que antes eram marcados pelo descanso e abstração, viram um espaço-tempo comercial de grande valor, em que as empresas buscam gerar e fidelizar clientes. Novamente utilizando o exemplo do Japão, o autor cita as empresas que oferecem serviços de trem-bala, que hoje colocam em suas frotas serviços como internet extra-rápida, jogos e outras infinidades de atividades que criam toda uma experiência para o cliente viajar dentro de *determinada* companhia. Assim, as empresas que oferecem serviços de trem-bala não buscam apenas tecnologias para se locomover mais rápido, mas oferecer uma experiência de prazer privado e individual a cada um de seus consumidores.

Observa-se, ainda, uma nova organização temporal-social que permite o consumo continuado, em que os meios de comunicação, como rádio e televisão, funcionam e anunciam produtos vinte e quatro horas por dia, as lojas continuam abertas aos domingos e feriados, além do número de distribuidores automáticos e serviços de entrega que não param de crescer. Lipovetsky (2007) pontua que esse turbo consumo encontra sua realização perfeita através das redes sociais e das compras online, que colocam abaixo todos os limites do espaço-tempo.

O autor acrescenta que a cultura contemporânea abandonou a valorização do “saber esperar”, em que a espera era vista como uma parte integrante da felicidade, em favor da cultura da impaciência e da satisfação imediata dos desejos. Ele aponta também que práticas como tirar fotos, visualizá-las, postá-las e apagá-las exemplificam o prazer ligado à instantaneidade das coisas. Na civilização do hiperinstante, destacam-se serviços rápidos e disponíveis vinte e quatro horas, bem como o aumento de viagens de última hora, evidenciando o desejo de evitar qualquer espera. Dessa forma, o turbo consumidor busca obter tudo de forma imediata, a qualquer dia e momento. Nesse cenário de ofertas e demandas em tempo real, o *Homo Consumans* desenvolve uma aversão à espera, pois vive uma vida imersa na lógica do imediatismo e de urgências que constantemente comprimem seu tempo.

Concluindo a discussão sobre a mercantilização, o fetichismo e a sociedade do hiperconsumo, evidencia-se como o capitalismo contemporâneo transformou profundamente os ritmos de vida e as dinâmicas sociais. A mercantilização de todas as esferas da existência, aliada ao fetichismo, que atribui valores simbólicos aos bens de consumo, inaugurou uma cultura centrada no hiperconsumo, em que o prazer imediato e a felicidade privada moldam comportamentos e relações. Essa lógica mercantil não apenas redefine os espaços e tempos de convivência social, como também promove um hiperindividualismo que intensifica a desconexão entre os indivíduos e a coletividade.

Assim, é interessante investigar a maneira como a digitalização atua enquanto ferramenta crucial do hiperconsumo. Através das redes sociais, das compras online e de tecnologias digitais, a lógica do consumo imediato e contínuo atinge sua máxima expressão, rompendo barreiras de espaço e tempo, e consolidando o *Homo Consumans* como o sujeito central da sociedade contemporânea.

#### 5.3.4. Digitalização: ferramenta do hiperconsumo

Com a consolidação do neoliberalismo, da lógica financeirizada e da expansão tecnológica, os sujeitos vivenciam um mundo em que o tempo e o espaço se comprimem, o consumo se acelera e as fronteiras entre público e privado, natural e artificial, se tornam tênues. As transformações na saúde, por exemplo, evidenciam como a racionalidade do mercado se infiltra no cotidiano e se torna quase imperceptível, convertendo direitos em mercadorias e alçando os corpos, desejos e necessidades à condição de capital humano.

Paralelamente, a informatização e o avanço das telecomunicações não apenas ampliam as relações, mas também funcionam como plataformas ideais para exercer controle subjetivo, explorando dados, algoritmos e recomendações personalizadas que moldam comportamentos e hábitos de consumo. *Smartphones*, algoritmos e *softwares*, inteligentemente projetados, atuam como extensões do corpo, da mente e da afetividade, capturando a atenção e ajustando as práticas cotidianas a partir de um conhecimento detalhado das preferências dos usuários.

Assim, torna-se difícil distinguir a diferença entre vontade autônoma e influência mercadológica, já que as estratégias empresariais buscam se tornar cada vez mais sofisticadas, para que sejam a primeira opção na mente do indivíduo. Assim, este capítulo investigará a forma como o neoliberalismo, em estreita relação com a financeirização e a tecnociência, penetra a dimensão subjetiva, alterando profundamente a maneira como os indivíduos sentem, pensam e vivem no mundo contemporâneo.

Harvey (1993) afirma que, no mundo contemporâneo, acelera-se o tempo de produção e do consumo e, com isso, as ferramentas utilizadas, como o aumento da velocidade de comunicação e fluxo de informações, voltadas para uma melhor entrega de mercadorias, vão sendo cada vez mais aprimoradas. A dimensão do tempo e do espaço vai desaparecendo, se comprimindo e se tornando ínfima para os sujeitos: tudo o que é produzido, divulgado e distribuído é consumido de forma extremamente rápida.

Sibilia (2002) alega que a informática, as telecomunicações e a biotecnologia representam três áreas fundamentais da tecnociência

contemporânea, contribuindo de maneira imensurável para a produção dos novos corpos e subjetividades deste século. A autora afirma que as redes sociais, ao mesmo tempo que têm a capacidade de ampliar as relações, se tornaram um poderoso mecanismo de controle e influência.

De acordo com Nascimento et. al. (2008), o primeiro computador surge no período da Segunda Guerra Mundial, pesando toneladas e ocupando um andar inteiro de um prédio. A programação desse computador foi realizada por códigos binários em fitas perfuradas. Mais tarde, já na década de 1960, ficou conhecido o primeiro computador eletrônico instalado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), apresentando novos *softwares*. Hoje, os computadores cabem em uma mão, e a cada ano, novos modelos atualizados são lançados, com desenvolvimento ampliados e cada vez mais requintados que podem ser adquiridos em apenas um clique.

Novos estudos da antropológica, como o de McLuhan (1974), apresentam os *smartphones*, versões atuais da tecnologia da computação, como uma extensão dos próprios corpos dos indivíduos. Assim, os computadores atuais não só cabem na própria mão, mas viraram a própria mão, uma vez que acompanham os sujeitos em vários espaços públicos e privados. Mais do que isso, suas perdas ou quebras muitas vezes são sentidas pelos sujeitos como uma dor física, como se tivessem perdido parte de seus corpos.

Para que os aparelhos fossem integrados de forma tão íntima aos seres humanos, a programação, que inicialmente era consideravelmente rudimentar, evoluiu para *softwares* elaborados e complexos, tendo como base algoritmos que auxiliam na captura de atenção dos usuários. Seaver (2022) aponta os sistemas de recomendação, elaborados com base nos algoritmos, como os responsáveis por reter os usuários nas plataformas e, assim, ajudar empresas a conquistarem sua fatia no mercado através dos dados gerados pelos próprios usuários durante o uso.

O autor cita o livro *Hooked (engajado): como construir produtos e formação de hábitos*, do empresário Nir Eyal, do Vale do Silício, para representar como o novo modelo de negócios funciona. O objetivo do livro é claro desde sua capa — um cursor de *mouse* clicando em um cérebro humano —, e seu conteúdo visa traçar um paradigma comportamental dos indivíduos, cuja função é construir softwares capazes de inculcar hábitos em suas mentes a fim de que consumam seus produtos.

Eyal (2020) afirma que empresas como o Facebook se tornam bem-sucedidas ao virarem *first-to-mind* (as primeiras a vir à mente). Isso se dá pois seus usuários “sentem uma pontada de solidão e antes que o pensamento racional ocorra, eles estão rolando pelos seus *feeds* no Facebook” (p.3). Segundo o empresário, para que uma corporação possa atingir esse objetivo, ela precisa pensar nos sujeitos como consumidores escolhendo vários produtos, sendo esses sujeitos mentes suscetíveis a influências sutis. Assim, os empresários precisam não só entender o que faz com que os clientes cliquem no anúncio, mas também conduzi-los a determinada forma de *funcionar*. Nessa lógica, de acordo com Seaver (2022), “as pessoas podem ser irracionais, mas ainda são previsíveis, e onde há previsão, há o potencial para lucro” (p.5).

Ainda de acordo com Seaver (2022), o funcionamento dos algoritmos é compreendido à lógica de experimentos de reforço variável propostos por Burrhus Frederic Skinner no campo do behaviorismo. Ele observa que muitos livros voltados para empresários que exploram o uso estratégico das redes citam diretamente esses estudos. Assim, aves em gaiolas aprendiam a pressionar uma alavanca que libera comida, ajustando-se para que a liberação fosse intermitente, e passavam a pressioná-la incessantemente. Essa mesma dinâmica aplicada aos seres humanos sugere que, ao incorporar mecanismos semelhantes em produtos, é possível criar uma base de usuários que os utilizam compulsivamente.

Assim, pode-se pensar os algoritmos como uma espécie de armadilha montada através de estudos do comportamento e design para capturar a atenção dos usuários e alterar seus comportamentos. Diferentemente de um caçador, que se utiliza de lanças para apanhar suas presas, os algoritmos são tecnologias persuasivas que, a partir de uma interação mental e subjetiva com suas presas, fazem sua caçada sem nenhum mecanismo brutal.

Lemos (2021) afirma que não é possível negar o quanto a mecânica digital deixa os sujeitos cada vez mais reféns da lógica de consumo, sob uma perspectiva muito sutil. O autor aponta a coleta de dados como um novo petróleo que é extraído com pouca regulação. Os dados se tornaram aspecto essencial na nova conjuntura capitalista, que coletam-nos através das plataformas, depois analisam-nos, a fim de interpretar essas informações e oferecer cada vez mais produtos e serviços para serem consumidos pelos mesmos usuários cujos dados foram coletados.

Byung-Chul Han (2018) descreve a desmaterialização do mundo como uma transformação paradigmática, em que tudo se torna informação, e assim, as massas perdem força política, sendo substituídas por um "exame digital". As relações humanas se tornam individualizadas e mediadas por plataformas digitais, enquanto a dependência de *smartphones* e internet molda o comportamento futuro. Em vez de possuir, o homem passa a apenas desfrutar, conduzido por estímulos vazios que incentivam o hiperconsumo. A sobrecarga sensorial elimina vínculos e perspectivas de longo prazo, reduzindo o ser humano a um estado de autoexploração — em que é controlado por *Big Data* e submetido à satisfação imediata de desejos individualizados —, e gerando ausência de relacionamentos e empobrecimento social.

As profundas transformações promovidas pelo neoliberalismo, pela financeirização e pela tecnociência redefiniram o modelo econômico e, principalmente, a subjetividade e as relações humanas. Essas mudanças têm resultado na progressiva desmaterialização dos vínculos sociais, substituídos cada vez mais pelo consumo e pela individualidade. As relações, antes baseadas na coletividade, passam a ser mediadas por tecnologias digitais, que capturam dados e moldam comportamentos com sofisticação crescente. Os algoritmos e as plataformas digitais funcionam como instrumentos de controle subjetivo, promovendo a autoexploração e a satisfação imediata, enquanto diluem os laços comunitários e a perspectiva de longo prazo. Dessa forma, as relações humanas são subsumidas por uma lógica de consumo desenfreado que sustenta e perpetua o sistema capitalista contemporâneo, enquanto aparta os indivíduos dos seus próprios desejos e identidade.

A digitalização contribui para a desmaterialização dos vínculos sociais, que, mediada pelas tecnologias digitais, intensifica o hiperconsumo, substituindo coletividade por individualidade e moldando comportamentos a partir de dados capturados e analisados de forma sofisticada. Os algoritmos e as plataformas digitais passam a atuar como ferramentas de controle subjetivo, promovendo uma lógica de autoexploração e satisfação imediata, ao mesmo tempo em que fragilizam laços comunitários e a capacidade de pensar em perspectivas de longo prazo.

Assim, é primordial entender como esses fenômenos influenciam na configuração da família contemporânea. No próximo tópico, explora-se os

impactos dessas dinâmicas sobre as relações familiares, destacando como as lógicas do neoliberalismo, da financeirização e da digitalização reconfiguram os papéis sociais, as dimensões afetivas e as interações no núcleo familiar, reforçando o hiperindividualismo e as dinâmicas de consumo no ambiente doméstico.

#### **5.4. A família contemporânea**

Ao longo dos séculos, as transformações sociais, econômicas e políticas — desde a transição feudal-capitalista, passando pela consolidação do liberalismo, a experiência do Estado de Bem-Estar Social, até chegar ao neoliberalismo contemporâneo — alteraram profundamente a organização e o sentido da vida familiar. A família, antes estruturada por papéis rígidos herdados do patriarcado e do modelo burguês vitoriano, passa a lidar com novas configurações e múltiplas pressões, reforçadas pela lógica neoliberal que converte trabalho, afetos, educação e lazer em dimensões mercadológicas. Sob essa racionalidade, o indivíduo se torna “empreendedor de si mesmo”, a esfera pública se desresponsabiliza pela proteção social, e a família assume sozinha a tarefa de assegurar cuidado, bem-estar e sucesso a seus membros, ao mesmo tempo em que sofre os efeitos da precarização, da competição generalizada e da culpabilização do sujeito por seu próprio fracasso.

No seio familiar, observa-se a reconfiguração dos vínculos afetivos e educativos, o crescimento do consumismo e da medicalização do sofrimento, bem como o distanciamento entre pais, filhos e comunidade, substituídos pela mediação tecnológica e pela lógica da mercadoria. Esse conjunto de tensões, presentes no cotidiano e na subjetividade dos indivíduos, revela o quanto o neoliberalismo coloniza as relações mais íntimas, naturalizando desigualdades, produzindo novas formas de alienação e redefinindo o lugar da família na engrenagem social.

Lessa (2012) demonstra que, no século XXI, a maioria das famílias não está mais majoritariamente dentro da configuração da família burguesa típica: o homem como provedor, a esposa como dona de casa com as crianças, e as prostitutas. Inúmeras variações de organização familiar vão se tornando cada vez mais frequentes: observa-se tanto famílias homoparentais quanto aquelas em que

a mulher é a provedora do lar. Há também as famílias que optam por não ter filhos e, ainda que bem inferior nas estatísticas, aquelas compostas apenas pelo pai e seus filhos.

O autor mostra que essa quebra da noção de família clássica vitoriana se aprofundou em 1960 com as comunidades *hippies*. Nesse momento, essas comunidades apontam críticas aos costumes morais, defendendo a ideia de “amor livre”, abrindo discussão sobre a libido feminina e apresentando um crescente questionamento sobre as estruturas patriarcais. Esse movimento foi derrotado por se ater a questões mais secundárias da problemática e, nos anos de 1980 e 1990, revalorizou-se o conservadorismo em oposição à sociedade “paz e amor”.

Todavia, ainda que o casamento monogâmico tenha tido sua tentativa de retorno aderida socialmente, as condições sociais já não favoreciam sua permanência, ocasionando divórcios cada vez mais rápidos ou pessoas optando por não se casarem. Ainda que, no discurso e nos valores, os sujeitos tenham prestigiado a ideia da monogamia, na prática, simplesmente se recusaram a adotá-la.

Ainda, Lessa (2012) argumenta que a contemporaneidade põe em crise os fundamentos da família monogâmica. A ideologia transforma a discussão de classes em uma “questão de gênero”, ou seja, “a luta contra a família monogâmica e contra o patriarcalismo cedeu lugar às fantasias de que a libertação das mulheres poderia ocorrer sem a superação da propriedade privada” (p.81). Ao perder de vista o cerne do problema — a propriedade privada —, os investimentos para mudança acabam se colocando a serviço dos ideais neoliberais, pois os sujeitos acabam se individualizando e se segregando ainda mais.

Essa redução da problemática envolvida na lógica da propriedade privada para priorizar a questão de gênero aponta para uma possível elucidação dos aspectos levantados no início deste trabalho. Buscando se opor ao patriarcado, levantou-se a possibilidade de um patriarcado às avessas, isto é, uma sociedade matriarcal com mulheres no poder. Entretanto, perdeu-se de vista que o real problema não é qual gênero está ou não no poder, mas o próprio poder em si, garantido através da propriedade privada. Para Lessa (2012):

Uma vez realizada a disjunção entre a “questão do gênero” e a propriedade privada, a sociedade de classes e o Estado, o

gravíssimo problema histórico da alienação do ser humano em individualidades masculinas e femininas é reduzido a uma “questão de mulher” que diria respeito apenas e tão somente as diferenças de “oportunidade” na sociedade. A superação das alienações que moldam as personalidades de todos nós em maridos versus esposas/prostitutas e impõe o isolamento social das crianças na primeira infância, com tudo o que isso implica e significa - todos esses gigantescos problemas são deixados de lado e varridos para debaixo do tapete. E a questão que passa a ser central é a igualdade formal, principalmente no mercado de trabalho e no “mercado da política”, o Estado. O conteúdo histórico do que seria a tal “condição feminina” sofre, então, uma brutal redução: não mais seria uma expressão das alienações que brotam da propriedade privada (isto é, da exploração do homem pelo homem), mas expressão do desequilíbrio relativo do local ocupado pelos homens e pelas mulheres na sociedade “contemporânea”. Nossa sociedade deixa de ser caracterizada como uma sociedade de classes e passa a ser denominada como uma sociedade “assimétrica” (LESSA, 2012, p.82).

Assim, a família contemporânea é marcada por uma maior exploração das mulheres no mercado de trabalho, rompendo cada vez mais com o modelo vitoriano de mulher. As individualizações masculinas também se distanciam do padrão tradicional, ou seja, os homens deixam de ser os únicos detentores de poder (capital), ainda que até hoje eles sejam mais legitimados socialmente. Essas destituições de papéis promovem fortes mudanças nas dinâmicas subjetivas familiares.

Lessa (2012) aponta que, nessas circunstâncias de segregação, o máximo que os sujeitos conseguem chegar nas sociedades capitalistas com contornos neoliberais é em uma igualdade jurídico-formal entre os homens e mulheres. Entretanto, não chegam a tocar na essência do problema: a consciência da essência do indivíduo burguês com sua função de guardião da mercadoria, e a ideia de que os cuidados dos filhos e uma relação satisfatória entre homens e mulheres significam uma condição rebaixada do gênero humano. Essa última é a condição que faz perpetuar uma falta de cuidado e de amor nas relações humanas frente à necessidade de precisar “fazer mais dinheiro”.

Ainda que avanços importantes tenham sido apontados nesse quesito, nenhum deles estabelece um real caminho para a satisfação plena dos indivíduos. Há um antagonismo histórico entre a racionalidade do capital e as necessidades

humanas e, quando o real problema não pode ser apontado e repensado, não pode, portanto, ser superado. Mészáros (2002) alega que as pessoas buscam, como alternativa às crises capitalistas, o fortalecimento do seu individualismo e o isolamento, devido ao forte medo que sentem de não conseguirem sobreviver. Entretanto, essa dinâmica contribui ainda mais para que suas personalidades continuem cindidas e, portanto, não harmônicas. Sobre isso, Lessa (2012) acrescenta que:

Chegamos a um trágico paradoxo: no momento histórico em que o desenvolvimento científico é capaz de produzir um conhecimento gigantesco, em que somos capazes de entender a origem do universo à origem da humanidade, os indivíduos tendem a se afastar e se isolar do mundo e perder qualquer interesse pela história e pela ciência. E, desesperados e isolados, encontram na fantasia e na religiosidade o consolo para esse mundo sem coração. Os misticismos, as novas religiões e seitas, a magia e mesmo a feitiçaria, voltam ao nosso cotidiano como um consolo de que as pessoas precisam para suportar o peso que é viver atualmente sob o sistema do capital. A situação histórica jamais demandou com tal urgência uma ação coletiva - e os indivíduos nunca foram tão incapazes de realizá-la (LESSA, 2012, p.79).

Bruschini (2000) explica que, dentro dos ditames capitalistas, a família seria um grupo social voltado para a reprodução da força de trabalho, uma espécie de instituição mediadora entre o mercado de consumo e o mercado de trabalho. Miotto (2009) acrescenta que, com os ideais neoliberais, a família se transforma em um espaço por excelência, devendo ser totalmente responsável pela proteção social dos seus membros. Ou seja, além de produtores de força de trabalho, nesse momento, a família se incumbe dos conflitos gerados pelo capitalismo.

Com a exacerbação do regime do capital promovida pelo neoliberalismo e uma maior ausência do Estado na resolução dos conflitos, Mendonça (2013) afirma que, a partir da década de 1960, a família passa a suprir a lacuna deixada pelo Estado no contexto de assistência social, principalmente com seus membros de maior vulnerabilidade social como as crianças, os deficientes e os idosos. A nova função da família foi formalizada na Constituição Federal (1988), assegurando que:

art. 227.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º.

A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

art.230

[...] Os programas de amparo ao idoso serão executados preferencialmente em seus lares. (BRASIL, 1988).

Cooper (2022) afirma que representantes do neoliberalismo promovem discursos baseados em obrigações naturais da família, alegando que ela seria capaz de suprir o Estado de Bem-Estar Social, e que o altruísmo familiar representa um contrato seguro para os indivíduos, liberando o Estado para governar para o mercado. A autora argumenta que esse governo das famílias promove entre os membros (pai, mãe e filhos diretos) um fortalecimento da ideia de vínculo em detrimento do sentimento de pertencimento social. A família se torna uma unidade moral e econômica que sustenta a lógica capitalista neoliberal.

Na materialidade do discurso, Carvalho (2003) pontua que existem muitas expectativas em torno dos papéis e funções da família, porém envolvem toda a problemática já apresentada no decorrer deste trabalho, como a individualização e a competitividade. Constata-se, cada vez mais, um esgotamento pessoal e um enfraquecimento dos laços familiares. Essa realidade impossibilita que os membros da família possam agir em coletividade ou assegurar alguma assistência, resultando em mais indivíduos isolados e incumbidos de sobreviverem sozinhos.

Com a atribuição de cuidar e garantir a proteção social de seus integrantes, a família busca as melhores vias para assegurar o sucesso (dentro da lógica neoliberal) dos seus membros. Dardot e Laval (2016) apontam que, desde o começo do desenvolvimento do neoliberalismo, mirou-se no sistema escolar como forte reprodutor das ideias neoliberais, sendo uma de suas motivações o fato de que a escola é o segundo lugar fundamental (depois da família) de produção

de subjetividade. Isso se dá em função do dever constitucional que assegura que os menores de idade estejam frequentando a escola.

Os autores afirmam que as políticas neoliberais propõem que as escolas se tornem lugares cada vez mais eficientes, promovendo estímulos de competição entre seus estudantes ou outras escolas. Para que garantam um bom desempenho, elas aplicam sistematicamente avaliações e *rankings* de melhores alunos, ou seja, aplicam a lógica de mercado à educação. A concepção de uma educação que ajuda crianças e adolescentes a socializarem e desenvolverem suas identidades cede lugar à competição para melhor formação de capital humano.

Castro-Gómez (2010) explica que, ao crescer, os filhos que recebem dos pais a educação devem desempenhar adequadamente esse capital herdado, construindo de maneira satisfatória sua vida profissional, sem esperar que o Estado cubra suas necessidades ou os proteja de qualquer decisão equivocada. O desemprego sistematizado, encoberto pela noção de empreendedorismo, foi a fantasia apresentada aos sujeitos para que se sintam totalmente responsáveis pelo seu fracasso.

Scotta (2022) alega que a responsabilização da família faz com que ela necessite, cada vez mais, de dinheiro para custear suas demandas e, para isso, além de mais horas de trabalho, muitas vezes precisam recorrer a linhas de créditos, promovendo endividamentos em massa e levando à uma maior necessidade de manutenção do capital financeiro.

A escassez de tempo e as preocupações com o futuro e com a sobrevivência fazem com que as relações familiares precisem se reinventar. Dufour (2005) escreve sobre as mudanças promovidas pela televisão — popularizada através das propagandas na industrialização — no seio familiar, e conclui que ela atua como uma família virtual. Atualmente, pode-se pensar nos *gadgets* como uma extensão móvel dessa ferramenta de consumo.

O autor relata que, na televisão, pode-se desligar o botão ou mudar de canal quando algo não está em consonância com os desejos dos indivíduos, enquanto as relações familiares demandam mais paciência e atenção. Os conflitos comumente encontrados entre os membros da família foram “solucionados” com mais aparelhos de televisão nos cômodos da casa, individualizando e distanciando ainda mais os familiares entre si.

De acordo com Sarmiento (2004), o maior segmento de mercado é aquele voltado para produtos culturais para a infância. Hoje, embora não possam comprar diretamente as mercadorias, as crianças pedem aos seus pais para que o façam, e eles, por sua vez, cansados e culpados pela falta de tempo e disponibilidade afetiva promovidas pelo capitalismo, acabam atendendo aos pedidos dos pequenos e consumindo essas mercadorias, como forma de suprir suas ausências com seus filhos.

Segundo Soler (2018), a propaganda difunde o ideal da infância como um tempo de felicidade que precisa ser garantido pelos pais, que, além de fadigados, precisam performar um sujeito bem-sucedido, e acabam investindo em compras para alimentar projeções narcísicas de si mesmos sobre os seus filhos. O resultado disso culmina em mais trabalho, menos tempo de qualidade com os infantes, e até mesmo em endividamentos. Sobre a criança, Dufour (2005) afirma que “[...] ao mesmo tempo será super nutrida de objetos diversos, ela será, no plano simbólico, liberalmente abandonada, isto é, dada ao terceiro pai, a televisão [ou aos dispositivos eletrônicos]” (p. 97).

O resultado dessas dinâmicas na infância pode ser encontrado, por exemplo, no sentimento dos infantes de que é mais importante possuir o objeto do que o que se pode efetivamente fazer com ele. O Instituto Alana e o Grupo de Estudos e Pesquisa em Química Verde da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) desenvolveram um trabalho sobre o impacto da publicidade infantil de brinquedos plásticos na saúde das crianças e no meio ambiente. Essa pesquisa trouxe dados que apontam o crescimento exponencial que o mercado de brinquedos industrializados tem alcançado, com lucro de aproximadamente 10 bilhões de reais anuais.

O crescente sentimento, por parte das crianças, de que é mais importante possuir do que ser pode ser observado através do fenômeno do *unboxing*, realizado pelas crianças através, principalmente, do YouTube. Trata-se de vídeos cujo conteúdo consiste em desembalar produtos, e essas gravações alcançam um alto número de visualizações na plataforma. Segundo a Forbes<sup>4</sup>, em 2019, o

---

<sup>4</sup> BERG, M.. Como o Youtuber Ryan Kaji, de nove anos, está ficando cada vez mais rico. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/01/como-o-youtuber-ryan-kaji-de-nove-anos-esta-ficando-cada-vez-mais-rico/>. Acesso em 14 de dezembro de 2024.

*youtuber* que mais lucrou no mundo foi uma criança em seu canal *RyanToysReview*, em que publicava justamente esse tipo de conteúdo.

Dunker (2017) afirma que essas transformações têm alterado a relação da infância com o brincar, momento tão fundamental para o desenvolvimento. Os *gadgets* funcionam como uma chupeta eletrônica, isto é, como mediadores da relação entre pais e filhos. O autor argumenta que a introdução de dispositivos eletrônicos, promovida pelo capitalismo, é uma consequência ainda não mensurada na vida dos indivíduos, principalmente para as crianças, uma vez que experimentam um grande desconforto subjetivo na ausência desses recursos. Os celulares, *tablets*, etc., são apontados como a nova forma de brincar, mas o grande questionamento é se há realmente alguma brincadeira envolvida nesse processo, ou se trata-se apenas de uma forma de captura da atenção, com um viés explícito ou implícito, da criação e propagação da necessidade de consumo.

Ao longo desta investigação, observou-se como as mutações históricas — da transição feudal-capitalista ao neoliberalismo contemporâneo — moldaram profundamente a estrutura familiar, as dinâmicas afetivas e as formas de educar as crianças. A família, outrora regida por rígidos papéis patriarcais e burgueses, hoje enfrenta uma realidade marcada pela lógica mercantil, individualização, competitividade e constante necessidade de consumo — ao internalizar as demandas do mercado.

Sob o neoliberalismo, as relações familiares se tornam um espaço de reprodução das desigualdades, culpabilização individual pelo fracasso e mercantilização de praticamente todas as esferas da vida, inclusive as subjetivas. A infância, outrora vivida baseada nos ritmos da vida, é totalmente imersa nos valores capitalistas onde o brincar cede lugar ao consumo e a tecnologia media as relações, esvaziando gradualmente as dimensões coletiva e afetiva.

Assim, observa-se como o capitalismo neoliberal, em sua trajetória histórica, transformou profundamente as dinâmicas sociais e econômicas, impactando diretamente a estrutura e o funcionamento da família contemporânea. Desde a criação do Estado de Bem-Estar Social como tentativa de mitigar desigualdades, até o aprofundamento da financeirização e a digitalização da vida, o neoliberalismo permeia as relações humanas, inserindo a família em um sistema que mercantiliza afetos, trabalho, educação e lazer.

A análise de Reich (1968) acerca do modo como o afastamento da natureza humana, promovido pela organização sistêmica, resulta no desenvolvimento de neuroses, sofrimento psíquico e alienação, já antevia como a estrutura patriarcal e a família autoritária serviam ao capitalismo, moldando os indivíduos adaptados às exigências de produtividade e controle.

No contexto neoliberal, essa dinâmica atinge um estágio qualitativamente novo, caracterizado pela mercantilização total da vida onde relações afetivas e mesmo a esfera íntima são progressivamente subsumidas à lógica de mercado. Hoje o próprio desejo é comercializado através das redes e a repressão sexual e emocional assume formas paradoxalmente "liberadas", onde a aparente permissividade encobre novas modalidades de controle e exploração. O resultado é o profundo adoecimento. Reich (1968) aponta que a possibilidade de mudança e a superação deste quadro reside na quebra das estruturas autoritárias e na liberação sexual.

## 6. Considerações Finais

A pretensão deste trabalho foi refletir acerca da seguinte questão: “o social, ao distanciar o sujeito do contato consigo mesmo, influencia a sua estrutura subjetiva?”, na tentativa de ampliar os debates sobre o fato de que não é possível tratar a saúde mental de forma isolada, desconsiderando as influências contextuais mais amplas.

Boa parte desta pesquisa foi realizada tendo como base os pressupostos teóricos de Wilhelm Reich, Margaret Mead, Sérgio Lessa e Danilo Patzdorf, enquanto outra parte da pesquisa esteve pautada em autores que estudam temas ligados aos impactos das transformações sociais e econômicas nos indivíduos.

O capítulo um, a partir da obra *A Revolução Sexual* (Reich, 1968), apontou como a repressão da sexualidade é condição para que os sujeitos possam se tornar subordinados e acríticos, uma vez que constitui uma força biológica natural dos indivíduos e fundamental para que possam se conectar consigo mesmos e com seus desejos. Reich (1968) explicou que, a partir do moralismo social, estruturase um modelo ideal de casamento, pautado em interesses econômicos, e, conseqüentemente, inaugura-se um formato de família que segue essa doutrina e a repassa às gerações seguintes.

O autor afirma que essa repressão sexual é necessária para a manutenção das estruturas autoritárias e ao impedimento de transformações sociais profundas. A moral sexual reprime e distorce os impulsos naturais dos indivíduos, moldando sua subjetividade de forma a comprometer sua autonomia e capacidade crítica. Além disso, essa moral influencia na criação de instrumentos de controle social como o casamento, que reflete valores patriarcais e autoritários, moldando as relações.

O ideal do casamento perpetua valores como a virgindade feminina, a necessidade de fidelidade conjugal e uma monogamia vitalícia, reforçando dinâmicas de poder. As relações deixam de ser construídas pelo desejo genuíno de se unir a alguém, de celebrar o desejo, o afeto e a sexualidade, impedindo a construção de relações satisfatórias entre os cônjuges e entre pais e filhos.

Reich (1968) acredita que as pessoas nascem com um potencial direcionado à vida e às relações, sendo possível, assim como nas sociedades tribais analisadas neste trabalho, viver uma vida harmônica e conectada com a

comunidade e consigo mesmo, sem a necessidade de alguma instituição que faça a mediação e o controle dessas relações. O autor compreende que a neurose humana e o sofrimento psíquico são frutos do desenvolvimento de um social que estaria a serviço do capital e não da vida. Nesse viés, o desenvolvimento do patriarcado, capitalismo, neoliberalismo e suas ferramentas desconectam os indivíduos de suas necessidades básicas e naturais, prejudicando a forma como vivem seu prazer e a sua sexualidade.

O capítulo dois investigou os modos de funcionamento das sociedades tribais, refletindo como a família, a infância e a educação se davam nesse momento. Uma vez que não existe uma forma única de organização desses povos, foram utilizados recortes de vários estudos antropológicos para ajudar na compreensão dessas dinâmicas e, para aprofundar o tema, utilizou-se um estudo de campo da Margaret Mead (1969).

Com isso, foi possível verificar que as sociedades tribais estavam profundamente conectadas com a natureza e com os ritmos biológicos do ser humano, sem a necessidade de nenhuma coerção. Destacou-se a harmonia que tinham com o ambiente em que viviam e sua percepção singular de comunidade. A relação entre homens e mulheres não se dava de forma hierárquica, não existindo a expectativa de representarem um papel social, o que lhes dava a oportunidade de viverem de forma livre seus afetos e desejos.

Por fim, apresentou-se a noção de infância, marcada pelo respeito às crianças como indivíduos completos, reconhecidos como seres autônomos e não apenas como receptáculos de estereótipos sociais e valores morais. Nesse contexto, a educação das crianças era de responsabilidade de toda a comunidade, ou seja, sem a centralização de um pai e uma mãe, possibilitando que os pequenos pudessem buscar e suprir suas necessidades entre os demais membros da tribo. Essa organização social não se sustentava apenas em suas práticas ritualísticas, mas encontrava na educação de suas crianças um pilar fundamental para a perpetuação de seus modos de vida e valores.

O capítulo três debruçou-se sobre o início da noção de propriedade privada, patriarcado e capitalismo na vida cotidiana, quando emergiu um novo paradigma e alterou-se radicalmente a relação do ser humano consigo mesmo, com os outros e com o mundo. A partir desses elementos, surge a família monogâmica e burguesa como um dispositivo importante de perpetuação dos

valores sociais. Esses modelos familiares são marcados pela repressão sexual e afetiva dos indivíduos e pelo desempenho de papéis sociais pré-definidos, baseados em termos de produtividade, consumo e competitividade. A infância, nesse contexto, foi moldada como um instrumento de aprendizado e reprodução desses padrões, uma vez que a educação e a socialização passaram a ser orientadas pela lógica de manutenção das hierarquias e valores da sociedade capitalista, afastando os indivíduos de suas necessidades biológicas e do ritmo natural da vida, a fim de adaptá-los ao sistema. Dessa forma, os laços afetivos e relacionais foram progressivamente substituídos por dinâmicas utilitárias e monetárias.

O capítulo quatro deu continuidade à análise sobre a forma como o capitalismo continuou a se desenvolver e aprimorar suas técnicas de controle e submissão humana, utilizando ferramentas cada vez mais sofisticadas para moldar subjetividades, consolidando sua hegemonia. Contemporaneamente, sob o capitalismo neoliberal, cujas normas são a marca predominante, fundamentada sob o prisma da financeirização e da digitalização da vida, as relações humanas são transformadas para se adequarem, ainda mais, às exigências de um sistema que prioriza o lucro rápido e imaterial e o individualismo em detrimento aos laços afetivos e coletivos.

Ao prometer dignidade, liberdade e prosperidade, o neoliberalismo converte os indivíduos em empreendedores de si mesmo, responsáveis por seu próprio sucesso ou fracasso, enquanto a dimensão pública é mercantilizada e subordinada à lógica da acumulação de capital. Como resultado, observa-se um cenário de auto exploração, intensificação de patologias psíquicas e captura dos desejos e afetos, em que a subjetividade e os corpos dos indivíduos se tornam nichos rentáveis de investimento e controle. O que se observa é que o neocapitalismo utiliza da mercantilização de todas as esferas da existência, que, aliada ao fetichismo das mercadorias, atribui valores simbólicos aos bens de consumo e inaugura uma cultura centrada no hiperconsumo, em que o prazer imediato e a felicidade privada moldam comportamentos, substituindo as relações e promovendo, atualmente, uma desconexão cada vez maior entre os indivíduos e a coletividade.

Na atualidade, a forma como Reich (1968) apresenta suas ideias sobre o moralismo e a repressão sexual, permite que se reflita acerca de como ainda se vive dentro desses ditames. A realidade é que, embora haja um debate amplo

sobre a sexualidade e uma aparente maior liberdade, muitos dos valores tradicionais ainda são defendidos no imaginário coletivo como o modelo ideal de conduta. A sexualidade, longe de ser liberada, é cooptada como mais um produto a ser consumido. O que é observado é que, mesmo quando há oposição a tais normas, essa resistência frequentemente ocorre dentro do próprio referencial tradicional, sem necessariamente representar uma vivência genuína das vontades individuais.

Ainda hoje, quando a sexualidade é abordada, enfatiza-se uma educação voltada para a prevenção do abuso, das doenças sexualmente transmissíveis ou da gravidez indesejada, criando uma atmosfera de medo em torno do tema. Essas discussões perpetuam uma visão limitada e repressiva sobre a sexualidade, e não abordam a função sexual relacionada ao prazer – que Reich (1968) liga ao potencial de saúde. Embora possa parecer que vivemos em uma cultura hiperssexualizada, na verdade ela é dessexualizada, uma vez que, para a sexualização genuína, é necessária a capacidade de se entregar e se conectar. Porém, vivemos em uma cultura cada vez mais individualista.

As fronteiras entre o mundo *online* e *offline*, atualmente, têm se tornado cada vez menos perceptíveis. A massificação dos *smartphones* e da conectividade móvel intensificou esse processo, fazendo desaparecer as divisões que antes separavam a vida física da digital, configurando uma nova forma de se relacionar. Os indivíduos são substituídos por aplicativos e o consumo promovido pelo capitalismo deixa de ser material, tornando-se um eterno consumo de experiências e sensações.

Por fim, Reich (1968) aponta que, para um organismo se autorregular, é necessário que desenvolva sua potência orgástica, ligada à sua capacidade de confiar e se entregar à conexão com outro ser humano. No entanto, com a digitalização, a qualidade da interação e do encontro genuíno entre dois indivíduos está cada vez mais improvável, sendo substituída por estímulos individualizados e artificiais que alteram a maneira como os sujeitos experimentam e se relacionam com a própria sexualidade, ocasionando um distanciamento do seu potencial de saúde.

Embora a abordagem qualitativa e a análise literária adotadas neste estudo tenham permitido uma compreensão profunda e rica do fenômeno investigado, é fundamental reconhecer que este trabalho não se debruçou em como os vínculos

estão sendo sustentados nos dias de hoje e a forma como a sexualidade está sendo reprimida. Reich (1968), escreve a teoria apresentada no momento em que existe um Estado repressivo, muito diferente da lógica que vivemos hoje, de um Estado mínimo. Seguindo as ideias reichianas de que a neurose é fruto do social, essa mudança também vai apresentar diferenças na forma como os indivíduos vivenciam todos os aspectos apontados. No entanto, a mudança de forma não altera a sua base fundamental: a interferência no fluxo biológico dos indivíduos e todas as consequências que advém disso.

Assim, este trabalho pode fomentar ainda mais estudos sobre as maneiras como a sexualidade está sendo impedida de seguir seu curso nos dias de hoje, para, com isso, auxiliar a reconhecer sobre qual caminho talvez seja preciso seguir ou até, quem sabe, retomar.

## 7. Referências Bibliográficas

AGÊNCIA BRASIL. **Endividamento atinge 76,6% das famílias brasileiras, mostra CNC.** 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-12/endividamento-atinge-766-das-familias-brasileiras-mostra-cnc>. Acesso em: 11 nov. 2024.

AGLIETTA, M. La confiance dans la monnaie est l'alpha et l'oméga de la société, **Confiance et Gouvernance**, 2016. Disponível em: <https://blog.deloitte.fr/michel-aglietta-cepii-la-confiance-dans-la-monnaie-est-l-alpha-et-l-omega-de-la-societe/>. Acesso em: 27 dez. 2024. Entrevista.

AGLIETTA, M.; REBÉRIOUX, A. **Corporate governance adrift: a critique of shareholder value.** Edward Elgar Publishing, 2005.

AGUIAR, N. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Sociedade e Estado**, v. 15, n. 2, p. 347-368, dez. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922000000200006>. Acesso em: 27 out. 2024.

ALEJANDRO, D. Pesquisa mostra impactos do endividamento na saúde mental do brasileiro. **VEJA**, 2 dez.2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/pesquisa-mostra-impactos-do-endividamento-na-saude-mental-do-brasileiro/>. Acesso em: 11 nov. 2024.

ANTUNES, R. L. C. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999.

ARRETCHE, M. T. S. **Emergência e desenvolvimento do welfare state:** teorias explicativas. Boletim Informativo e Bibliográfico (BIB) das Ciências Sociais, n. 39, Rio de Janeiro: ANPOCS/Relume-Dumará, 1995.

ARRUDA, G. SUS, saúde pública e ciência: a ameaça dos determinantes comerciais da saúde. **Outra Saúde**. 27 out.2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasaude/a-ameaca-dos-determinantes-comerciais-da-saude/>. Acesso em: 11 nov. 2024.

BAKER, M. J. **The marketing book.** 7th ed. New York: Routledge, 2014.

BARROS, Douglas Rodrigues. **O que significa o fetichismo da mercadoria.** Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2023/09/06/o-que-significa-o-fetichismo-da-mercadoria/#:~:text=O%20fetichismo%20da%20mercadoria%20foi,o%20verdadeiro%20aspecto%20dessa%20produ%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 11 nov. 2024.

BAUMAN, Z. **Vida à crédito**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Volume 2. Tradução de Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BERARDI, F. **Asfixia: capitalismo financeiro e a insurreição da linguagem**. Tradução de Humberto do Amaral. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

BERG, M. **Como o Youtuber Ryan Kaji, de nove anos, está ficando cada vez mais rico**. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/01/como-o-youtuber-ryan-kaji-de-nove-anos-esta-ficando-cada-vez-mais-rico/>. Acesso em 14 de dezembro de 2024

BIELSCHOWSKY, C. E. Tendências de precarização do ensino superior privado no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, v. 36, n.1, p. 241-271, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21573/vol36n12020.99946>. Acesso em: 27 dez. 2024.

BLANDY, B. A.; DOWBOR, L. Impactos da financeirização da educação brasileira: do Ensino Superior ao ciclo básico. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 1848-1877, out./dez. 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2022v20i4p1848-1877>. Acesso em: 27 dez. 2024. e-ISSN:1809-3876.

BOBBIO, N. **Locke e o direito natural**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: UnB, 1997.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 01 out. 2024.

BRUSCHINI, C. Teoria Crítica da Família. In: AZEVEDO, M. A. [et al.]. **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BRUSI, P. **A importância do marketing no sistema capitalista**. 2024. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/economia/a-importancia-do-marketing-no-sistema-capitalista/#:~:text=O%20marketing%20desempenha%20um%20papel,i>

nfluenciando%20o%20comportamento%20de%20compra. Acesso em: 21 jul. 2024.

CANIATO, A. M. P.; RODRIGUES, S. M. A construção psicossocial da competição: o engano na cumplicidade de uma falsa vida. **Psicologia & Sociedade**, Maringá, v. 24, n. 1, p. 23-35, 2012.

CARVALHO, C. H. DE. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 54, p. 761-776, jul./set. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782013000300013>. Acesso em: 27 dez. 2024.

CARVALHO FILHO, N. D. DE. **A financeirização na longa duração: dinheiro, tempo e poder**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020.

CARVALHO, M. do C. B. O lugar da família na política social. In: **A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA EM DEBATE**. São Paulo: Cortez, 2003.

CASTRO, R. **A família monogâmica, o amor individual sexuado e a emancipação da mulher**. São Paulo: Editora Instituto Lukacs, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2014v14n27p265-274>. Acesso em: 27 out. 2023.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Historia de la gubernamentalidad. Razón de Estado, liberalismo y neoliberalismo en Michel Foucault. **Ideas y Valores**, v. 61, n. 150, p. 245–255, 2025.

COHEN, M. I. Business-inspired school reform in the era of financialization: not business as usual. **Educational Policy**, v. 36, n. 3, 624-652, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0895904820904736>. Acesso em: 13 nov. 2024.

COHN, Clarice. **A criança indígena: a concepção Xikrin de infância e aprendizado**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

COOPER, M; MABIE, B. Family Matters. **Viewpoint Magazine**, 2018. Disponível em: <https://viewpointmag.com/2018/03/19/family-matters/>. Acesso em: 23 set. 2024.

CORBUCCI, P. Roberto; KUBOTA, Luis Claudio; MEIRA, Ana Paula Barbosa. Reconfiguração estrutural da educação superior privada no Brasil: nova fase da mercantilização do ensino. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Brasília; Rio de Janeiro, nov.2016. Disponível em:

[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7336/1/td\\_2256.PDF](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7336/1/td_2256.PDF).

Acesso em: 27 dez. 2024.

COUTINHO, C. N. Notas sobre cidadania e modernidade. **Praia Vermelha**, v. 1, n. 1, Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

DAMBORIARENA, L. Neoliberalismo como ideologia: uma reflexão sobre a sua reprodução na vida cotidiana a partir de Henri Lefebvre. **Revista Brasileira de Estudos**, 2016.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2016.

DETONI, P. A digitalização do mundo e os seus fantasmas. **Le Monde Diplomatique Brasil**, fev.2024. Disponível em:

<https://diplomatique.org.br/digitalizacao-do-mundo-seus-fantasmas/>.

Acesso em: 8 nov. 2024.

DIA Mundial da Obesidade: 1 a cada 4 adultos no Brasil é obeso; veja o ranking das capitais. **O Globo**. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/saude/noticia/2024/03/04/dia-mundial-da-obesidade-1-a-cada-4-adultos-no-brasil-e-obeso-veja-o-ranking-das-capitais.ghtml>. Acesso em: 11 nov. 2024.

DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo: a nova estrutura de poder**. São Paulo: Outras Palavras & Autonomia Literária, 2017.

DOWBOR, L. **O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais**. São Paulo: Edições Sesc, 2020.

DUFOUR, D-R. **A arte de reduzir as cabeças**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

DUNKER, C. I. L. Intoxicação digital infantil. In: BAPTISTA, A.; JERUSALINSKY, J. **Intoxicações eletrônicas: o sujeito da era das relações virtuais**. Salvador: Ágalma, 2017. p. 117-145.

DUNKER, C. I. L. **O neoliberalismo e seus normalopatas**. Blog da Boitempo, São Paulo, 2016. Disponível em:

<https://blogdaboitempo.com.br/2016/11/03/o-neoliberalismo-e-seus-normalopatas/>. Acesso em: 17 set. 2024.

EATON, C.; HOWELL, S. T.; YANNELIS, C. When investor incentives and consumer interests diverge: private equity in Higher Education. **The Review of Financial Studies**, [s.l.], v.33, n. 9, p. 4024-4060, set. 2020.

Disponível em: <https://doi.org/10.1093/rfs/hhz129>. Acesso em: 27 dez. 2024.

EDITOR, R. MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução de Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Martin Claret, 2017 (333 p.). **Revista Espaço Acadêmico**, v. 17, n. 197, p. 161, 5 out. 2017.

ELIADE, M. **História das crenças e das ideias religiosas: volume I: da Idade da Pedra aos mistérios de Elêusis**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2010.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

ENGELS, F.; MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

EYAL, N. **Hooked (Engajado): Como construir produtos e serviços formadores de hábitos**. Cascavel: Editora AlfaCon, 2020.

FEDERICI, S. **O Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERREIRA, A. de A. **Capitalismo concorrencial x capitalismo monopolista: conceitos articulados**. 2014. Disponível em: <https://direito.legal/capitalismo-concorrencial-x-capitalismo-monopolista-conceitos-articulados/>. Acesso em: 21 jul. 2024.

FINE, B. Neoliberalismo, financeirização e capitalismo contemporâneo. **Revista Rosa**, v. 1, n. 1, 2021. Disponível em: <https://revistarosa.com/3/neoliberalismo-financeirizacao-e-capitalismo-contemporaneo>. Acesso em: 11 nov. 2024.

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade: a vontade de saber**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2020.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

FREITAS, B. A. **Crise financeira de 2008: você sabe o que aconteceu?** Disponível em: <https://www.politize.com.br/crise-financeira-de-2008/>. Acesso em: 11 nov. 2024.

FREITAS, F.; AMARANTE, P. **Psiquiatrização da vida e o DSM V: desafios para o início do século XXI**. Informe ENSP, Rio de Janeiro, mar. 2012. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/29782>. Acesso em: 17 set. 2024.

FRIAS, M. C. **Somos Educação planeja investir R\$100 milhões em aquisições**. Folha de São Paulo, São Paulo, 10 jul. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mercadoaberto/2017/07/1899925-somos-educacao-planeja-investir-r-100-milhoes-em-aquisicoes.shtml>. Acesso em: 27 dez. 2024.

GOIS, A. **Redes de Ensino crescem até 35% com franquias**. Folha de São Paulo, São Paulo, 14 jan. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u7930.shtml>. Acesso em: 27 dez. 2024.

GOMES, T. A. M. DE M.; LEHER, R.; COSTA, H. B. O trabalho docente em grupos empresariais de Ensino Superior e o mercado de ações na Bolsa de Valores: um estudo a partir dos conflitos. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v.28, n.8, p. 1-29, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14507/epaa.28.4902>. Acesso em: 27 dez. 2024.

GOMES DE MATOS, E.; GOMES DE MATOS, T. M.; GOMES DE MATOS, G. M. A importância e as limitações do uso do DSM-IV na prática clínica. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 312-318, set./dez. 2005.

GRAEBER, D.; WENGROW, D. **O despertar de tudo: uma nova história da humanidade**. Tradução de Denise Bottmann e Claudio Marcondes. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

GUIMARÃES GUERRA, L. **Pequeno histórico do ‘matriarcado’ como hipótese para interpretação da pré-história**. Revista USP, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/marenostrum/article/view/174298/169824>. Acesso em: 01 out. 2024.

HAN, B-C. **No exame: perspectivas do digital**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

HAN, B-C. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Tradução de Maurício Liesen. Belo Horizonte: Ed. Âyiné, 2018.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HARVEY, D. **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo, 2012.

HELMOND, A. The platformization of the web: making web data platform ready. **Social Media + Society**, v. 1, n. 2, 2015.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). **Censo Escolar: Notas Estatísticas Censo Escolar 2014**. Brasília: Inep, jan. 2019. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/notas\\_estatisticas/2017/notas\\_estatisticas\\_do\\_censo\\_escolar\\_2014%20final.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_do_censo_escolar_2014%20final.pdf). Acesso em: 27 dez. 2024.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). **Censo Escolar: Notas Estatísticas Censo Escolar 2017**. Brasília: MEC, Inep, 2018. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/notas\\_estatisticas/2018/notas\\_estatisticas\\_censo\\_escolar\\_2018.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_estatisticas_censo_escolar_2018.pdf). Acesso em: 27 dez. 2024.

JAPPE, A. **A sociedade autofágica: capitalismo, desmesura e autodestruição**. São Paulo: Elefante, 2021.

KEHL, Maria Rita. **As máquinas falantes**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2009.

LAPAVITSAS, Costas. Theorizing financialization. **Work, Employment & Society**, dez. 2011, v. 25, n. 4, p. 611-626, 2011.

LARA, L. A. **Patriarcalismo e monogamia: a desproteção das famílias paralelas como consequência do modelo patriarcal de família**. Instituto Brasileiro de Direito de Família, mar.2021. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/artigos/1663/Patriarcalismo+e+monogamia%3A+a+desprote%C3%A7%C3%A3o+das+fam%C3%ADlias+paralelas+como+consequ%C3%Aancia+do+modelo+patriarcal+de+fam%C3%ADlia>. Acesso em: 27 out. 2023.

LARA JUNIOR, N. A ideologia do capitalismo nos movimentos sociais brasileiros: os “nós-do-governo”. **Psicologia USP**, v. 29, n. 2. **Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia**. São Paulo, 2013.

LASCH, C. **The culture of narcissism: American life in an age of diminishing expectations**. New York: Norton, 1979.

LAVINAS, L; GENTIL, D. Brasil anos 2000: a política social sob regência da financeirização. **Novos Estudos – CEBRAP**, São Paulo, v. 37,n.2, p.191-211,maio/ago.2018. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/S01013300201800020004>. Acesso em: 27 dez. 2024.

LEACOCK, E. B. **Myths of male dominance**. Londres e Nova Iorque: Monthly Review Press, 1981.

LECZNIESKI, L. K. Seres hipersociais: a centralidade das crianças na mitologia, nos rituais e na vida social dos povos sul-ameríndios. In: TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz; GRANDO, Beleni Saléte; ALBUQUERQUE, Marcos Alexandre dos Santos (Org.). **Educação indígena: reflexões sobre noções nativas de infância, aprendizagem e escolarização**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

LEFEBVRE, H. **Critique of everyday life: introduction**. London: Verso, 1991, 1 v.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura – A territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

LEHER, R. Mercantilização da educação, precarização do trabalho docente e o sentido histórico da pandemia covid 19. **Revista De Políticas Públicas**, 26 (Especial), p. 78–102, 2022.

LE MOS, A. Dataficação da vida. Civitas: **Revista de Ciências Sociais**, v. 21, n. 2, p. 193-202, 2021.

LERNER, G. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Editora Cultrix, 2020.

LESSA, S. **Abaixo a família monogâmica!**. São Paulo: Editora Instituto Lukács, 2012.

LÉVI-STRAUSS, C. **A origem dos modos à mesa**. Edição portuguesa. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIPOVETSKY, G. **A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LIVERANI, M. **Antigo Oriente: história, sociedade, economia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**. Tradução de Fulano de Tal. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

LOSURDO, D. **Contra-história do liberalismo**. São Paulo: Ideias & Letras, 2006a.

MACEDO, A. R. DE. Relação entre capitalismo, família, desamparo e reconhecimento. **Revista Katálysis**, 2023, v. 26, n. 8. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0002-2094-8443>. Acesso em: 07 set. 2024.

MALDONADO-TORRES, N. **Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

MALINOWSKI, B. **A vida sexual dos selvagens**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1983.

MANKIWI, G. N. **Princípios de macroeconomia**. 6. ed. Cenage Learning, 2014.

MARTIN, R. **Financialization of daily life**. Filadélfia: Temple University Press, 2002.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MAYES, R; HORWITZ, A. V. DSM-III and the revolution in the classification of mental illness. **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, v. 41, n. 3, p. 249-267, Summer 2005.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem (Understanding media)**. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1974.

MEAD, M. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1969.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MENDONÇA, N. A. S. **A família sob a ótica da contemporaneidade neoliberal brasileira: aspectos conceituais, significados histórico-sociais e a matricialidade sócio familiar**. IV Seminários CETROS, Fortaleza, 2013.

MENESES, P. O homem primitivo e a natureza. Síntese: **Revista de Filosofia**, v. 6, n. 17, 1979. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2289>. Acesso em 14 nov. 2024.

MILES, R. **The Women's History of the World**. Londres: HarperCollins Publishers Ltd, 1989.

MILLER, D. Consumo como cultura material. **Horizontes Antropológicos**, v. 13, n. 28, p. 33-63, 2007.

MOTA, A. E. **Seguridade social. Serviço Social e Sociedade**, n. 50, São Paulo: Cortez, 1996.

MUNARIM, I. O que podemos aprender com as crianças indígenas? Aproximações da antropologia da criança às noções de infância, cultura e movimento na educação física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 33, n. 2, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32892011000200007>. Acesso em: 17 set. 2024.

NARCISO, V. M. **Mulher e Terra: faz a matrilinearidade diferença? Uma leitura na situação do distrito de Bobonaro em Timor-Leste**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013.

NARVAZ, M; KOLLER, S. H. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000100007>. Acesso em: 27 out. 2023.

NASCIMENTO, M. L.; LOBO, L.; COIMBRA, C. M. B. Informatização da vida e controle da existência. **Informática na educação: teoria & prática**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, 2008. DOI: 10.22456/1982-1654.7131. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/InfEducTeoriaPratica/article/view/7131>. Acesso em: 3 out. 2024.

NUNES, A. O lugar das crianças nos textos sobre sociedades indígenas brasileiras. In: SILVA, A. L.; MACEDO, A. V.; NUNES, A. (Org.). **Crianças indígenas: ensaios antropológicos**. São Paulo: Mari/Fapesp/Global, 2002. p. 236-277.

O'CONNOR, J. **A crise do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, A. U. DE. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1987.

OLIVEIRA, F. de. **Surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público**. *Novos Estudos Cebrap*, n. 22, p. 8-28, 1988.

OLIVEIRA, J. **O homem-massa: cuidado para não se tornar um**. 2022. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/opiniaio/2022/01/22/interna\\_opiniaio,1339388/o-homem-massa-cuidado-para-nao-se-tornar-um.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/opiniaio/2022/01/22/interna_opiniaio,1339388/o-homem-massa-cuidado-para-nao-se-tornar-um.shtml). Acesso em: 11 nov. 2024.

OLIVEIRA, R. P. DE. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000300006>. Acesso em: 27 dez. 2024.

OVERING, Joanna. Personal autonomy and the domestication of the self in Piraoa society. In: JAHODA, Gustav; LEWIS, I. M. (Ed.). **Acquiring culture: cross-culture studies in child development**. London/New York/Sydney: Croom Helm, 1988. p. 169-192.

OVÍDIO. **As metamorfoses**. Rio de Janeiro: Simões, 1959.

PAGOTTO, E; CARVALHO, M; MEYER, G. **Ideologia, memória coletiva e fetichização na construção social do mito da sustentabilidade. Mudança Social e Participação Política: estudos e ações transdisciplinares**. São Paulo: Annablume, 2017.

PATEMAN, C. **The sexual contract**. Stanford: Stanford University Press, 1988.

PATZDORF, D. **Artista-educa-dor: a somatopolítica neoliberal e a crise da sensibilidade do corpo ocidental(izado)**. 2022. 174 f. Tese (Doutorado em Artes) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

PERES, C. A.; CASTANHA, A. P. Educação: do liberalismo ao neoliberalismo. **Educere et Educare**, v. 1, n. 1, p. 233–238, 2000. DOI: 10.17648/educare.v1i1.1039. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/1039>. Acesso em: 10 set. 2024.

PEROSINI, G. L. A revolução industrial e sua influência na reestruturação da vida familiar. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 3, n. 3, 2018.

PLIHON, D. **La monnaie et ses mecanismes**. Paris: La Découverte, 2001.

PRECIADO, P. B. **Dysphoria Mundi: o som do mundo desmoronando**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2022.

PUELLO-SOCARRÁS, J. F. **Nueva gramática del neoliberalismo: itinerarios teóricos, trayectorias intelectuales, claves ideológicas**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales, 2008.

REICH, W. **Análise do Caráter**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1945.

REICH, W. **A revolução sexual**. 8. ed. Tradução de Ary Blaustein. São Paulo: Zaher Editores, 1968.

ROCHA, E. **Representações do consumo: estudos sobre a narrativa publicitária**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2006.

RODRIGUES, J. A moda de Luís XIV: a era anterior ao medo masculino do julgamento frente ao seu estilo e seu retrato artístico-midiático como disseminador. **Linguagens nas Artes**: Revista. Belo Horizonte: Editora da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG/Ed., v. 1, p. 28-34, 10 dez. 2020. Disponível em: <[A MODA DE LUÍS XIV: A ERA ANTERIOR AO MEDO MASCULINO DO JULGAMENTO FRONTE SEU ESTILO E SEU RETRATO ARTÍSTICO-MIDIÁTICO COMO DISSEMINADOR | Linguagens nas artes](#)>. Acesso em: 27 out. 2024.

ROLNIK, Suely. **Esferas da Insurreição: Notas para uma vida não cafetinada**. São Paulo: n-1 edições, 2019. 208p.

ROSANVALLON, P. **A crise do Estado de Providência**. Lisboa: Editorial Inquérito, 1984.

ROSSI, H. C; AKIMOTO, C. K. Neoliberalismo e sujeito: construção da identidade, ressignificação do sofrimento e exclusão da diferença. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, v. 113, p. 761-774, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8235.v113i0p761-774>. Acesso em: 17 set. 2024.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANCHÉS-PARGA, J. Formas de la memoria: tradición oral y escolarización. In: **Pueblos indígenas y educación**. Ed. Abya-Yala, n. 11, p. 6, 1988.

SARMENTO, M. J. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. In: SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. (Coord.).

**Crianças e Miúdos: Perspectivas sociopedagógicas sobre infância e educação.** Porto: Asa, 2004.

SCHADEN, E. Educação e magia nas cerimônias de iniciação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 8, p. 271-274, 1945.

SCHOR, J. B. **Born to buy: the commercialized child and the new consumer culture.** New York: Scribner, 2004.

SCOTTA, L. A instituição familiar no contexto neoliberal conservador: uma análise sob a ótica da governamentalidade. In: **VI SEMINÁRIO REGIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, INTERSETORIALIDADE E FAMÍLIA.** Porto Alegre, 2022. Anais do IV SERPINF. EDIPUCRJ, 2022. p. 1-8.

SEAVER, N. Algoritmos cativantes: sistemas de recomendação como armadilhas. Tradução por Bruno Reinhardt. **Blog do Labemus**, 2022. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/wp-content/uploads/2022/04/Algoritmos-cativantes-Sistemas-recomendados-como-armadilhas.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2024.

SGUISSARDI, V. Educação Superior no Brasil. Democratização ou Massificação Mercantil? **Educação e Sociedade**, 36(133), 2015, p. 867-889.

SHARP, T. Tackling obesity could lead to investment opportunities. **The Herald**, 16 jul.2012. Disponível em: [https://www.heraldscotland.com/business\\_hq/13065592.tackling-obesity-lead-investment-opportunities/](https://www.heraldscotland.com/business_hq/13065592.tackling-obesity-lead-investment-opportunities/). Acesso em: 11 nov. 2024.

SIBILIA, P. **O homem pós-orgânico: corpo, subjetividade e tecnologias digitais.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SILVA, I P. A. da. Reflexões sobre família, conjugalidade e patriarcado. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress.** Anais eletrônicos. Florianópolis, 2017.

SILVA, M. L. Os fundamentos do liberalismo clássico: a relação entre estado, direito e democracia. **Revista Aurora**, v. 5, n. 1, p. 121–147, 2011. DOI: 10.36311/1982-8004.2011.v5n1.1710. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1710>. Acesso em: 10 set. 2024.

SILVA, V. Seres moldados: o patriarcado ao longo da história e suas influências nas relações sociais. In: **X Jornada Internacional de**

**Políticas Públicas**, São Luís, 2021. Disponível em: [https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho\\_submissaold\\_621\\_621612d7a2a12cce.pdf](https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaold_621_621612d7a2a12cce.pdf). Acesso em: 27 out. 2024.

SIMAS, L.; RUFINO, L. **Flecha no tempo**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SIQUEIRA JÚNIOR, J. **Esta terra custou o sangue de nossos avós: a construção do tempo e espaço Kadiwéu**. 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

SOALHEIRO, N. I.; MOTA, F. S. Medicalização da vida: doença, transtornos e saúde mental. **Revista Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, 2014.

SOLER, C. O discurso capitalista. **Stylus: Revista de Psicanálise**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 55-68, 2011.

SOUSA, Joceli de Fatima Arruda. O modo de produção capitalista e a subjetividade individualista subjacente: reflexos sobre a espacialidade urbana. **Mnemosine**, [S. l.], v. 8, n. 2, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/mnemosine/article/view/41559>. Acesso em: 3 mar. 2025..

SOUZA, J. M. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. 2016. 305 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

STEARNS, P. **A história das relações de gênero**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

TASSINARI, A. Concepções indígenas de infância no Brasil. **Tellus**, v. 13, p. 11-25, 2014. Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/138>. Acesso em: 11 nov. 2024.

TASSINARI, A. M. I.; GRANDO, B. S.; ALBUQUERQUE, M. A. dos S. (Org.). **Educação indígena: reflexões sobre noções nativas de infância, aprendizagem e escolarização**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

TBEAT03. **Wilhelm Reich - Amor, Trabalho e Conhecimento: A Vida e as Provações de Wilhelm Reich (legendado)**. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wpXMXQvuA48&t=37s>. Acesso em: 14 jan. 2025.

VAN DER ZWAN, N. State of the art: making sense of financialization. **Socio-Economic Review**, v. 12, n. 1, p. 99–129, 2014.

VIANA, N. Capitalismo e destruição ambiental. **Ateliê Geográfico**, v. 10, n. 3, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/ag.v10i3.44854>. Acesso em: 27 out. 2023.

VIANNA, M. L. T. W. A. **Americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: estratégias de bem-estar e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Revam: UCAM, IUPERJ, 1998.

VIDEOSAÚDE DISTRIBUIDORA DA FIOCRUZ. **Saúde Amanhã**. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WDL19clIFBk&t=2s>. Acesso em: 11 nov. 2024.

VIEIRA, J. D.; GRAÇA, R. F.; RODRIGUES, A. de J.; SILVA, J. A. B. Uma breve história sobre o surgimento e o desenvolvimento do capitalismo. **Caderno de Graduação Ciências Humanas e Sociais**, Aracaju, v. 2, n. 3, p. 125-137, 2015.

WEBER, M. **The theory of social and economic organization**. Tradução de Talcott Parsons. Glencoe, IL: The Free Press; The Falcon Wing Press, 1947.

WERNECK, G. L. Diagramas casuais: a epidemiologia brasileira de volta para o futuro. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, ago.2016. Disponível em: <https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/6147/1298>. Acesso em: 11 nov. 2024.

WILSON, E. **Women and the welfare state**. Bristol: J. W. Arrowsmith, 1977.

ZERZAN, J. P. Patriarcado, civilização e as origens do gênero. **Gênero & Direito**, [S. l.], v. 1, n. 2, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ged/article/view/9702>. Acesso em: 28 abr. 2024.

ZOLA, E. **Como se casa, como se morre**. São Paulo: Editora 34, 1998.